

KAREN IZABELLI TEIXEIRA SANTIAGO

**RELATÓRIO DE ESTÁGIO CURRICULAR NA CÂMARA MUNICIPAL DE
ALBUFEIRA**

**A INTERVENÇÃO SOCIAL COM AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-
ABRIGO: O CASO DO CONCELHO DE ALBUFEIRA**



UNIVERSIDADE DO ALGARVE

FACULDADE DE ECONOMIA

2024

KAREN IZABELLI TEIXEIRA SANTIAGO

**RELATÓRIO DE ESTÁGIO CURRICULAR NA CÂMARA MUNICIPAL DE
ALBUFEIRA**

**A INTERVENÇÃO SOCIAL COM AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-
ABRIGO: O CASO DO CONCELHO DE ALBUFEIRA**

Relatório de Estágio
Mestrado em Sociologia
Trabalho efetuado sobre a orientação de:
Professor Doutor João Eduardo Rodrigues Martins



UNIVERSIDADE DO ALGARVE

FACULDADE DE ECONOMIA

2024

A INTERVENÇÃO SOCIAL COM AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO: O CASO DO CONCELHO DE ALBUFEIRA

Declaração de Autoria do Trabalho:

Declaro ser o(a) autor(a) deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

Karen Izabelli Teixeira Santiago

.....

(assinatura)

© Copyright: Karen Izabelli Teixeira Santiago.

A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicitar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar a minha profunda gratidão à professora Sofia Custódio, que foi minha professora de Inglês no Ensino Secundário. Talvez ela nem imagine o papel crucial que desempenhou na minha trajetória universitária. Foi ela quem me fez acreditar que eu era capaz de alcançar muito mais do que jamais esperei.

Agradeço também à professora Susana Didelet, que na mesma época se tornou uma das minhas maiores incentivadoras. Obrigada por acreditar no meu potencial, mesmo quando eu mesma duvidava dele.

À minha mãe, que me incentivou a inscrever-me na universidade, um feito inédito na nossa família, meu eterno agradecimento.

Aproveito para agradecer ao meu companheiro. Sem o apoio que me deu, eu não teria sido capaz de concluir mais este ciclo. Obrigada por estar sempre ao meu lado e ser um dos meus maiores suportes ao longo de todo o meu percurso académico.

Agradeço ainda ao meu filho. Ao contrário do que muitos possam imaginar, estar grávida e ser mãe tem sido, sem dúvida, a maior motivação para alcançar os meus sonhos e objetivos.

À Sílvia Dias, que desde o primeiro dia do meu estágio me acolheu, fez-me sentir parte da equipa, e me ensinou sem reservas, como se eu já trabalhasse lá. É uma pessoa que levarei para a vida. Obrigada por transformar esse momento em algo inesquecível.

Agradeço também, de maneira geral, a todos os membros da Divisão de Ação Social da Câmara de Albufeira pela hospitalidade e receptividade com que me receberam.

Por fim, ao Professor Doutor João Martins, que foi, sem sombra de dúvidas, um excelente orientador. Não poderia ter feito escolha melhor para me guiar nessa jornada.

RESUMO

Este documento é um relatório de estágio elaborado como requisito para a conclusão do 2º ciclo do curso de Sociologia. O estágio foi realizado na Câmara Municipal de Albufeira, na Divisão de Ação Social, com foco na intervenção e integração de pessoas em situação de sem-abrigo (PSSA). O principal objetivo foi aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo da minha formação académica para conhecer, analisar e compreender a realidade das pessoas em situação de sem-abrigo em Albufeira, por meio de um estudo qualitativo exploratório. Os resultados permitiram caracterizar essa população, que em sua maioria é composta por homens de nacionalidade portuguesa, cujas trajetórias de vida são frequentemente marcadas por processos de desfiliação, problemas de saúde, consumo de substâncias psicoativas e instabilidade laboral. As conclusões obtidas resultaram na apresentação de um diagnóstico social para a rede social de Albufeira, identificando as vulnerabilidades existentes e sugerindo possíveis formas de potencializar os recursos disponíveis.

Palavras-chave: Sem Abrigo, Sociologia, Intervenção Social, Integração.

ABSTRACT

This document is an internship report prepared as a requirement for the completion of the 2nd cycle of the Sociology course. The internship was conducted at the Albufeira City Council, within the Social Action Division, focusing on the intervention and integration of homeless people (PSSA). The main objective was to apply the knowledge acquired during my academic training to understand, analyze, and comprehend the reality of homeless individuals in Albufeira through an exploratory qualitative study. The results enabled the characterization of this population, which is predominantly composed of Portuguese men whose life trajectories are often marked by processes of social exclusion, health issues, substance use, and unstable employment. The conclusions drawn led to the presentation of a social diagnosis for the Albufeira social network, identifying existing vulnerabilities and suggesting potential ways to enhance available resources.

Keywords: Homeless, Sociology, Social Intervention, Integration.

ÍNDICE GERAL:	Página
INTRODUÇÃO	2
CAPÍTULO I: ENQUADRAMENTO TEÓRICO	5
1.1. Pobreza e exclusão social: Discussão Conceptual	5
1.2. Os sem abrigo: Uma questão social	13
1.3. Estratégia Nacional para a Integração das PSSA (ENIPSSA).....	15
1.4. Caraterização das pessoas em situação de sem abrigo.....	17
CAPÍTULO II: METODOLOGIA DE ANÁLISE	20
1.1. Metodologia	20
1.2. Estágio na Câmara Municipal de Albufeira	26
1.3. Práticas profissionais e atividades desenvolvidas durante a realização do estágio..	28
CAPÍTULO III: ANÁLISE DOS RESULTADOS DE INVESTIGAÇÃO	32
1. Perfil e necessidades sociais	32
2. Trajetórias, vivências e rotinas	39
3. Laços sociais	53
4. Locais de ocupação e locomoção	58
5. Consumos	62
6. Temporalidade das situações	67
7. Acesso aos serviços	69
8. Respostas sociais	70
9. Intervenção junto das PSSA	73
10. As mudanças da intervenção na situação da PSSA	77
11. Medidas necessárias para alterar a situação da PSSA	79
12. Estratégia nacional	81
13. Perspetivas de futuro	83
14. Políticas de integração para a PSSA	86
15. Diagnóstico Social	88
CONCLUSÃO	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	93
ANEXO A: Ficha de Consentimento PSSA	97
ANEXO B: Ficha de consentimento Técnico	97
ANEXO C: Análise das entrevistas dos técnicos	98
ANEXO D: Entrevista técnica 1	100
ANEXO E: Entrevista PSSA 7	116
ANEXO F: Gráficos fornecido pelo NIPSA de Albufeira	125

INTRODUÇÃO

Segundo o relatório da FEANTSA-Eighth Overview of Housing Exclusion in Europe (2023), existem cerca de 895 mil Pessoas em Situação de Sem Abrigo (PSSA) na Europa, um número que vem crescendo devido a diversos fatores, como a pandemia de COVID-19 e a guerra na Ucrânia nos últimos três anos. Na Europa, em geral, considera-se que o “fenómeno dos sem-abrigo é uma violação da dignidade humana e dos direitos humanos, sendo que a habitação corresponde a uma necessidade humana básica e é uma condição prévia para uma vida digna e para a inclusão social”. Todos têm o direito a um nível de vida digno, conforme estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que consagra o direito à habitação no Artigo 25, n.º 1. A Comissão Europeia, através de apoios financeiros, auxilia os Estados-Membros na intervenção junto às PSSA, promovendo a adoção do método “Habitação Primeiro”, que visa reduzir o número de pessoas nesse contexto de exclusão. Esta abordagem baseia-se em estratégias de ação que garantem um lar, mesmo que temporário, para indivíduos que se encontram sem-abrigo. Portugal ocupa o sexto lugar no ranking dos países da UE com o maior número de pessoas em situação de sem-abrigo. O direito à habitação é garantido constitucionalmente em Portugal, conforme estipulado na Lei de Bases da Habitação, Lei n.º 83/2019, de 3 de setembro, artigo 2.º, incisos 1 e 2. Cabe ao Estado garantir esse direito através de políticas habitacionais eficazes. De acordo com um artigo publicado no jornal Público estima-se que cerca de dez mil pessoas estejam em situação de sem-abrigo em Portugal em 2023. O termo “pessoa em situação de sem-abrigo” (PSSA) é utilizado para caracterizar,

... Pessoa em situação de sem-abrigo - Sem teto: pessoas a viver na rua, noutros espaços públicos (jardins, viadutos, estações de transportes públicos), abrigos de emergência (vagas de emergência em centros de alojamento) ou em locais precários (carros abandonados, vãos de escada, casas abandonadas); pessoa em situação de sem-abrigo - Sem casa: pessoas a viver em centros de alojamento temporário (Inclui as respostas da Segurança Social ou outras de natureza similar, locais para indivíduos ou famílias onde a pernoita é limitada, sem acesso a alojamento de longa duração), em alojamentos específicos para pessoas sem casa (apartamentos de transição, onde a pernoita é limitada, sem acesso a alojamento de longa duração) ou em quartos pagos (total ou parcialmente) pelos serviços sociais ou por outras entidades (ENIPSSA, 2021).

Os objetivos do estágio realizado no âmbito do mestrado em Sociologia, na divisão de Ação Social da Câmara Municipal de Albufeira, especificamente na área das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (PSSA), consistem principalmente na aplicação dos conhecimentos adquiridos ao longo da minha formação académica. Este estágio representa uma excelente oportunidade para a aquisição de experiência prática e novos conhecimentos dentro da minha área de formação. O estágio curricular proporciona uma vivência prático-pedagógica que concilia o percurso académico com a experiência profissional. O objetivo principal do relatório de estágio é conhecer, analisar e compreender a situação das PSSA na zona de Albufeira. Para isso, pretende-se diagnosticar a realidade em que estas pessoas estão inseridas e, através de uma análise fundamentada nos conhecimentos e práticas desenvolvidos, obter a caracterização e um diagnóstico preciso da realidade dessas pessoas na região de Albufeira, e para tal foi realizado um estudo de caso exploratório, fundamentado em entrevistas semiestruturadas, conduzidas com um total de 16 participantes.

A pertinência social deste estágio reside no fato de que todos os indivíduos têm o direito de levar uma vida digna. As Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (PSSA), no entanto, vivem em condições que comprometem profundamente essa dignidade. Cabe ao Estado a responsabilidade de intervir através de medidas de prevenção, intervenção e integração. O fenómeno das PSSA e a exclusão habitacional representam graves problemas sociais. O acesso a uma habitação digna e a plena incorporação na sociedade são fatores essenciais para que os indivíduos possam alcançar o seu potencial e contribuir de forma positiva e ativa para a sociedade. A finalidade deste estágio consiste em intervir junto às PSSA, contribuindo para a melhoria das suas condições de vida e para a promoção da sua reintegração social,

... A condição de sem-abrigo é considerada uma das formas mais graves de pobreza e privação que tem de ser abolida por políticas específicas e integradas conduzidas de uma forma sustentável, que aborde os fatores de risco pessoais (como as vulnerabilidades individuais) e os fatores de risco estruturais (habitação, desemprego, etc.). (Parlamento Europeu, 2020).

O capítulo um é constituído pelo enquadramento teórico sobre pobreza, exclusão social, o sem-abrigo como uma questão social, a Estratégia Nacional e a caracterização das PSSA. Nesse capítulo, são explorados conceitos fundamentais e revisões da literatura existente, com

o objetivo de fornecer uma base teórica sólida. São abordadas diferentes teorias e perspectivas que ajudam a compreender a complexidade desses fenômenos e a sua relevância social.

O capítulo dois é dedicado à metodologia de análise, são detalhados os métodos e procedimentos adotados na investigação, justificando-se a escolha das abordagens metodológicas e descrevendo as técnicas de coleta de dados utilizadas, o estágio na Câmara Municipal de Albufeira e as práticas profissionais e atividades desenvolvidas ao longo do estágio.

No capítulo três, apresenta-se a análise dos resultados da investigação. Este capítulo é central para o trabalho, pois é onde se discutem os achados da pesquisa à luz do enquadramento teórico previamente estabelecido. A análise é feita de forma crítica, relacionando os dados obtidos com as teorias e conceitos abordados, evidenciando as principais descobertas, e o diagnóstico social, que propõe prioridades de intervenção do contexto estudado. Esse diagnóstico é construído com base nos resultados apresentados, fornecendo uma visão abrangente e fundamentada das dinâmicas sociais e dos desafios identificados.

Finalmente, a conclusão, onde são apresentadas as considerações finais. Nesta última secção, sintetizam-se as principais conclusões do estudo, destacando as suas implicações para o campo de investigação e sugerindo possíveis caminhos para futuras pesquisas.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. Pobreza e exclusão social: Discussão Conceptual

Segundo Crespo e Gurovitz (2002) o fenómeno da pobreza é complexo e a sua definição pode variar conforme a abordagem adotada, devido à sua natureza multidimensional. De forma geral, a pobreza é caracterizada como uma situação de privação que resulta da falta de recursos essenciais, impactando profundamente os níveis e as condições de vida das pessoas. Em termos do nível de vida, ela manifesta-se na dificuldade de acesso a bens e serviços básicos, como alimentação adequada, vestuário e moradia.

Os indivíduos em situação de pobreza, frequentemente enfrentam condições precárias de habitação, o que pode incluir a falta de acesso à água potável, eletricidade, e saneamento básico. Assim como argumenta Diogo et al. (2016), a pobreza ainda compromete o acesso à educação e à saúde, pessoas em situação de pobreza muitas vezes têm menos oportunidades de frequentar escolas e de obter uma educação de qualidade, o que pode perpetuar o ciclo de pobreza ao limitar as oportunidades de emprego e crescimento pessoal. No campo da saúde, a falta de recursos pode levar a um acesso limitado a cuidados médicos e a uma menor capacidade de enfrentar doenças e condições de saúde adversas. As condições de vida também são severamente afetadas pela pobreza. A insegurança alimentar é um exemplo claro, onde as pessoas podem não ter acesso regular a alimentos nutritivos. A falta de recursos pode originar uma qualidade de vida inferior, com dificuldade em atender às necessidades básicas de sobrevivência e em participar plenamente da vida social e económica. Essas consequências demonstram como a pobreza não é apenas uma questão de falta de dinheiro, mas uma condição que compromete o bem-estar geral e a capacidade de uma pessoa viver de forma digna e participar plenamente na sociedade.

Existem diferentes abordagens para a caracterização do fenómeno da pobreza, e a sua definição pode variar conforme a perspectiva adotada. Embora as definições possam diferir, há um consenso que se baseia em dois conceitos fundamentais: necessidade e recursos. Na sociologia, o conceito de pobreza é geralmente entendido através das noções de pobreza absoluta e pobreza relativa. Pobreza absoluta refere-se à privação parcial ou total dos bens e recursos considerados mínimos e necessários para a satisfação das necessidades básicas de um indivíduo. Estes bens e recursos incluem alimentação adequada, habitação, vestuário e acesso a cuidados de saúde essenciais. A pobreza absoluta é uma medida objetiva que define

um limiar abaixo do qual, as condições de vida são consideradas insustentáveis para a sobrevivência e o bem-estar básico. Por outro lado, pobreza relativa refere-se à posição de um indivíduo em relação ao padrão de vida da sociedade em que vive. Em vez de focar apenas na satisfação das necessidades básicas, a pobreza relativa considera a desigualdade em relação ao restante da população. Um indivíduo pode ser considerado pobre, relativamente se os seus recursos e condições de vida estão significativamente abaixo da média social, o que limita a sua participação plena na vida económica e social da comunidade. Esta abordagem avalia a pobreza como privação comparativa e desigualdade social. Essas duas abordagens fornecem uma compreensão abrangente da pobreza, levando em consideração tanto a privação absoluta dos recursos necessários para a sobrevivência quanto a desigualdade relativa que afeta a integração social e económica dos indivíduos.

...O enfoque absoluto na conceituação da pobreza observa-se quando da fixação de padrões para o nível mínimo ou suficiente de necessidades, conhecido como linha ou limite da pobreza, determinando a percentagem da população que se encontra abaixo desse nível. Esse padrão de vida mínimo, apresentado sob diferentes aspetos, sejam nutricionais, de moradia ou de vestuário, é normalmente avaliado segundo preços relevantes, calculando o rendimento necessária para custeá-los. (Crespo e Gurovitz, 2002: 4)

Também para Diogo et al. (2016) existem diversas noções de pobreza, a pobreza absoluta baseia-se na noção de necessidades básicas, estando em causa várias dimensões inerentes à noção de recursos (rendimentos, bens de capital, benefícios em espécie associados ao trabalho, etc). Representando também situação de escassez de recursos de que um indivíduo, ou família, dispõem para satisfazer necessidades consideradas mínimas. A pobreza representa uma consequência da exclusão, uma forma de exclusão social. Contudo, a exclusão social pode não gerar pobreza. “O conceito de pobreza absoluta está enraizado na ideia de subsistência – as condições básicas que permitem sustentar uma existência física saudável. Considera-se que pessoas que carecem de requisitos fundamentais para a existência humana tal como comida suficiente, abrigo e roupa vivem em situação de pobreza” (Giddens, 2008: 315). Segundo o relatório da Pobreza e Exclusão Social (2023) do Observatório Nacional da Luta Contra a Pobreza, apresenta, uma taxa de risco de pobreza ou exclusão social em 2021 de 22.4%, equivalente a cerca de dois milhões e trezentas pessoas nessa condição de vulnerabilidade. Cerca de 82% da população em risco de pobreza ou exclusão social encontravam-se em risco de pobreza monetária, 26% em situação de

privação material e social severa e 18% vivia em agregados com intensidade laboral muito reduzida.

Destaque ao fato de que 81 mil pessoas acumulavam as três situações de vulnerabilidade. A exclusão social é caracterizada pela falta/inexistência de laços comunitários, a pobreza pela falta de meios, sendo a situação de sem-abrigo o acumular destes dois fenómenos. A integração busca combater as consequências desses dois fenómenos, através de medidas desenvolvidas especificamente para cada situação. Integração social é o termo utilizado para definir o conjunto de processos que visam garantir a incorporação e coesão dos indivíduos na sociedade. No caso das pessoas em situação de sem-abrigo a integração social tem por base “A Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo” (ENIPSSA).

Crespo e Gurovitz, (2002) consideram que o conceito de pobreza relativa é descrito como aquela situação em que o indivíduo, quando comparado a outros, tem menos de algum atributo desejado, seja o rendimento, sejam condições favoráveis de emprego ou poder. A pobreza absoluta tem por base a escassez de recursos e oportunidades, situação de pobreza no contexto social, tendo por base os rendimentos. A pobreza relativa remete para situações em que o estilo de vida e o rendimento de algumas pessoas situam-se num patamar bastante abaixo do nível de vida do país ou da região em que vivem. A pobreza traz dificuldades à vida das pessoas, impedindo-as de participar ao nível económico, social e cultural. De forma tendencial, quanto maior a pobreza, maior a desigualdade. Pereira (2010) argumenta que, “em geral, a pobreza pode ser definida como “uma situação em que não são satisfeitas determinadas necessidades, ou em que não é realizado um nível de vida mínimo aceitável, por carência de recursos económicos, existindo sempre um elemento de privação material involuntária”.

Costa (1998: 38) defende que, “ao não estarem satisfeitas as suas necessidades humanas básicas, a pessoa em situação de pobreza tem, certamente, enfraquecida ou mesmo em situação de rutura, a sua relação com diversos outros sistemas sociais, tais como o mercado de bens e serviços, o sistema de saúde, o sistema educativo, a participação política, laços sociais com amigos e com a comunidade local, etc.” Segundo Baptista e Perista (2010), quanto mais profunda for a privação, maior será o número de sistemas sociais envolvidos e mais profundo será o estado de exclusão social. A Comissão sobre Direitos Sociais, Económicos e Culturais das Nações Unidas (2001:10) considera que “podemos definir

pobreza como uma condição humana caracterizada por privação sustentada ou crónica de recursos, capacidades, escolhas, segurança e poder necessários para o gozo de um adequado padrão de vida e outros direitos civis, culturais, económicos, políticos e sociais”. De forma mais simples, poderíamos dizer que a pobreza é a privação das condições necessárias para se ter acesso a uma vida digna.

Segundo o portal do INE (2023), em Portugal cerca de 20,1% da população residente encontra-se em risco de pobreza ou exclusão social. A taxa de risco de pobreza em 2023 era de 17%, definida pela proporção da população cujo rendimento equivalente está abaixo da linha de pobreza, sendo 60% do rendimento mediano por adulto equivalente. A nível da União Europeia, em 2015, estimava-se que havia cerca de 118,759 milhões de pessoas em situação de pobreza e exclusão social (23,7% do total da população).

No dia 27 de novembro de 2023, foram divulgados os resultados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, que respeita aos rendimentos de 2022. Segundo este inquérito, 17% da população residente em Portugal encontrava-se em risco de pobreza, sendo que os rendimentos monetários líquidos anuais teriam de ser inferiores ao limiar de 7.095 euros (591 euros por mês), valor obtido após as transferências sociais. (Tavares e Carmo, 2023: 6)

A pobreza está relacionada com a falta ou ausência de recursos materiais que impossibilitam a uma pessoa participar de forma igual e ativa na sociedade em que está inserida,

... Mas também é quando não se tem a possibilidade de participar nas atividades e ter as condições de vida e conforto consideradas habituais na sociedade, como por exemplo, atividades culturais, educacionais e acesso à saúde. Refere-se assim à privação de recursos e não apenas à insuficiência de rendimentos, como por exemplo privação relativamente às atividades culturais e sociais. Não ter rendimentos suficientes para os bens essenciais como por exemplo alimentação, habitação, água, eletricidade, entre outros. Podemos ainda dizer que pobreza refere-se aos meios que uma pessoa necessita para alcançar os padrões mínimos e participar, com normalidade, na sociedade. É uma situação social em que a pessoa referenciada não tem meios e alternativas para viver segundo o padrão da sociedade, sem a justiça do Estado em apoiá-lo para ter uma vida digna. (Tavares e Carmo, 2023:23)

A concentração de riqueza num pequeno grupo ou numa fração reduzida da sociedade agrava a desigualdade. Quanto maior for essa concentração, mais intensa será a pobreza, pois a riqueza global está menos distribuída entre a população. A pobreza e a desigualdade reforçam-se mutuamente; Visto que uma pessoa com poucos recursos económicos, mesmo

tendo as mesmas oportunidades que alguém com mais recursos, não consegue acessá-las. A EAPN (2016) considera que “a exclusão social consiste num processo de privação e afastamento dos indivíduos ou grupos sociais da estrutura social. A exclusão social representa uma consequência do desvincular do indivíduo de partes da sociedade, sendo um processo estrutural e multidimensional que gera a rutura dos laços comunitários”,

... A exclusão resulta, então, de uma desarticulação entre as diferentes partes da sociedade e os indivíduos, gerando uma não-participação num conjunto mínimo de benefícios que definem um membro de pleno direito dessa sociedade — inerente à figura dos excluídos — opondo-se claramente à noção de integração social (...) configura-se como um fenómeno multidimensional, como um fenómeno social ou um conjunto de fenómenos sociais interligados que contribuem para a produção do excluído. Coexistem, ao nível da exclusão fenómenos sociais diferenciados, tais como o desemprego, a marginalidade, a discriminação, a pobreza, entre outros (...) os processos de exclusão traduzem a acumulação das deficiências ou insucessos em várias esferas sociais (...) a configuração da exclusão está estritamente ligada à desintegração social (quebra de laços de solidariedade e risco de marginalização), à desintegração do sistema de atividade (associada às mutações económicas) e à desintegração das relações sociais e familiares (aparecimento de novos tipos de estruturas familiares mais vulneráveis à exclusão — famílias monoparentais — e enfraquecimento das redes de entreajuda familiares, de vizinhança e comunitários). (Rodrigues et al., 1999: 69)

A exclusão social não é um fenómeno homogéneo e não se manifesta de maneira uniforme em todos os contextos. Em vez disso pode ser compreendida através de diferentes tipologias, cada uma refletindo formas específicas de afastamento ou marginalização dos indivíduos da sociedade. As principais tipologias de exclusão social incluem, a exclusão cultural, ética, financeira, etária e género,

... A exclusão configura-se como um fenómeno multidimensional, como um fenómeno social ou um conjunto de fenómenos sociais interligados que contribuem para a produção do excluído. Coexistem, ao nível da exclusão, fenómenos sociais diferenciados, tais como o desemprego, a marginalidade, a discriminação, a pobreza, entre outros. Acresce o facto de a exclusão ter um carácter cumulativo, dinâmico e persistente, encerrando no seu núcleo processos de reprodução (através da transmissão geracional) e evolução (pelo surgimento de novas formas), que garantem as suas vias de persistência, constituindo simultaneamente causa e consequência de múltiplas ruturas na coesão social, implicando manifestações de dualismos e de fragmentação social. Numa aceção sociológica, a exclusão é produto de um défice de coesão social global, não se reduzindo a fenómenos individuais nem a simples agregações de situações. (Rodrigues et al., 1999: 64)

A exclusão social é um processo complexo e multidimensional que se manifesta em diferentes níveis e graus de intensidade. Esta complexidade decorre do fato de que a exclusão social não é um fenómeno único, mas sim uma combinação de vários fatores que interagem de maneiras diversas e impactam os indivíduos de formas distintas,

... não se trata somente da questão de ter ou não ter acesso aos sistemas, mas também do grau desse acesso, o que configura graus maiores ou menores de integração e, concomitantemente, graus maiores ou menores de exclusão. Assim, a exclusão pode ser considerada como um processo, que vai de formas mais superficiais de exclusão para formas e graus mais profundos e abrangentes de exclusão. A forma extrema corresponderá à situação de ruptura com todos os sistemas sociais básicos, situação extrema que é mais facilmente associada, por exemplo, à situação das pessoas sem-abrigo, no sentido estrito das pessoas sem-tecto (categorias 1 e 2 da tipologia europeia de pessoas sem-abrigo e exclusão habitacional – ETHOS). (Baptista e Perista, 2010: 4)

Assim como argumenta Sónia Teixeira (2011: 27), “os principais aspetos em que a exclusão se manifesta dizem respeito à falta de acesso ao emprego, a bens e serviços, e também à falta de segurança, justiça e cidadania.” Diogo et al. (2015: 29) consideram que “a exclusão social provoca no indivíduo uma acentuada privação de recursos materiais e sociais, arrastando-o ‘para fora ou para a periferia da sociedade’ e excluindo aqueles que ‘não participam dos valores e das representações sociais dominantes’. O excluído encontra-se fora dos universos materiais e simbólicos, sofrendo a ação de uma espiral crescente de rejeição, que culminará na incorporação de um sentimento de auto exclusão.”

A distribuição desigual dos recursos dentro de uma sociedade resulta em desigualdade social, refletindo as disparidades entre diferentes grupos e indivíduos no acesso a bens e oportunidades. Essa desigualdade é uma consequência direta da estrutura social, que determina como os recursos são alocados e quais grupos têm mais acesso a eles. A exclusão social, no que lhe concerne, pode ser vista como uma intensificação dessas desigualdades. Enquanto a desigualdade social envolve a disparidade geral na distribuição de recursos e oportunidades, a exclusão social refere-se ao processo mais profundo e específico pelo qual determinados indivíduos ou grupos são marginalizados e afastados do pleno acesso às oportunidades e direitos sociais. Esse processo de exclusão acentua as disparidades ao criar barreiras adicionais que impedem o acesso a recursos essenciais, como emprego, educação,

cuidados de saúde e participação cívica. Ao isolar indivíduos ou grupos dos universos materiais e simbólicos da sociedade, a exclusão social aprofunda a marginalização e perpetua o ciclo de pobreza e desvantagem. Isso não apenas limita as oportunidades para os excluídos, mas também os afasta dos valores e representações sociais dominantes, exacerbando a sensação de desigualdade e frustração. Além disso, a exclusão social pode gerar uma espiral de desintegração social e auto exclusão, onde os indivíduos afetados começam a se ver como *outsiders* ou menos valiosos, o que pode levar a uma falta de autoestima e a um sentimento de impotência em relação à sua capacidade de mudar a sua situação,

... A desigualdade é um princípio inerente a qualquer forma de estruturação social, torna-se legítimo esperar diferentes capacidades de articulação e de acumulação de recursos (materiais e sociais) por parte dos actores pertencentes a uma dada sociedade. A exclusão surge com a agudização das desigualdades (indissociável dos mecanismos de produção destas), resultando numa dialéctica de oposição entre aqueles que efectivamente mobilizam os seus recursos no sentido de uma participação social plena e aqueles que, por falta desses mesmos recursos (recursos que ultrapassam a esfera económica, englobando ainda aqueles que derivam dos capitais cultural e social dos actores sociais), se encontram incapacitados para o fazer. (Rodrigues et al., 1999: 64)

A pobreza e a exclusão social reforçam-se mutuamente, criando um ciclo de marginalização e desvantagem. Como argumentam Rodrigues et al. (1999: 74), “a exclusão do mercado de trabalho gera pobreza e esta impede o acesso a bens e serviços socialmente relevantes, como habitação, saúde e lazer. Um excluído será aquele que não consegue configurar uma identidade (social) no trabalho, na família ou na comunidade.” A exclusão do mercado de trabalho não só contribui para a pobreza ao reduzir as oportunidades de ganho e segurança financeira, mas também limita o acesso a outros recursos essenciais que são fundamentais para uma vida digna. A falta de emprego pode levar à privação de bens e serviços necessários para a integração social e a participação ativa na comunidade. Além disso, a pobreza resultante da exclusão laboral perpétua a dificuldade em a cessar serviços de saúde adequados, oportunidades de lazer e condições de habitação adequadas. A dificuldade em estabelecer uma identidade social no trabalho, na família ou na comunidade intensifica o sentimento de exclusão e marginalização. Sem um papel definido na sociedade, os indivíduos enfrentam desafios adicionais na construção de uma rede de apoio social e no

desenvolvimento de uma identidade social positiva. Este ciclo de exclusão e pobreza não só afeta o bem-estar individual, mas também reforça a desigualdade social e limita as oportunidades de reintegração e desenvolvimento.

A pobreza diferencia-se da exclusão social em vários aspetos fundamentais. Enquanto a pobreza descreve uma situação de escassez de recursos ou a ausência de satisfação de necessidades básicas, a exclusão social refere-se ao afastamento ou privação dos indivíduos da participação plena na vida social. A pobreza e a exclusão social frequentemente se reforçam mutuamente. Uma situação inicial de pobreza pode evoluir para uma situação de exclusão social, e o inverso também pode ocorrer. As desigualdades estruturais na sociedade contribuem para o fortalecimento desses dois fenômenos. Segundo Rodrigues et al. (1999), o conceito de pobreza, quando analisado como uma situação de escassez de recursos, que um indivíduo ou família possui para satisfazer necessidades mínimas, destaca o aspeto distributivo do fenómeno. Esse conceito destaca a maneira como os recursos estão distribuídos entre indivíduos e/ou famílias na sociedade. Por outro lado, o conceito de exclusão social acentua os aspetos relacionais do fenómeno. Quando encaramos a exclusão social como uma situação de integração inadequada, estamos focando na dificuldade que os indivíduos enfrentam para participar plenamente nas interações sociais e nas estruturas comunitárias. A exclusão social manifesta-se na falta de acesso a redes sociais e oportunidades, sendo essenciais para uma integração social eficaz. Ambos os conceitos estão interligados e são influenciados pelas desigualdades estruturais existentes na sociedade, o que torna crucial abordar tanto a pobreza quanto a exclusão social de maneira integrada e abrangente.

Castel (1998: 67) defende que existem dois pontos de conexão responsáveis pela coesão e integração social, sendo estes fatores económicos e fatores sociais. Utiliza o termo “nova questão social” para designar o afastamento dos indivíduos dos “circuitos de trocas produtivas” da sociedade, tornando-se assim o indivíduo inútil na perspetiva da sociedade,

.. À margem do trabalho e nas fronteiras das formas de troca socialmente consagradas — desempregados por período longo, moradores dos subúrbios pobres, beneficiados do rendimento mínimo de inserção, vítimas das readaptações industriais, jovens à procura de emprego e que passam de estágio à estágio, de pequeno trabalho à ocupação provisória... (Castel, 1998: 78)

O trabalho é um dos aspetos fundamentais da identidade individual e social. Como argumenta Castel (1998: 69), “existe uma forte correlação entre o lugar ocupado na divisão social do trabalho e a participação nas redes de sociabilidade e nos sistemas que cobrem um indivíduo diante dos acasos da existência.” Quando há um desligamento dos indivíduos dos sistemas de troca produtiva existentes, ocorre uma crise identitária relacionada ao trabalho, afetando diretamente toda a vida dos indivíduos. Nesse contexto, Castel (1998) introduz o conceito de "desfiliação," que descreve a ausência de vínculos do indivíduo nas estruturas que conferem sentido à sociedade em que está inserido. O indivíduo desfiliado não deve ser confundido com alguém que está completamente excluído, pois, não vivencia a ausência total de conexões. No entanto, ele é afastado dos centros de coesão social. Para Castel, o conceito de exclusão refere-se à retirada e ao impedimento dos indivíduos de participar plenamente do convívio social, resultando numa situação onde esses indivíduos têm direitos reduzidos em comparação com os demais membros da sociedade.

1.2. Os sem abrigo: Uma questão social

De acordo com Ferreira (2019:11), as pessoas em situação de sem-abrigo representam “um fenómeno que não se limita apenas à ausência de um lugar para viver. Trata-se de uma problemática complexa que se reflete em questões sociais e de saúde pública preocupantes. É também uma questão que envolve a redução das oportunidades de acesso aos direitos de cidadania para algumas pessoas.” As pessoas em situação de sem-abrigo (PSSA) formam uma população heterogénea, apresentando características diversas e enfrentando desafios variados,

... Não devemos caracterizar esta população através de um padrão estereotipado, o qual reduz e anula a diversidade de identidades que encontramos entre as pessoas em situação de sem abrigo (Paiva et al., 2016), eles são uma população heterogénea e têm características que pertencem a cada um e diferem nos seus valores, significados, estrutura física, estratégias de sobrevivência e atitudes. As características, os percursos que antecederam situações de sem abrigo, o tipo de carências e o tipo de medidas necessárias nunca são iguais em casos de pessoas que vivem na rua, existem sim traços comuns, mas existe também, grande peso dos aspetos individuais de cada caso. (Ferreira, 2019: 11)

A população das PSSA representa uma das principais formas de exclusão social, resultante diretamente da pobreza e do acúmulo de múltiplos níveis de exclusão em diferentes áreas da sociedade. Esta exclusão social manifesta-se de várias maneiras, afetando

não apenas a acessibilidade a recursos materiais básicos, mas também comprometendo a participação plena em aspetos essenciais da vida social. A pobreza, por si só, é um fator crítico que contribui para a marginalização dessas pessoas, pois limita o acesso a necessidades fundamentais como habitação, alimentação e cuidados de saúde. No entanto, a exclusão social vai além da simples falta de recursos, envolve um afastamento sistemático das redes sociais e instituições que oferecem apoio e oportunidades. As PSSA frequentemente enfrentam barreiras significativas para integrar-se na sociedade, o que pode incluir a falta de acesso a serviços essenciais, discriminação, rotulagem e uma ausência de redes de apoio social. Este afastamento não se restringe apenas ao acesso físico a recursos, mas também afeta a capacidade dos indivíduos de participar ativamente na vida comunitária, construir relacionamentos significativos e exercer os seus direitos civis e sociais.

O acúmulo de diferentes formas de exclusão social pode criar um ciclo vicioso, onde a pobreza e a falta de recursos exacerbam a exclusão, e a exclusão social, no que lhe concerne, agrava a situação de pobreza. Por exemplo, a dificuldade em encontrar trabalho devido à falta de uma moradia estável pode levar a uma maior marginalização e a um aumento das dificuldades financeiras. Da mesma forma, a rotulagem e a discriminação enfrentadas por pessoas em situação de sem-abrigo podem impedir o seu acesso a oportunidades educacionais e de emprego, perpetuando o ciclo de exclusão. Portanto, a exclusão social das pessoas em situação de sem-abrigo é uma questão complexa que reflete um entrelaçamento de fatores económicos, sociais e pessoais. Abordar efetivamente esta questão requer uma compreensão abrangente das múltiplas dimensões da exclusão e a implementação de estratégias integradas que visem não apenas o alívio imediato da pobreza, mas também a reintegração social e a construção de redes de apoio sustentáveis. Como refere Ferreira (2019) a situação de sem-abrigo representa a fase mais extrema do processo de marginalização, caracterizado por uma série de ruturas nas relações sociais, incluindo o afastamento do mercado de trabalho e, na sua forma mais avançada, ruturas afetivas, familiares e de amizade. Assim, o fenómeno dos sem-abrigo é visto como a forma mais visível e severa de exclusão social, envolvendo uma pobreza extrema que vai além da dimensão económica e reflete uma escassez multidimensional de recursos,

... corresponde à fase extrema do processo de “marginalização”, o qual no seu decorrer é caracterizado por um conjunto de ruturas na relação do sujeito com a sociedade, principalmente a rutura com o mercado de trabalho, porém quando este processo atinge uma fase extrema, também assistimos a ruturas afetivas, familiares e de amizade. Deste modo, a situação de sem abrigo é considerada a forma mais extrema e visível de exclusão social (...) o fenómeno dos sem abrigo é um problema

de pobreza extrema, bem como de exclusão social, sendo que faz sentido quando falamos nesta população, entendermos o conceito de pobreza como algo que ultrapassa a dimensão económica e que diz respeito a toda uma escassez multidimensional de recursos, isto é, a pobreza envolve mais que desvantagens financeiras, tal como a problemática dos sem abrigo é uma questão que transcende a falta de habitação (...) as pessoas em situação de sem abrigo são vítimas de um longo processo de exclusão social – processo este que ocorre devido à discriminação e preconceito adjacentes a esta condição. Deste modo, a estigmatização origina a desqualificação do rejeitado no mundo social, impedindo uma participação total destes indivíduos na vida social. (Ferreira, 2019: 12)

1.3. Estratégia Nacional Para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA)

A Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas Sem-Abrigo (ENIPSSA) 2009-2015, como consta no Relatório De Avaliação Da Estratégia de 2017, foi desenvolvida para enfrentar a falta de articulação e uniformidade nas iniciativas existentes antes de 2009, promovidas por instituições governamentais, organizações não governamentais e algumas autarquias. Antes desse período, havia um conhecimento limitado sobre a situação real das pessoas sem-abrigo (PSSA) e uma falta de uniformidade nos conceitos utilizados para descrevê-las. Entre 2004 e 2005, o Instituto da Segurança Social (ISS) conduziu um estudo para caracterizar a população sem-teto, analisar as suas trajetórias e identificar as entidades que prestavam serviços a essa população. O estudo revelou a necessidade de uma estratégia nacional que visasse a prevenção, intervenção e acompanhamento, com o objetivo de promover a integração efetiva das PSSA.

A primeira Estratégia Nacional de Integração das Pessoas Sem-Abrigo (2009-2015) tinha como objetivo criar condições para que ninguém permanecesse sem-abrigo devido à falta de alternativas, garantindo condições que promovessem autonomia e atendessem às necessidades individuais, promovendo o exercício pleno da cidadania. Esta estratégia era baseada em dois eixos de desenvolvimento: Conhecimento do Fenómeno, Informação, Sensibilização, Educação e Qualificação da Intervenção. A definição oficial da estratégia, conforme o Instituto da Segurança Social, I.P. (2017), caracterizava a pessoa sem-abrigo como qualquer indivíduo, independentemente de nacionalidade, idade, sexo, condição socioeconómica e saúde, que estivesse sem teto, vivendo no espaço público, em abrigo de emergência ou em condições precárias, ou sem casa, em alojamento temporário destinado a esse fim.

A Estratégia Nacional 2017-2023 adotou o princípio de que "Prevenir é Intervir", fundamentando-se numa abordagem estratégica e holística de prevenção e intervenção centrada nas PSSA, garantindo que nenhum indivíduo precise permanecer na rua por falta de alternativas. Esta estratégia foi prorrogada por mais um ano na resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2024.

Segundo o site oficial da ENIPSSA, a estratégia baseia-se em três princípios de intervenção. O primeiro é o Conhecimento do Fenómeno, que envolve a utilização do conceito de pessoa em situação de sem-abrigo, a identificação e consensualização dos indicadores relevantes para a monitorização do fenómeno, e a avaliação da implementação das medidas de intervenção. Isso inclui a informação, sensibilização e educação da comunidade em geral sobre o fenómeno das PSSA, bem como a mudança das representações sociais discriminatórias e preconceituosas. O segundo princípio é o Reforço da Intervenção, que visa assegurar a qualidade e a eficiência da intervenção técnica através da formação de técnicos e dirigentes de serviços sociais e de atendimento. É implementado um referencial de formação específica para lidar com a multidimensionalidade da situação, adaptado aos diferentes níveis de intervenção. O terceiro princípio é a Coordenação, que parte do princípio da necessidade de avaliar a estratégia através da monitorização dos recursos para coleta de informações sobre as metas estabelecidas, em articulação com interlocutores locais e organismos com responsabilidades específicas. A avaliação é considerada uma etapa essencial do processo, visando a reflexão e aprendizagem contínuas para melhorar a prevenção, intervenção e acompanhamento das PSSA.

A estratégia visa a rentabilização dos recursos humanos e financeiros, evitar a duplicação de respostas e qualificar a intervenção na prevenção de situações de sem-abrigo e no acompanhamento dos utentes, centrando-se no indivíduo, na família e na comunidade. Inclui a promoção do conhecimento do fenómeno das PSSA, informação, sensibilização e educação, o reforço da intervenção para promover a integração das PSSA, bem como a coordenação, monitorização e avaliação da ENIPSSA 2017-2023.

Os órgãos e estruturas envolvidos incluem a Comissão Interministerial e a Comissão Consultiva, o Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia (GIMAE), que inclui um Núcleo Executivo, e a nível local, os Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA).

Em 5 de junho de 2020, foi constituído o NPISA de Albufeira em plenário do Conselho Local de Ação Social de Albufeira. Em 16 de novembro de 2020, um protocolo de parceria foi assinado por 14 entidades de âmbito concelhio e regional, com o objetivo de oferecer a melhor resposta possível à problemática dos sem-abrigo no concelho, com coordenação assumida pelo Município de Albufeira – Divisão de Ação Social. No contexto local de Albufeira, o NPISA é constituído por entidades como a CMA – Divisão de Ação Social, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Albufeira, Centro de Apoio ao Sem-Abrigo – Delegação de Albufeira, Instituto de Segurança Social I.P./Centro Distrital de Faro, Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Silves – Albufeira, Fundação António Silva Leal, Grupo de Ajuda a Toxicodependentes, Guarda Nacional Republicana, Instituto do Emprego e Formação Profissional, e várias Juntas de Freguesia.

No âmbito do planeamento, espera-se a realização de um diagnóstico local sobre o fenómeno das PSSA para contribuir para a rede social e base de planeamento das atividades, identificar e mobilizar os recursos necessários para resolver o problema, planear a construção de um plano de ação para otimizar esforços e recursos, identificar as necessidades de formação das equipas e programar a formação necessária, e produzir relatórios de atividades anuais.

Na intervenção, os objetivos incluem monitorizar e avaliar a implementação do plano de ação, assegurar a articulação com equipas de supervisão e avaliação externa, promover ações de sensibilização e educação da comunidade sobre a integração das PSSA, contribuir para a implementação e monitorização da ENIPSSA 2017-2023, centralizando informações a nível local, adotar um modelo de intervenção e acompanhamento integrado, realizando adaptações conforme as dinâmicas locais, e manter a articulação com o núcleo executivo do GIMAE.

1.4. Caracterização das pessoas em situação de sem abrigo

Segundo o inquérito da ENIPSSA (2021) de caracterização das PSSA, foram identificadas 9.604 pessoas em situação de sem-abrigo, sendo 4.873 em situação de sem-teto e 4.731 em situação de sem-casa. A população PSSA sem-teto é composta maioritariamente por indivíduos do sexo masculino, cerca de 68%, realidade transversal a todas as regiões. Um terço (37%) das pessoas tem entre 45 e 64 anos. Um quarto da população tem o estado civil desconhecido; entre os restantes, prevalecem os solteiros, representando 61% do total, seguidos pelos casados ou em união de facto, que representam 23%. Um quinto da população tem a nacionalidade desconhecida, sendo os restantes predominantemente de nacionalidade

portuguesa e, em geral, da própria localidade em que estão assinalados. O nível de escolaridade de cerca de um terço das PSSA é desconhecido; entre as restantes, a escolaridade distribui-se de forma equitativa entre nenhum nível de ensino, ensino básico – 1º ciclo e ensino básico – 2º/3º ciclo. O tempo de permanência na condição de PSSA sem-teto é desconhecido para cerca de um quarto da população; contudo, entre aqueles para os quais se conhece esta informação, o tempo de permanência varia entre 1 e 5 anos (37%). É desconhecida a fonte de rendimentos para 20% da população; para cerca de dois terços das pessoas restantes, a principal fonte de rendimento é o Rendimento Social de Inserção (RSI). Importa destacar que 11% têm como principal fonte de rendimento o salário, ocasional ou regular. Resumidamente, a caracterização das PSSA sem-teto é composta maioritariamente por indivíduos do sexo masculino, entre 45 e 64 anos, com estado civil solteiro(a), de nacionalidade portuguesa, natural do município atual, com nível de escolaridade de ensino básico – 2º ou 3º ciclo, fonte de rendimento RSI, e a duração da situação ronda o período de 1 a 5 anos.

A população PSSA sem-casa é composta por 78% de indivíduos do sexo masculino. Quarenta e cinco por cento da população encontra-se entre 45 e 64 anos. Em termos de estado civil, mais de dois terços das pessoas são solteiras, sendo esta uma tendência transversal a todas as regiões. Entre as pessoas em situação de sem-casa, prevalece a naturalidade portuguesa, dividindo-se entre o próprio concelho em que a situação foi sinalizada (31%) e a pertença a outro concelho (32%). Cerca de dois terços dos indivíduos são de nacionalidade portuguesa. O nível de escolaridade predominante é o 2º/3º ciclo do ensino básico. A situação de sem-casa dura há menos de 1 ano para mais de um terço das situações reportadas em Portugal continental. As fontes de rendimento, nos casos cuja informação é conhecida, mostram que o RSI constitui a principal fonte de rendimento para 45% destes indivíduos, e um quarto dos indivíduos em condição de sem-casa tem como principal fonte de rendimento o salário, ocasional ou regular. Em suma, a caracterização das PSSA sem-casa é composta maioritariamente por indivíduos do sexo masculino, entre 45 e 65 anos, com estado civil solteiro(a), de nacionalidade portuguesa, natural do município atual ou de outro, com nível de escolaridade de ensino básico – 2º ou 3º ciclo, fonte de rendimento RSI, e a duração da situação ronda o período de 1 ano.

No Algarve, em 2022, existiam 714 pessoas em situação de sem-abrigo, sendo 629 sem-teto e 85 sem-casa. A proporção de população residente em situação de sem-abrigo era de 1,51. A caracterização geral desta população revela a predominância do sexo masculino,

idade entre 45 e 64 anos, estado civil solteiro(a), nacionalidade portuguesa e naturalidade portuguesa, do município atual. A principal forma de rendimento é o Rendimento Social de Inserção (RSI), mas os dados sobre escolaridade e duração da situação são desconhecidos. Quanto à situação habitacional das pessoas em situação de sem-abrigo sem-casa, 45% encontram-se em alojamentos específicos para pessoas sem-casa, 32% em centros de alojamento temporário e 24% em quartos pagos. A taxa de variação das pessoas em situação de sem-abrigo — sem-teto e sem-casa — no Algarve evoluiu de 334 em 2021 para 714 em 2022.

No concelho de Albufeira, segundo os dados obtidos em 2023, existiam 190 pessoas em situação de sem-abrigo. Dessas, 111 permanecem acompanhadas pelo Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA), 99 vivem em condições precárias (espaços públicos, carros, tendas, ruínas) e 10 saíram da precariedade habitacional e encontram-se no Centro de Alojamento Temporário de Emergência (CATE). A distribuição dos casos por freguesia é a seguinte: Albufeira e Olhos de Água com 94 situações, Ferreiras com 9, Guia com 1 e Paderne com 7. A nacionalidade das pessoas em situação de sem-abrigo em Albufeira é maioritariamente portuguesa. A maioria da população não tem rendimentos; 24 pessoas recebem o Rendimento Social de Inserção (RSI), 13 trabalham e 7 recebem pensão. A faixa etária predominante é dos 45 aos 54 anos, seguida pela faixa etária dos 35 aos 44 anos. É importante destacar que a população em situação de sem-abrigo em Albufeira pode ser considerada jovem, pois há apenas 13 pessoas na faixa etária dos 61 aos 65 anos. Em relação às dependências, 29 pessoas têm adição ao álcool, 18 as substâncias psicoativas e 9 a ambas. Oitenta e uma pessoas saíram da situação de sem-abrigo; as razões para a saída foram: 36 casos com paradeiro desconhecido, 14 entraram no mercado de trabalho, 12 retornaram às suas origens, 2 foram integrados em respostas sociais para idosos, 11 estão em integração em Centros de Alojamento de Emergência e Social (CAES), 1 encontrou uma solução habitacional (alugou um quarto) e 5 faleceram.

CAPÍTULO II

METODOLOGIA DE ANÁLISE

1.1. Metodologia

Tendo por base o pensamento defendido por Fortin (1999: 102) de que “o estilo da pesquisa adotado e os métodos de recolha de informação selecionados dependem da natureza do estudo e do tipo de informação que se pretende obter, após uma consulta estruturada e aprofundada sobre as principais características dos diversos tipos de pesquisa, a natureza do estudo e o tipo de informação que pretendemos obter, definimos a nossa abordagem”. Optei pelo método qualitativo, uma vez, que este método apresenta inúmeras vantagens, tais como, sobre referências de Poupart (2010: 314) “de ordem epistemológica, na medida em que os atores são considerados indispensáveis para entender os comportamentos sociais; de ordem ética e política, pois permitem aprofundar as contradições e os dilemas que atravessam a sociedade concreta; e de ordem metodológica, como instrumentos privilegiados de análise das experiências e do sentido da ação”. Como técnica de recolha de dados foi escolhida a realização de entrevistas semiestruturadas aos técnicos que realizam a intervenção junto às pessoas em situação de sem-abrigo e às próprias pessoas em situação de sem abrigo de Albufeira, assim sendo, a população deste estudo está delimitada por estas duas características, ou seja, PSSA e os técnicos que participam na intervenção, sendo esta as minhas fontes de informação, que segundo os objetivos traçados, permitiu conhecer a população das PSSA de Albufeira, sua caracterização, compreender e analisar as situações. Tal como Simões e Sapeta (2018) referenciam,

...Uma das técnicas mais comuns e importantes no estudo e na compreensão do ser humano, a entrevista é uma forma de interação social que valoriza o uso da palavra, do símbolo e do signo, aspectos privilegiados das relações humanas, através dos quais os atores sociais constroem e procuram dar sentido à realidade (...) Favorecendo o estudo de realidades sociais, cognitivas e simbólicas que atravessam as ancoragens locais, as entrevistas são fundamentais no mapeamento de práticas, crenças, valores de universos sociais específicos. Sendo bem realizadas, permitem ao investigador recolher indícios dos modos como cada um dos sujeitos percebe e significa sua realidade (...) uma entrevista qualitativa deve ser aberta, neutra, sensível e clara. São geralmente flexíveis e de natureza exploratória. O estilo da entrevista é desestruturado e de conversação, e as perguntas feitas são geralmente abertas e projetadas para provocar histórias detalhadas, concretas, sobre as experiências do sujeito. (Simões & Sapeta, 2018: 45)

Permitindo assim realizar um diagnóstico sobre as vivências e trajetórias das pessoas em situação de sem-abrigo que residem no concelho de Albufeira. As entrevistas com as PSSA, permitem-nos compreender em profundidade as trajetórias de vida e os contextos que levaram estes indivíduos a entrar num contínuo processo de desafiliação. Sendo esta a metodologia que considero que se enquadra melhor com os objetivos do estágio e do estudo de caso. Guazi (2021) defende,

... A adoção de entrevistas (...) semiestruturadas pode se apresentar como uma decisão metodológica adequada para a resolução de uma variedade de problemas e perguntas em ciência (...) são frequentemente empregues com o objetivo de identificar os sentimentos, pensamentos, opiniões, crenças, valores, percepções e atitudes do entrevistado em relação a um ou mais temas (...) a entrevista é uma técnica especialmente útil para investigar o comportamento e a subjetividade humana. Por meio da entrevista, é possível, por exemplo, coletar dados a respeito do que as pessoas fazem, como fazem e os motivos pelos quais fazem o que fazem; é possível investigar o que as pessoas sentem e as circunstâncias sob as quais sentem o que sentem; é possível identificar tendências de se comportar de determinada forma. (Guazi, 2021: 1)

O estudo constitui assim um estudo de caso exploratório. Os estudos de casos são uma modalidade de pesquisa que permite o aprofundamento do conhecimento sobre casos específicos de uma determinada realidade tendo como enfoque os contextos da realidade experienciada, assim como é defendido por Gil (2002) “nas ciências, durante muito tempo, o estudo de caso foi encarado como procedimento pouco rigoroso, que serviria apenas para estudos de natureza exploratória. Hoje, porém, é encarado como o delineamento mais adequado para a investigação de um fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto real”, sendo também em simultâneo um estudo exploratório, visto que se procura explorar uma situação visando a obtenção de informações para a familiarização com a situação para a sua melhor compreensão e análise,

... Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planeamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b)

entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que "estimulem a compreensão" (Gil, 2002: 41)

Assim como defende Yin (1994) o estudo de caso é uma metodologia de pesquisa amplamente utilizada nas ciências sociais, especialmente adequada quando o objetivo é investigar fenômenos contemporâneos em profundidade e nos seus contextos reais. Essa abordagem é particularmente útil quando o pesquisador enfrenta questões do tipo "como" e "porquê", que exigem uma compreensão detalhada dos processos e relações envolvidas, em vez de uma simples medição de frequência ou incidência. Ao contrário de outros métodos, o estudo de caso se destaca por sua capacidade de explorar fenômenos complexos, onde as fronteiras entre o evento e o seu contexto não se apresentam de forma clara.

Essa metodologia permite que o investigador mantenha uma perspectiva holística, capturando as nuances e detalhes significativos dos acontecimentos da realidade. Além disso, os estudos de caso podem ser tanto explanatórios quanto exploratórios, dependendo da natureza das perguntas de pesquisa. Em situações onde o pesquisador tem pouco controle sobre os comportamentos ou eventos a serem estudados, o estudo de caso oferece uma alternativa valiosa, combinando técnicas de análise de dados semelhantes às utilizadas em pesquisas históricas, mas com a adição de observações diretas e entrevistas sistemáticas. Os estudos de caso podem ser conduzidos de forma singular ou múltipla. Um estudo de caso simples foca-se num único exemplo, enquanto o estudo de caso múltiplo examina vários casos, proporcionando uma base mais robusta para a replicação e validação dos resultados. Ambos os formatos compartilham a mesma lógica de planejamento e são variações na estratégia geral de estudo de caso,

... Os estudos de caso são a estratégia preferida quando questões “ como “ e “ porquê “ estão a ser colocadas, quando o investigador tem pouco controlo sobre os acontecimentos, e quando o foco está nos fenômenos contemporâneos dentro do contexto da vida real (...) Um estudo de caso é um inquérito empírico que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu conceito de vida real, especialmente quando as fronteiras entre fenômeno e contextos não são claramente evidentes (...) O estudo do caso permite uma investigação para reter as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real (...) Tais estudos de casos “ explanatórios “ também podem ser complementados por outros dois tipos –estudos de caso “ exploratório” (...) questões “ como “ e “ porquê “ são mais explanatórias e passíveis de conduzir ao uso de estudos de caso, histórias, e experiências como as estratégias de investigação preferidas. Isto é porque tais questões lidam com elos operacionais, necessitando serem localizados ao longo do tempo, mais do que meras frequências ou incidências (...) O estudo do caso é preferido para examinar

acontecimentos contemporâneos, mas quando os comportamentos relevantes não podem ser manipulados. O estudo do caso confia em muitas das mesmas técnicas que a história, mas adiciona duas fontes e provas (...) investigação de estudo do caso pode incluir estudos de casos simples e múltiplos... estudos de casos múltiplos e simples são na realidade nada mais que variantes de planos de estudos de casos. (Yin, 1994: 27)

A amostra é composta por 16 participantes, entre eles cinco técnicos que participam na intervenção social das PSSA de diversas entidades, sendo quatro mulheres e um homem, dez PSSA (quatro sem casa e seis sem teto) e uma pessoa que saiu desta situação, sendo nove homens e duas mulheres. O método de amostragem que escolhi foi amostragem por casos múltiplos, em específico a amostra por homogeneização, assim como defende Guerra (2006) “na amostra por homogeneização o analista quer estudar um grupo homogêneo. O controlo da diversidade não é realizado face a elementos externos ao grupo selecionado, mas internamente ao grupo (...) aplica-se o princípio da diversidade interna, procurando-se as variáveis pertinentes face aos objetos, isto é, aquelas que façam variar a posição do ator ao objeto, na medida em que se procura a diversidade no grupo”.

Na definição da amostra utilizei os conhecimentos que tinha sobre determinados elementos da população, procurei que existisse uma variedade entre os sem-teto, e os sem-casa, e pelo menos um caso de uma pessoa que conseguiu sair desta situação. Na parte dos técnicos procurei entrevistar técnicos pertencentes as três principais entidades na intervenção direta junto as PSSA, garantindo assim uma variedade na amostra existente. Os participantes foram selecionados intencionalmente tendo em conta diversos fatores, tais como, a sua disponibilidade, terem-se voluntariado e as condições de habitabilidade, tendo em conta que as experiências e percepção variam consoante o meio que vivem. A análise de conteúdo é a técnica utilizada nas ciências sociais na análise dos dados obtidos através das diferentes formas de recolha de informação,

...A análise de conteúdo é uma técnica que permite a classificação de material, reduzindo-o a uma dimensão mais manejável e interpretável, e a realização de inferências válidas a partir desses elementos (...) Quando aplicada ao material escrito, o objetivo básico desta análise consiste em reduzir as muitas palavras de um texto a um pequeno conjunto de categorias de conteúdo (...) para chegarem a uma interpretação das principais tendências e padrões presentes nos seus dados. (Lima, 2013: 7)

A análise de conteúdo tem por base os temas e as categorias desenvolvidas, sendo que as entrevistas dos técnicos foram analisadas separadamente em relação às PSSA. Contudo, na análise de conteúdo os temas identificados em ambas são similares e as categorias também.

... No conjunto das técnicas da análise de conteúdo, a análise por categorias é de citar em primeiro lugar: cronologicamente é a mais antiga; na prática é a mais utilizada. Funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos. Entre as diferentes possibilidades de categorização, a investigação dos temas, ou análise temática, é rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos directos (significações manifestas) e simples. (Bardin, 1997: 117)

As entrevistas com os técnicos foram realizadas nos seus ambientes de trabalho, nos locais onde atuam diretamente com as PSSA. Já as entrevistas com as PSSA ocorreram em diversos cenários: na carrinha de atendimento do CASA, estacionada junto às suas instalações, na Divisão da Ação Social, no alojamento CATE, num café próximo ao local de residência de um dos utentes, na baixa de Albufeira, e na casa de um utente que conseguiu sair dessa situação.

Foi possível observar que o ambiente onde as entrevistas com as PSSA eram conduzidas influenciou significativamente as respostas obtidas. Por exemplo, durante a entrevista realizada na baixa de Albufeira, ficou evidente que a PSSA tentava mostrar-se superior e até mesmo indiferente à sua situação de vulnerabilidade. Já aqueles entrevistados na carrinha de apoio do CASA, quando questionados sobre o apoio recebido, frequentemente declararam estar satisfeitos; contudo, notou-se uma resistência em expressar as suas opiniões mais profundas. Além disso, a baixa escolaridade de alguns entrevistados dificultou a reflexão e a elaboração de respostas mais complexas e detalhadas, revelando uma relutância generalizada em discutir abertamente a situação em que se encontram.

Em contraste, as entrevistas com os técnicos apresentaram um desenvolvimento mais amplo e completo. Devido à experiência e ao conhecimento que possuem na área, esses profissionais foram capazes de articular com clareza e profundidade as suas percepções e análises sobre os temas abordados, proporcionando uma visão mais rica e informada.

Cabe ressaltar as limitações dos resultados deste estudo, devido a especificidade geográfica e contextual, o estudo foi conduzido com ênfase no contexto único de Albufeira,

uma localidade com características socioculturais, económicas e geográficas específicas que influenciam diretamente a situação das PSSA. Fatores como a dinâmica do turismo, o mercado de trabalho sazonal, e a rede de apoio social disponível em Albufeira diferir significativamente de outras regiões, o que dificulta extrapolar as conclusões do estudo para outras localidades.

As respostas e recursos locais, o estudo considerou as respostas e recursos disponíveis especificamente em Albufeira, incluindo os serviços sociais e programas de apoio locais, que podem não estar presentes ou diferir em outras regiões. A eficácia e a relevância das intervenções analisadas no estudo são, portanto, diretamente ligadas ao contexto local, limitando a aplicabilidade dos resultados a outras áreas com diferentes recursos e estratégias de intervenção. O perfil dos entrevistados, tanto os técnicos entrevistados quanto as PSSA fazem parte da comunidade de Albufeira, e as suas experiências, percepções e respostas refletem a realidade particular desta localidade.

Os técnicos de outras regiões podem ter abordagens diferentes, e as PSSA em outros contextos podem enfrentar desafios distintos, o que pode resultar em variações significativas nos dados coletados e nas conclusões alcançadas. A influência das políticas locais, as políticas de assistência social, segurança, e urbanismo de Albufeira moldam a vida das PSSA de maneira única. Outras regiões podem ter políticas e abordagens diferentes, o que significa que a reprodução do estudo em outro local exigiria uma consideração das políticas específicas dessa nova região, e o estudo em Albufeira não pode ser diretamente transposto para outros contextos.

As limitações temporais, o estudo foi realizado num período específico, refletindo a situação das PSSA em Albufeira naquele momento. A realidade das PSSA pode mudar com o tempo devido a fatores como mudanças económicas, políticas ou sociais, o que restringe ainda mais a capacidade de generalização e reprodução do estudo em outros contextos ou períodos. Sendo um estudo contextualizado e específico, a sua reprodução para a realidade de outros locais é condicionada. No entanto, as conclusões alcançadas possuem uma profundidade e relevância significativas para a realidade de Albufeira.

1.2. Estágio na Câmara Municipal de Albufeira

Albufeira é uma cidade localizada no Algarve, distrito de Faro, e está dividida em quatro freguesias, com uma população de cerca de 31 mil habitantes, a cidade possui uma história extremamente antiga, com vestígios de ocupação que datam de períodos anteriores a Cristo. No entanto, só em meados do século VIII, com a ocupação dos Árabes, a cidade foi denominada Albuar. Albufeira ocupa uma posição geográfica consideravelmente privilegiada, Albufeira está situada na costa atlântica, oferecendo uma combinação única de praias deslumbrantes, imponentes falésias, e um clima mediterrâneo ameno.

A Câmara Municipal é o órgão executivo e administrativo responsável pelos municípios em Portugal. A Câmara Municipal de Albufeira, como todas as câmaras municipais, é uma instituição encarregada da administração do território. É composta por um presidente, um vice-presidente e vereadores. As suas funções incluem a fiscalização e a legislação da administração local, além de exercer o poder legislativo, assim como conta no site autárquico. Conforme a definição existente na legislação a Câmara Municipal é o órgão executivo do município, diretamente eleito pelos cidadãos, e tem por missão definir e executar políticas visando o desenvolvimento do concelho em diversas áreas, ou seja, uma Câmara Municipal é o órgão executivo do governo local, responsável pela administração de um município, desempenha funções importantes na gestão dos assuntos públicos locais, como a manutenção de infraestruturas, a gestão do urbanismo, a proteção do meio ambiente, a promoção de atividades culturais e sociais, e a prestação de serviços públicos, como educação, saúde e segurança. Nos termos da Constituição da República Portuguesa,

... A organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais, as quais são pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos e que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas (...) as autarquias locais são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas, embora estas últimas ainda não tenham sido instituídas em concreto (...) Os municípios são as autarquias locais que visam a prossecução de interesses próprios da população residente na circunscrição do concelho, mediante órgãos representativos por ela eleitos. Os órgãos representativos do município são a assembleia municipal (órgão deliberativo) e a câmara municipal (órgão executivo). (Direção-Geral das Autarquias Locais, 2023)

Podemos então considerar que, na prática, a Câmara Municipal de Albufeira é responsável pela administração e gestão do território que lhe é designado, incluindo a

implementação de políticas e cuidados necessários para o desenvolvimento e bem-estar da comunidade local, sendo responsável por impulsionar o progresso do município em diversas áreas essenciais, como saúde, educação, assistência social e habitação, meio ambiente e saneamento básico, planeamento territorial e urbanismo, transportes e comunicações, fornecimento de serviços públicos, desporto e cultura, defesa dos direitos dos consumidores e proteção civil.

A Divisão de Ação Social da Câmara Municipal de Albufeira realiza intervenções com pessoas em situação de sem-abrigo (PSSA). Esta divisão tem como uma das suas principais funções encontrar respostas adequadas às necessidades dos grupos mais vulneráveis ou em situação de risco, realizando intervenções sociais e administrando a distribuição de recursos e equipamentos sociais. O objetivo é valorizar e promover a justiça social. O serviço de atendimento permite que as pessoas exponham os seus problemas e recebam orientação e aconselhamento com base nos recursos disponíveis para suprir as dificuldades identificadas. Esse atendimento envolve a realização de um diagnóstico e a proposta de intervenção, com a finalidade de promover a melhoria das condições de vida, a reinserção social e a garantia dos direitos pessoais. Além disso, existe o serviço de acompanhamento, que se concentra no trabalho direto com os indivíduos e as suas famílias. Esse serviço visa promover um novo projeto de vida, mudar comportamentos e atitudes, melhorar as condições de vida e reabilitar socialmente os assistidos. A Divisão de Ação Social desempenha um papel crucial na sociedade ao ajudar, intervir e orientar os indivíduos em situação de vulnerabilidade. Todos os projetos existentes em Portugal voltados para a prevenção, intervenção e acompanhamento de pessoas em situação de sem-abrigo estão alinhados com o plano de ação da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo. Entre os vários projetos destinados a essa questão social, destaca-se o Projeto Legos, o Projeto Sou+ e o Projeto "Oficina do Sabão".

A Divisão de Ação Social da Câmara Municipal de Albufeira realiza diversas abordagens de apoio social, abrangendo áreas como apoio habitacional, auxílios financeiros, bolsas de estudo superior, apoio a idosos, deficientes, mães, migrantes, pessoas em situação de sem-abrigo e trabalho voluntário. Todos esses apoios visam promover uma melhor qualidade de vida, integração e reabilitação social. A divisão trabalha diretamente com indivíduos e

O projeto Legos, coordenado pelo Movimento de Apoio à Problemática da Sida (MAPS), visa apoiar pessoas em situação de sem-abrigo em sete concelhos algarvios. Atua na participação ativa, igualdade de oportunidades e não discriminação, inovação social e qualidade de serviços, com o objetivo de promover a integração social de grupos vulneráveis, nomeadamente a população sem-abrigo.

O Projeto 'Sou +' visa promover a inclusão das pessoas em situação de sem-abrigo, dando particular atenção à problemática da saúde mental, à capacitação da população-alvo e à sensibilização e combate ao estigma junto da comunidade em geral.

O projeto "Oficina do Sabão" promove estratégias de inclusão social da população sem-abrigo e desenvolvimento de experiências para a promoção do empreendedorismo baseado em processos de inovação social e de um serviço social relacionado com questões ambientais.

agregados familiares que necessitam de ajuda na área social, buscando atender às suas necessidades e facilitar o seu acesso a recursos e serviços essenciais.

As respostas existentes para as PSSA na rede social são as seguintes: A Fundação António Silva Leal tem cantina social e banho. A Santa Casa da Misericórdia de Albufeira tem cantina social, entrega de cabaz alimentar, balneários para a higiene pessoal, vestuário e lavandaria. A autarquia Municipal que tem uma técnica superior que faz sinalizações, acompanhamento e encaminhamento das PSSA. O Centro de Apoio ao Sem Abrigo (CASA) tem entrega de refeição, vestuário, cabazes e apoio médico. O SAAS (Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social) que realiza o acompanhamento das pessoas que beneficiam do Rendimento Social de Inserção (RSI) e realizam atendimento social. Os Bombeiros Voluntários de Albufeira, a Cruz Vermelha Portuguesa e a Segurança Social através do RSI fazem parte também da composição do NIPSA.

1.3.Práticas profissionais e atividades desenvolvidas durante a realização do estágio

O estágio decorreu na Câmara Municipal de Albufeira, mas especificamente na Divisão de Ação Social. O estágio teve uma carga total de 640 horas, realizado entre o final de fevereiro e o início de julho, com uma duração aproximada de quatro meses, no horário de trabalho da instituição, das 9:00 às 17:00 horas. A divisão da Ação Social da CMA tem por objetivo o atendimento, orientação, aconselhamento e encaminhamento das pessoas que procuram auxílio. Esta divisão, segundo as próprias informações disponíveis no site oficial da CMA, visa proporcionar às pessoas a oportunidade de exporem os seus problemas e, através de uma análise cuidadosa, serem orientadas e aconselhadas com base nos recursos disponíveis para resolver as dificuldades identificadas. Além disso, procura promover a melhoria das condições de vida dos utentes, informar e garantir os seus direitos pessoais, bem como promover a sua reinserção social, através do serviço de atendimento. Paralelamente, o Serviço de Acompanhamento foca-se no trabalho direto com os indivíduos e as suas famílias, com o objetivo de ajudar na construção de um novo projeto de vida. Este serviço também se empenha em promover a mudança de comportamentos e atitudes, contribuindo para a melhoria das condições de vida e para a reabilitação social dos utentes. Assim, ambos os serviços trabalham em conjunto para proporcionar uma intervenção abrangente e eficaz, que atenda tanto às necessidades imediatas quanto às de longo prazo das pessoas em situação de vulnerabilidade.

Na Divisão de Ação Social, há uma Técnica Superior responsável pela área das pessoas em situação de sem-abrigo, que como consta no site oficial da CMA, é a responsável pelo Núcleo de Planeamento e Intervenção para a Situação de Sem-Abrigo (NPISA) de Albufeira, criado com base na decisão tomada pelo CLAS (Conselho Local de Ação Social), durante a sessão plenária realizada em 5 de junho de 2020. A constituição do NPISA foi validada pelo Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia (GIMAE), conforme a proposta apresentada pelo seu Núcleo Executivo. O NPISA de Albufeira está formalmente constituído desde 16 de novembro de 2020, data em que foi celebrado um protocolo de parceria com catorze entidades. O modelo de intervenção do NPISA aplica-se a todos os casos de indivíduos em situação de sem-abrigo que necessitem de intervenção especializada, abrangendo todo o tempo necessário até se encontrar e estabelecer uma solução que permita a autonomização adequada às potencialidades de cada pessoa. As competências do NPISA incluem o planeamento da intervenção, a realização de ações de prevenção, a intervenção em emergências e pós-emergência, bem como a monitorização e avaliação da intervenção e da implementação da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSA) no território.

A Técnica Superior responsável diretamente por esta pasta foi minha orientadora durante o estágio e supervisionou o meu trabalho. Apesar das limitações nos acessos de comunicação interna da instituição, desempenhei, em geral, as funções de um Técnico Superior. Entre as minhas responsabilidades estavam a verificação de sinalizações, a realização de entrevistas com novas sinalizações de utentes, o acompanhamento de consultas e de situações já existentes, bem como a gestão de documentação, incluindo a solicitação de documentos ao consulado. Além dessas tarefas, participava, nas segundas-feiras, em atividades de voluntariado no CASA, com o objetivo de compreender melhor a problemática das pessoas em situação de sem-abrigo, contribuir ativamente para outras respostas da rede social e estabelecer um elo de proximidade e reconhecimento com as pessoas nesta situação.

Durante o estágio na Divisão da Ação Social, com foco na intervenção junto às Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (PSSA), desenvolvi diversas atividades essenciais para a assistência e acompanhamento desta população vulnerável. As minhas principais responsabilidades incluíram o acompanhamento de Sinalizações: Monitorizei e acompanhei as sinalizações de casos de PSSA, feitas tanto por municípios quanto por outras entidades, garantindo que cada situação recebesse a atenção necessária. Na realização de entrevistas, participei de entrevistas com os indivíduos sinalizados para compreender em profundidade

as suas circunstâncias, como chegaram à situação atual e quais as formas de suporte necessitavam.

O apoio em consultas, acompanhei os utentes a consultas de diferentes naturezas, assegurando que recebessem o atendimento médico e social adequado. A gestão de Documentação: Prestei assistência na organização e tratamento da documentação de dois utentes, facilitando o acesso aos serviços de apoio. E acompanhamento de casos, trabalhei diretamente com a minha supervisora no acompanhamento de situações sinalizadas, assegurando a continuidade e eficácia das intervenções propostas.

Notas de acompanhamento do estágio:

Saída da instalação: situação sinalizada da existência de uma PSSA nos prédios em frente ao Aqualab, eu juntamente com a técnica deslocamos-nos até lá com o intuito de identificar a PSSA e caso necessário realizar a sinalização desta pessoa, contudo o utente já estava assinalado, houve um diálogo sobre como o senhor estava e se necessitava de alguma ajuda imediata uma vez que verbalizou ter “andado a porrada com um ucraniano” durante a noite. Contudo, o utente parecia estar entorpecido, a técnica entrou em contato com uma colega que também era gestora de caso do utente e esta informou que posteriormente irá encontrar-se com o utente. Seguidamente dirigimo-nos ao Skate Park a procura de outro utente após queixas de que o mesmo estaria a dormir em espaço privado, nomeadamente em frente a estabelecimentos comerciais, contudo não encontramos o utente. Posteriormente dirigimo-nos para o park/caminho perto da Repsol onde informado por munícipes de que existia uma PSSA que ocupava o espaço de um parque infantil, mais especificamente um brinquedo destinado a crianças em forma de caracol. Ao chegar ao local verificamos que a situação procedia o utente estava no espaço assim como bens pessoais, tais como bicicleta, mala, roupas... abordamos o utente, que também já está assinalado, individuo do sexo masculino na casa dos 20 anos, estrangeiro. Resumidamente, o utente já tinha sido abordado pelas técnicas anteriormente e recusou-se a ir para o alojamento disponível “devido à restrição de horários” dizia estar à espera que lhe contactassem de uma oferta de trabalho que se tinha candidatado e que existia a possibilidade de alojamento, afirmando ainda que durante esse tempo de espera não iria sair, pois, não tinha para aonde ir, a técnica informou que ali ele não poderia continuar, após a finalização da conversa, retirámo-nos do local. (Relato pessoal dia 27.02.2024)

Ida a Olhão para acompanhamento de um utente que está em situação de sem-abrigo e que tem questões com adição (álcool). O utente já se encontra a trabalhar e mora no local em que trabalha. É acompanhado no IDT devido à dependência do álcool, é autónomo, vai às consultas sozinho, contudo esporadicamente as técnicas realizam o acompanhamento com o objetivo de manter o elo e o apoio ao utente, que muitas vezes não tem o apoio familiar. Este utente tem uma grande força de vontade, já teve duas recaídas e volta sempre a tentar. Existem diversos fatores associados a situação

dos sem-abrigos, nunca é só uma situação, no caso deste utente, o culminar foi devido a uma situação de divórcio que originou num “descambar”, perda do controlo, e questões existentes com os filhos, contudo, demonstra muita força de vontade e boa disposição para lidar com as adversidades. (Relato pessoal dia 29/02/2024)

Hoje foi o dia de ir ao CASA para ajudar na distribuição da comida à população em situação de sem abrigo e pessoas carenciadas, hoje fiquei na distribuição que acontece no espaço físico do CASA, que conta com diversos voluntários, técnicos e funcionários que desempenham diferentes funções, tais como organização e separação do vestuário, os que distribuem a comida na rua, as técnicas de apoio social, a responsável pela gestão dos alimentos, o voluntário da copa, entre outros. Normalmente existem duas opções de refeição, sopa, salada, fruta, bolos, iogurte, salgados, pão e café, contudo não existe um espaço próprio para a realização do consumo das refeições. Momentos antes de começarem a servir as refeições colocam uma lista para que os utentes coloquem os nomes que irão servir para guiar a ordem de chamada. Consoante aos voluntários que existem são organizados nos respetivos postos. Hoje fiquei com a refeição, salada e sopa. Hoje só havia uma medicação a ser entregue, é montada uma linha de distribuição e são chamados à vez para evitar confusões. Foi extremamente importante ter participado, uma coisa é estudar a teoria e outra é estar em contacto direto interagindo, pois, ao longo do processo da entrega dos alimentos ficamos a saber os nomes e caras de algumas pessoas conversamos sobre assuntos triviais, conhecemos algumas situações e histórias. (Relato pessoal dia 04/03/2024)

Durante o meu estágio, também tive a oportunidade de visitar a Fundação António Silva Leal duas vezes, onde participei na preparação e no serviço das refeições destinadas às pessoas em situação de sem-abrigo. O funcionamento da Fundação difere do CASA, pois possui um refeitório social específico para esta população. A técnica responsável pelo meu acompanhamento fez questão de garantir que eu conhecesse todas as respostas existentes na rede social para lidar com a problemática dos sem-abrigo. Apresentou-me ao Gabinete de Apoio à Família, ao Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, e às respostas sociais da Santa Casa da Misericórdia para esta questão. Além disso, estive presente em três reuniões do Núcleo de Intervenção e Planeamento Sem-Abrigo (NIPSA) que ocorreram durante o período do meu estágio. Essas reuniões foram extremamente enriquecedoras, permitindo-me entender melhor como a rede se organiza para responder às situações existentes e proporcionando uma visão abrangente sobre a realidade das pessoas em situação de sem-abrigo em Albufeira.

CAPÍTULO III

ANÁLISE DOS RESULTADOS DE INVESTIGAÇÃO

1. Perfil e necessidades sociais

Albufeira tem atualmente 122 pessoas assinaladas na situação de sem abrigo, segundo os dados fornecidos pela própria rede do NPISA de Albufeira. Sendo 108 do género masculino e 14 do género feminino. A faixa etária mais expressiva é entre os 45-54 anos com 41 indivíduos dentro desta faixa etária, sendo que a maior parte se situa entre os 25-64 anos, um total de 96 pessoas. Desconhece-se a escolaridade da maior parte desta população (83), e do pouco que se conhece, oito tem o secundário, seis o 2º ciclo, nove o 1º ciclo, dois são analfabetos e um tem bacharelado.

A situação profissional que caracteriza esta população é o desemprego com 105 indivíduos nesta situação, empregados estão 10 e pensionistas existem 4. Os consumos são bastante expressivos e transversais, sendo o álcool a dependência mais verificada (33), seguidamente de outras substâncias psicoativas (16), há ainda quem recorra às duas (6), apenas 20 pessoas não se aplica a questão dos consumos e dependências e desconhece-se este dado em relação a 40 indivíduos. A maior parte não apresenta ter rendimentos (56 indivíduos), segue-se a segunda maior percentagem que recebe RSI (34), trabalho (11), pensões (7), a cargo da família (2), e desconhecido e outros (11). A população em situação de sem abrigo de Albufeira é maioritariamente portuguesa (79), sendo o número de estrangeiros pouco expressivo e diversificado na sua origem, existem oito brasileiros, seis cabo-verdianos, seis guineenses, quatro angolanos, cinco ucranianos, um romeno e dois alemães.

Na população estrangeira que se encontra na situação de sem abrigo, 10 são detentores de título de residência, 24 tem passaporte como a sua documentação, 7 encontram-se sem documentação e 3 desconhece-se este aspeto. Nos tipos de abrigo temos 48 pessoas em situação de rua, 42 em casas abandonadas, 7 em casas invadidas, 5 em viaturas e 10 que se desconhece onde se abrigam. Na questão da saúde mental encontram-se assinalados oito pessoas com “indícios de problemas de saúde mental”, ou seja, apenas oito pessoas estão a ser acompanhadas neste aspeto. Tendo por base os dados existentes na base de trabalhos da rede social segundo as categorias assinaladas nas entrevistas dos técnicos, estas são as informações que existem e vão exatamente de encontro com o relatado nas entrevistas

realizadas aos técnicos, pertencentes à rede social de Albufeira que trabalham junto a essas situações, contudo, existem outros aspetos que foram assinalados e não existem dados concretos sobre essas situações, sendo estes os aspetos que irei focar utilizando a perceção dos técnicos e estudos existentes para abordar esses temas que também estão relacionados com estas problemáticas.

Um dos aspetos assinalados pelos técnicos é a rutura familiar que consiste na quebra das relações sociais ou afetivas, ou seja, um corte com os laços sociais e familiares. A rutura com estes laços potencializa a desfiliação, conceito defendido por Castel (1998: 21) “ruptura em relação às redes de integração primária; um primeiro desatrelamento com respeito às regulações dadas a partir do encaixe na família, na linhagem, no sistema de interdependências fundadas sobre o pertencimento comunitário”, sendo este um dos aspetos considerados como caracterizador do perfil das PSSA. As autoras Rosa e Abreu (2015: 159) defendem que “a situação de sem-abrigo resulta frequentemente de um processo complexo de exclusão social que envolve vários fatores e sucessivas rupturas com os vários sistemas sociais básicos e de pertença”.

Quando questionado aos técnicos qual o perfil das PSSA de Albufeira foi assinalado “que vêm também de famílias desestruturadas” e que “têm sempre uma história por detrás que vai muito ao encontro da rutura familiar”. A rutura não é meramente na esfera das relações afetivas, mas também na esfera social, assim como referido pela Técnica 1 “em que desaprendem a ter as regras sociais e acabam por entrar neste mundo dos consumos e nesta bola de cristal”.

...A existência e a manutenção de laços sociais é uma dimensão estruturante da vida em sociedade. A sua rutura é, por conseguinte, um elemento central na compreensão dos fatores que sustentam a emergência e a manutenção da situação de sem-abrigo, sendo essencial que se atenda a esta dimensão quando se estuda e se intervém nesta problemática. Não se trata de mera exclusão da esfera habitacional ou da esfera profissional; a situação de sem-abrigo encontra-se profundamente interligada com a restrição das redes de relações (em dimensão, diversidade e densidade) associadas a um esboroamento do laço social (...) as rupturas coexistem nos diversos tipos de laços sociais e esta estreita teia de sucessivas quebras, concorre para um processo de comprometimento de consequências múltiplas na vida destes indivíduos numa esfera de mobilidade descendente. A situação de sem-abrigo conjuga privação, destituição, exclusão e dessocialização. Porque resultante da confluência múltipla de rupturas e desvinculações, que se mantêm no tempo, às quais se associam a emergência de redes frágeis e reduzidas à dimensão instrumental, não concorre de forma positiva para o estabelecimento e manutenção de laços sociais. (Rosa & Abreu, 2015: 171)

As questões de saúde mental nas pessoas em situação de sem-abrigo é algo importante ser tido em conta. O direito à saúde está consagrado na Constituição Portuguesa no artigo 64º. Sendo as PSSA um grupo vulnerável, o direito ao acesso à saúde mental defendido pela Lei de Saúde Mental - Lei nº 36/98, de 24 de julho, em que se encontra salientado a não discriminação de qualquer grupo populacional considerado vulnerável no acesso aos serviços e cuidados de saúde mental de qualidade é central.

A questão da saúde mental representa um aspeto importante e relevante na caracterização do perfil PSSA, quando acima referi as situações assinaladas no âmbito da saúde mental como sendo oito, posso concluir segundo as entrevistas e pelos estudos existentes que remetem o seu início sobre esta questão para a década de oitenta, que o número assinalado encontra-se muito provavelmente aquém da realidade, assim como defendido por Tavares (2010: 32) “Podemos verificar, através dos estudos realizados por diversos autores ao longo da história, que uma boa parte da população que vive em situação de sem-abrigo sofre de perturbações mentais, umas mais graves e mais estigmatizantes que outras”. Quatro em cinco técnicos no perfil das PSSA assinalam a questão da saúde mental “problemas psiquiátricos, a doença psiquiátrica está muito associada”, “problema de saúde mental (...) depois as dependências associadas”, “também temos agora algumas situações que nos chegam com indícios de problemas de saúde mental” e “alguns têm problemas de saúde mental”. As questões de saúde mental podem ser anteriores à situação de sem-abrigo, é um dos fatores que originam esta situação, posteriores a esta condição ou despoletadas pelos consumos e dependências,

...Many homeless adults suffer from chronic and severe mental illness. The visibility of mentally ill people has led to the creation of a stereotype for the entire homeless population; the earlier stereotype of the homeless alcoholic has been replaced in recent years with that of the mentally ill homeless person (...) One of the first reports describing the high prevalence of mental illness among the homeless appeared in 1978, when Reich and Segal wrote about the Bowery in New York as a "psychiatric dumping ground." They asserted that large numbers of psychiatric patients were being discharged from the mental hospitals and ending up on the streets, a theme that has since been echoed widely in the media and professional literature. Not only can homelessness be a consequence of mental illness, but a homeless life may cause and perpetuate emotional problems (...) Several studies have sought to clinically examine homeless individual adults in shelters (...) Two recent studies reported a high prevalence of substance abuse (alcohol and other drugs) and major psychiatric

disorders among this population. (...) examined homeless people in Philadelphia and diagnosed major mental illness in 40 percent of those studied. When substance abuse, personality disorders, and organic disorders were included among the diagnoses, the figure rose to 78 percent of those studied (...) in a similar study in Boston, reported major mental illnesses (mania, depression, schizophrenia) among 39 percent of those studied; when substance abuse and personality disorders were included among the diagnoses, the figure rose to 90 percent. (The National Academies Press, 1988: 50)

A nível nacional, segundo a Direção-Geral de Saúde (2019: 10) “No nosso país não existe dados nacionais sobre a prevalência de doença mental na população sem-abrigo. Os dados epidemiológicos existentes são escassos e de natureza regional e local, reportando-se a estudos díspares”, a ausência de dados não necessariamente significa a inexistência de situações.

“A prevalência de perturbações psiquiátricas na população sem-abrigo em duas amostras distintas - uma não-clínica, de 511 casos de pessoas em situação de sem-abrigo seguidos pela Equipa de Rua, e outra clínica de 135 pessoas em situação de sem-abrigo acompanhados em contexto de consultas, urgências e internamento num hospital psiquiátrico - era significativa. A patologia predominante era o alcoolismo (cerca de 20 a 35% das pessoas), seguida do consumo de drogas e por último, as perturbações psicóticas. Estudos posteriores e mais recentes realizados por outros autores nacionais e internacionais confirmam dados semelhantes em matéria de prevalência das perturbações psiquiátricas na população sem-abrigo”. (Direção-Geral de Saúde, 2019: 10)

As necessidades básicas seguindo a referência fornecida pelo Técnico 5, sobre as necessidades básicas dos seres humanos e a sua hierarquia, as necessidades humanas tendo por base o conceito desenvolvido por Maslow que tem na sua génese uma hierarquia de necessidades do qual os indivíduos orientam as suas ações e interações. Tendo por base as necessidades fisiológicas, seguido pelas necessidades de segurança, necessidade sociais, necessidades de autoestima e autor realização,

...Sem dúvida essas necessidades fisiológicas são as mais predominantes de todas as necessidades. O que isto significa especificamente é que, no ser humano em que está faltando tudo na vida de uma forma extrema, é mais provável que a principal motivação ser as necessidades fisiológicas em vez de quaisquer outras (...) Se todas as necessidades estão insatisfeitas, e o organismo é então dominado pelas necessidades fisiológicas, todas as outras necessidades podem tornar-se

simplesmente inexistentes ou serem empurradas para o segundo plano. (Maslow, 1943: 381)

Como referido pelos técnicos nas suas entrevistas, um dos aspetos que caracteriza o perfil das PSSA é a carência da satisfação das necessidades fisiológicas “sem muitos apoios ainda das necessidades básicas principalmente”, sendo esta a base para a condição de existência, tais como, a alimentação e a higiene pessoal. Sendo um grupo vulnerável na sua generalidade e expressivo na sua dimensão, existem vários fatores que fazem com que uns sejam mais vulneráveis do que outros, existe uma privação ao acesso da satisfação das necessidades fisiológicas e é neste campo que entram os técnicos e a intervenção da rede social. É possível ainda concluir que uma pessoa que se encontra em situação de sem abrigo não usufrui da satisfação das suas necessidades como todo, visto que tem carência em todas as necessidades consideradas pelo autor.

As necessidades das pessoas em situação de sem abrigo são diversas e estão intrinsecamente relacionadas com as necessidades fisiológicas, tais como, cuidados de saúde, alimentação, higiene e apoios sociais. Estas necessidades foram assinaladas pelos técnicos quando questionados sobre “quais as necessidades sociais das PSSA”. Também foi identificado a questão da documentação como uma necessidade no caso dos estrangeiros.

“Necessidades de higiene, vestuário, alimentares, habitação, muitos de tratar da documentação pelo fato de muita gente ter outra nacionalidade, e perdem os documentos pessoais, desde passaportes, título de residência, cartão de cidadão. Apoios a nível burocrático relacionados com o fundo desemprego ou com RSI, organizar um currículo, como prepará-los para as capacidades básicas de arranjar um emprego”. (Técnica 1)

“Procuram comida, apoio na área da saúde, alguma resposta de habitação e documentação também (...) no caso dos estrangeiros”. (Técnica 2)

O técnico 5 conta ainda sobre uma necessidade fisiológica pouco pensada como uma questão importante, de certa forma, até mesmo subestimada na sua validade, mas que para certos utentes apresenta-se como um fator fundamental, as relações sexuais “(...) há outras necessidades indo assim pela hierarquia das necessidades de Maslow, até necessidades de relacionamento assim mais íntimos e sexuais. Alguns utentes quando têm confiança eles confessam “ah já tive relações sexuais x anos” e cria uma frustração grande. Não há um sítio não é, há poucas condições de higiene, não há parceiros... isso também é algo que alguns deles apontam que nós normalmente também não pensamos”.

As PSSA tem carência de satisfação de todas as necessidades, sejam elas fisiológicas, segurança, social, autoestima e autor realização. No parâmetro dos laços sociais,

... Muitos deles não conseguem ter contato diário com a família e isto consegue-se verificar que é uma grande lacuna que eles têm e acabam por ter algum desgosto (...) porque há uma historia por trás. Muitos deles não foram bons pais, não foram bons filhos e agora necessitando deste apoio eles acabam por não querer este contato com a família, não aceitam a condição em que eles estão (...). (Técnica 1)

“Alguns têm necessidade mesmo de convívio, de socialização, já que são necessidades sociais de socialização fora daquele contexto dos consumos. Muitos deles às vezes só socializam no momento do consumo e acaba por não ser socialização nenhuma acaba por ser só mesmo consumo. Alguns têm vontade de falar porque estas pessoas são um pouco invisíveis para a sociedade”. (Técnico 5)

É possível perceber que existe um desvincular das regras sociais que tem na sua gênese um processo contínuo de desafiliação com a sociedade e com os laços afetivos,

...Eles perdem o vínculo com as regras sociais, no cumprir horários (...) não têm a noção das horas de refeição, das horas de consulta, não conseguem cumprir horários. Estão na bolha deles, no método de vida deles e não têm qualquer contato com as regras (...) Porque perderam o vínculo social e só têm com outras pessoas que estão na mesma situação de sem abrigo. (Técnica 1)

A crise habitacional que Portugal de forma generalizada está a enfrentar afeta profundamente os grupos ditos vulneráveis, tais como os sem-abrigo, não só pela falta de habitação, mas também pelo valor dos arrendamentos. Este é um dos fatores apontados pelas próprias pessoas em situação de sem abrigo que entrevistei,

... Coloca-nos com os valores das rendas, começa logo por aí, aqui a maior parte das casas são arrendadas para férias, a esta altura do ano, as casas que existiam no inverno agora são alugadas ou então os contratos de alugar são de 6 meses prái porque depois têm de sair. Depois as pessoas precisam alugar a casa para férias, portanto, então aqui no Algarve e se calhar a nível nacional... a questão do alojamento local veio complicar aqui as coisas a nível de permitir arrendar casas a um nível mais baixo não é, eu acho que isto vai sempre bater na mesma tecla, a falta de habitação, as rendas muito altas. (Técnica 4)

Outro fator importante a ser considerado é a dependência institucional das pessoas em situação de sem-abrigo, em relação às entidades e serviços sociais que participam na sua

intervenção e integração. Essa dependência surge quando esses indivíduos passam a depender de forma prolongada e significativa dos recursos, apoios e serviços fornecidos por instituições, como abrigos, programas de alimentação, assistência médica e outros serviços sociais. Essa dependência prolongada dos serviços institucionais para sobreviver pode se tornar uma grande barreira à autossuficiência, dificultando a saída dessa condição. Como citado pela Técnica 3, eles "vivem também um bocadinho 'pendurados', passo a expressão, nas entidades que os apoiam."

A questão dos sem abrigo imigrantes pode ser vista consoante duas perspetivas, sendo elas a migração como originadora da situação de sem abrigo, ou seja, a pessoa porque imigrou ficou numa situação de vulnerabilidade ou social ou financeira, acabando por se encontrar nesta situação, ou PSSA que são imigrantes, quando o fator de serem imigrantes não está diretamente relacionado com a condição em que se encontram, assim dizendo, o fator migração pode estar relacionado com a situação de sem abrigo ou não,

... Os sem-abrigo imigrantes: corresponde ao grupo de indivíduos em que a situação de pessoa sem-abrigo não depende, directamente, da condição de imigrante, tendo ocorrido nos seus percursos de vida processos de exclusão social no país de acolhimento, semelhantes aos que ocorrem com os cidadãos nacionais em situação de sem-tecto ou sem-casa. Revela um processo de desafiliação, que acaba por se conciliar, posteriormente, com uma situação de destituição. Deste modo, o que define e caracteriza estas situações, para além do facto de as duas condições não coincidirem, imediatamente no tempo e a situação de sem-abrigo ser sempre posterior à condição de imigrante é o desenvolvimento no percurso de vida destas pessoas, quer se encontrem em Portugal numa situação legal regular ou não, de processos de exclusão social, regra geral posteriores a uma fase bem sucedida do projecto migratório. Na maioria dos casos sofrem as consequências de rupturas laborais, conjugais ou de situações de doença física e mental, factores prevalentes na explicação do fenómeno da desafiliação social das pessoas sem abrigo em geral, independentemente da nacionalidade ou da condição de imigração (...) Não é o fracasso do projecto migratório o factor responsável pela condição de sem-abrigo, mas sim mutações estruturais nos sistemas económicos e no mercado de trabalho, a ruptura institucional e afectiva, conjugal e familiar, e ainda os problemas de saúde física ou mental. Os Imigrantes sem-abrigo: corresponde ao grupo de indivíduos em que a situação de pessoa sem-abrigo depende directamente da condição de imigrante, tendo ocorrido nos seus percursos de vida processos de exclusão social no país de acolhimento, distintos dos que ocorrem com os cidadãos nacionais que se encontram numa situação de sem-abrigo. Os ideais-tipo construídos a partir deste grupo de pessoas, inversamente ao primeiro grupo, revelam uma situação de destituição, simultânea a um processo de desafiliação. O que define e caracteriza as situações em que a situação de sem-abrigo se encontra directamente relacionada com a condição de imigrante, para além do facto das duas condições coincidirem imediatamente no

tempo – ou passarem a coincidir, ao fim de um período máximo de seis meses, é o desenvolvimento no percurso de vida da maioria destas pessoas, no país de origem, de situações que conduzem à emigração coagida, sobretudo, por motivos de doença dos próprios ou de familiares, pela inexistência de oportunidades de emprego, ou ainda por não serem assegurados alguns direitos humanos fundamentais, como o direito à segurança. (Monteiro *et al.*, 2012: 13)

Como referenciou a técnica 2, a entidade constatou que “aumento de imigrantes (...) marroquinos, indianos... neste caso não são tantos os consumos, mas são pessoas que vêm à procura de uma vida melhor, mas depois tem dificuldades da documentação (...) não conseguem arranjar um emprego... porque não têm documentação e depois é um rolo e acabam por ficar em situações muito complicadas”. É percecionado um aumento das situações de sem-abrigo imigrantes em Albufeira, que se deve a inúmeros fatores, assim como pessoas de diferentes zonas do país que buscam Albufeira, estando nesta condição os imigrantes em situação de sem-abrigo que fazem o mesmo. Nas entrevistas realizadas às PSSA não foi possível concluir a existência de uma relação entre ser-se imigrante e a situação de sem-abrigo, pois os fatores que originaram estas situações estão relacionados com os processos de desafiliação, descapacitação físico-mental e exclusão económico-legal (Monteiro et al., 2012).

2. Trajetórias, vivências e rotinas

As trajetórias que originam a situação de sem abrigo estão marcadas, segundo os técnicos e as PSSA pelos seguintes fenómenos: rutura familiar, consumos de substâncias psicoativas, desemprego, carência de recursos financeiros, doença, falta de habitação, imigração e insegurança. Fatores que vão de encontro com o conhecimento existente sobre esta problemática,

...O indivíduo que, inicialmente, se poderia encontrar numa situação de integração social e de estabilidade profissional, passaria de seguida para uma situação de vulnerabilidade social e de precariedade laboral, até se encontrar por fim isolado socialmente, numa condição evidente de marginalidade e exclusão (...) Os sem-abrigo de hoje já não são os “vagabundos” ou “mendigos” de outrora. No fundo, podem ser qualquer um de nós, pelas graves situações de instabilidade e vulnerabilidade social em que vivemos actualmente (...) Nos fatores individuais

relacionados com esta problemática podemos incluir, as doenças físicas e mentais, os consumos de álcool e drogas e as perdas de valores (...) A estas características pessoais, que colocam os indivíduos em situação de maior fragilidade ou às consequências desta condição de vida (coloca-se a dificuldade em discernir claramente que aspecto precede os restantes, sendo mais prudente apontar para uma diversidade de factores que mutuamente se potencializam) acrescentaríamos, sublinhando, a instabilidade emocional, o isolamento e a solidão, como pedras basilares da realidade psíquica dos sem-abrigo. (Quintas, 2010: 9)

A dependência causada pelo consumo de substâncias tem um impacto profundo nas trajetórias que levam à situação de sem-abrigo, dado que deteriora diversas áreas da vida dos indivíduos, como saúde, relacionamentos sociais e trabalho. Esse ciclo de deterioração resulta numa espiral de desfiliação e exclusão social, que agrava o uso de substâncias. A deterioração progressiva dessas áreas essenciais cria uma cadeia de eventos que pode tornar extremamente difícil a recuperação e a reintegração social, perpetuando o ciclo de dependência e desamparo.

“É um conjunto de fatores, para além das dependências, muitos entram naquela espiral de desemprego e da dependência”. (Técnica 1)

Questões relacionadas com a saúde mental e física são fatores cruciais que moldam as trajetórias que podem levar à situação de sem-abrigo. Quando as doenças mentais não são diagnosticadas ou tratadas adequadamente, podem impedir que o indivíduo desempenhe comportamentos positivos nas suas relações e na vida social. Além disso, o consumo de substâncias pode também desencadear ou agravar problemas psicológicos. Esta interação entre problemas de saúde mental e o uso de substâncias cria um ciclo complexo, onde cada fator pode intensificar o outro, dificultando ainda mais a recuperação e a integração social.

A falta de tratamento adequado para a saúde mental e a presença de consumos de substância psicoativa contribuem significativamente para a deterioração das condições de vida e a perpetuação da situação de sem-abrigo. As questões de saúde física desempenham um papel significativo na origem e perpetuação da situação de sem-abrigo. Condições de saúde físicas não tratadas ou mal geridas podem ser causadoras diretas dessas situações, criando barreiras significativas para a estabilidade e a independência dos indivíduos. Problemas de saúde física, tais como doenças crónicas, deficiência, ou condições graves e

debilitantes, podem limitar a capacidade de uma pessoa de manter um emprego estável, cuidar das suas necessidades básicas e participar plenamente na sociedade.

Além disso, a falta de acesso a cuidados médicos adequados pode agravar essas condições, levando a um ciclo de deterioração da saúde e maior vulnerabilidade social. Quando os indivíduos enfrentam doenças físicas sem o devido tratamento, muitas vezes vêm-se forçados a abandonar empregos e, conseqüentemente, perdem as suas fontes de rendimento e habitação. A combinação de problemas de saúde física com a falta de recursos financeiros pode originar uma situação onde o acesso a cuidados médicos se torna ainda mais difícil, perpetuando a condição de sem-abrigo. Além disso, a estigmatização e a falta de apoio adequado para condições de saúde física podem contribuir para o isolamento social, dificultando ainda mais o processo de reintegração e recuperação.

Portanto, abordar as questões de saúde física é essencial para a prevenção e intervenção eficaz em situações de sem-abrigo, garantindo que os indivíduos recebam o suporte necessário para superar essas barreiras e reconstruir as suas vidas.

“Saúde mental associada aos consumos e depois a deterioração das relações familiares”. (Técnica 2)

“Eu cheguei a situação de sem abrigo quando adoeci e depois eu fui internado e depois quando sai de lá não tinha condições para estar a onde eu estava”. (PSSA 5)

O abandono familiar, seja na infância ou em fases posteriores da vida, é um fator determinante nas trajetórias que levam à situação de sem-abrigo. A rutura dos laços familiares não apenas intensifica as dificuldades enfrentadas pelos indivíduos, mas também agrava a dificuldade de sair dessa condição. A ausência de suporte familiar pode potencializar o isolamento social e a vulnerabilidade, tornando o processo de recuperação e reintegração ainda mais desafiador. Além disso, a falta de uma rede de apoio familiar pode reduzir significativamente as oportunidades de acesso a recursos e ajuda, perpetuando a situação de sem-abrigo e dificultando a construção de uma vida estável.

“ O abandono familiar, portanto, os consumos que começam a consumir muito jovens não é. E depois temos aqui também agora uma situação de sem-abrigo novas que são os imigrantes”. (Técnica 3)

“Uns por desgostos de família, uns por perdas dos seus querido. Outros porque não tiveram oportunidades, outros que são desprezados pelas pessoas (...) Só que depois aos 20 anos meti-me nas drogas e fui expulso do futebol e era a coisa que eu gostava mais da vida e a partir daí, comecei a perder interesse na vida e sabe que se lixe a vida, e comecei a meter-me nas drogas e pronto, foi assim... foram situações da vida que me fizeram chegar a este ponto que estou”.(PSSA 1)

“Eles explicaram-me a situação, alguns são por carências de vida e outros vão pela situação do álcool e droga e isso são situações um bocado mais graves e há pessoas que na adolescência não prevêem as coisas e não têm apoio nenhum, depois as coisas vão passando ou agravando, as coisas podem ser resolvidos hoje e deixam para amanhã, depois deixam para depois de amanhã... depois deixar ir de anos atrás, deixam muita coisa para trás (...) Epá, eu cheguei à situação de sem abrigo quando adoeci e depois fui internado e quando sai de lá não tinha condições pra estar aonde eu estava”. (PSSA 5)

Trajetórias de vida

As trajetórias de vida frequentemente estão intimamente relacionadas às circunstâncias que originam a situação de sem-abrigo. Diversos fatores contribuem para essa condição, a rutura familiar, a separação, o abandono e a institucionalização podem causar ruturas significativas nos laços familiares, resultando numa perda de suporte emocional e social essencial. O consumo de substâncias psicoativas, a dependência de drogas pode afetar todas as esferas da vida dos indivíduos, desde a saúde até a capacidade de manter relacionamentos estáveis e empregos, criando um ciclo de deterioração e exclusão. A desafiliação social e exclusão comunitária, o rompimento com redes de apoio social e a exclusão por parte da comunidade podem levar à falta de suporte e ao agravamento da situação de sem abrigo.

Também a baixa escolaridade e falta de qualificações, a falta de educação e especialização dificulta a obtenção de trabalho e a ascensão profissional, limitando as oportunidades de reintegração social e económica. A perda da habitação, originada por vários fatores, como incapacidade financeira, violência (sexual e física, como relatado por duas mulheres entrevistadas) e problemas relacionados à saúde, que por sua vez podem levar à perda da habitação. As questões de saúde, sejam elas por problemas de saúde física e psicológica, muitas vezes não tratados adequadamente, podem contribuir significativamente para a situação de sem-abrigo. Há ainda as questões legais, envolvimento em problemas legais, incluindo a prisão, que podem exacerbar a vulnerabilidade e dificultar a reintegração na sociedade.

No caso dos imigrantes, a busca por documentação adequada e melhores condições de vida em relação às do país de origem pode também ser um fator contribuidor para a situação de sem-abrigo. Assim como a insegurança física, a violência doméstica ou violações sexuais, particularmente evidentes nas trajetórias femininas, podem marcar profundamente a vida dos indivíduos. A violência física e emocional frequentemente contribui para a instabilidade e perpetuação da situação de sem-abrigo, dificultando a construção de uma vida segura e estável.

“Do ponto de vista familiar a maior parte perderam o vínculo com a família, a nível escolar não tem muitas habilitações literárias, a nível de trabalho muitos não trabalham, nós temos aqui muita população estrangeira e vem para cá para Albufeira contando que existe um oportunidade de trabalho, depois não existe essa oportunidade (...) ficam na condição de sem-abrigo (...) Os que trabalharam e que agora estão na condição de desemprego e na condição de pessoas em situação de sem-abrigo está muito associado ao turismo, hotelaria, trabalhos precários (...) não existem muitos laços sociais. Muitos têm consumos e quando não têm o consumo têm o tratamento da metadona”. (Técnica 1)

“Passa muito pela exclusão familiar, basicamente... e claro, os consumos também, noventa por cento dos utentes que tenho aqui sem-abrigo são pessoas que consomem e depois temos as histórias de vida também de famílias problemáticas que depois também eles próprios, uns excluíram-se outros foram as próprias famílias também pelos hábitos de consumo que tinham, também os excluíram”. (Técnica 3)

“Eu diria, é muito comum a nível familiar haver... há muitas, são vítimas, foram vítimas de abusos físicos, alguns dos casos sexuais, maus-tratos”. (Técnico 5)

“Desde pequeno fui condenado, fui logo abandonado em pequeno. Fui viver aqui em Faro, no Colégio, na Casa dos rapazes. Depois quando sai do Colégio aos 18 anos, começou a minha vida sem-abrigo até o dia de hoje (...) “ Eu nunca trabalhei na vida, é à 1ª vez que estou a tirar um curso”. (PSSA 1)

“ Ultimamente tive problemas aqui...fui violada no ano passado, mas não deu em nada, dois anos passados, na Praia dos Pescadores, é por isso que eu estava com muita raiva do mundo, dos homens... estava com muita raiva, depois não fizeram nada porque eu fui apresentar queixa (...) a minha mãe acreditava, a minha mãe é assim, não vivia com a minha mãe, mas o defeito dela é que ela não acredita em mim. Um amigo dela que me violou e ela não acreditou. Então se eu digo que é verdade é porque é verdade. Eu não estou a fazer-me de vítima, foi o que me aconteceu a mim e a minha mãe a dizer que era mentira porque era amigo dela”. (PSSA 9)

Vivencia da PSSA

No âmbito das vivências das PSSA e considerando as perspectivas tanto dos técnicos quanto das próprias PSSA, é possível descrever a situação com base no contexto específico em que se encontram. Atualmente, cerca de onze pessoas estão integradas no Centro de Alojamento Temporário Emergencial de Albufeira. Essas pessoas vivenciam uma realidade distinta em comparação com aquelas que ainda se encontram em situação de rua. Para aqueles que estão no alojamento, a experiência é marcada por um acesso relativamente maior a serviços básicos, como alimentação, cuidados de saúde e suporte social.

Esta mudança pode representar um alívio significativo e um primeiro passo importante para a reintegração social e económica. No entanto, mesmo no alojamento, as vivências podem variar dependendo das necessidades individuais e das condições pessoais de cada indivíduo. Em contraste, aqueles que permanecem nas ruas enfrentam desafios muito mais severos, incluindo a falta de refúgio, acesso limitado a recursos e o constante risco de violência e exploração. Essa diferença nas condições de vida destaca a importância de abordagens diferenciadas e contextualizadas para apoiar efetivamente a reintegração e a melhoria das condições de vida das PSSA.

A compreensão dessas diferentes experiências, com base nas perspectivas dos técnicos que trabalham diretamente com essas pessoas e das próprias PSSA, é essencial para desenvolver estratégias de intervenção mais eficazes e adaptadas às necessidades específicas de cada grupo, dentro do seu contexto em específico.

“Varias formas de viver, atualmente temos um alojamento que é o CATE (Centro de Alojamento Temporário de Emergência) uma resposta social criada através da Câmara Municipal em que vivem pessoas que estavam a viver na rua ou em carros, aceitaram a intervenção dos técnicos sociais”. (Técnica 1)

As pessoas que vivem em situação de rua estão expostas a condições climáticas adversas e enfrentam a falta de condições mínimas de habitabilidade. Uma casa devoluta, por exemplo, não possui características adequadas para ser considerada habitável, frequentemente carecendo de energia, saneamento, água e infraestrutura adequada. Essa ausência de condições básicas de moradia acentua a vulnerabilidade dessas pessoas, gerando uma vivência marcada pela instabilidade e, em alguns casos, pela criminalidade.

“Em 41 anos sempre fui... prontos a vida de “madrá”, roubar, crimes, cadeias e essas coisas todas (...) Temos que lutar todos os dias. Para comer, para dar banho, dormir... essas coisas todas. Tem que lutar todos os dias, eu dormi em casas abandonadas. Cheguei dormir em muitas casas abandonadas aqui em Albufeira”. (PSSA 1)

Nesta fala, a pessoa reflete sobre uma vida marcada por uma trajetória de marginalização e dificuldades extremas. O uso de termos como “vida de madra”, que se refere a um estilo de vida marcado por crimes e instabilidade, destaca a desintegração dos laços sociais e a ausência de um suporte estável. A luta diária para satisfazer necessidades básicas como comida, higiene e abrigo é evidente. O fato de dormir em casas abandonadas evidencia a precariedade das condições de vida e a falta de acesso a moradias seguras e adequadas. Essa situação sublinha a constante insegurança e a necessidade de sobrevivência num ambiente hostil.

“E por azar meu houve uns dias que choveu muita naquela semana e olha lá me aconcheguei”. (PSSA 3)

O relato evidencia a vulnerabilidade das pessoas em situação de rua diante das condições climáticas adversas. A exposição à chuva e a falta de abrigo adequado não apenas comprometem o bem-estar físico, mas também exacerbam o sofrimento psicológico. A expressão “olha lá aconcheguei-me” sugere uma tentativa de encontrar alguma forma de conforto e proteção, mesmo em situações precárias. Isso ilustra a dificuldade de encontrar abrigo adequado e as limitações enfrentadas quando as condições climáticas não são favoráveis.

“Muito chato, muito chato... porque olha já tive quase um mês e tal sem tomar banho, lavo-me, limpo-me... não é a mesma coisa”. (PSSA 6)

A pessoa expressa frustração com a falta de acesso à higiene pessoal. A ausência de instalações adequadas para tomar banho por um período prolongado não apenas afeta a saúde física, mas também tem um impacto significativo na autoestima e dignidade. A dificuldade em manter a higiene pessoal é uma questão comum para pessoas em situação de sem-abrigo, que frequentemente enfrentam barreiras para acessar recursos básicos de saúde e bem-estar.

“É um pouco difícil, é a primeira vez que estou nesta situação na minha vida por causa de uns indianos que destruíram a minha vida. Mais vulnerável, ser mulher na rua, é difícil” (PSSA 9)

Aqui é evidenciado a complexidade da experiência vivida pelas mulheres em situação de sem-abrigo, que frequentemente enfrentam desafios adicionais em comparação com os homens. A referência a uma situação específica que impactou profundamente a vida da pessoa sugere um evento ou circunstância traumática que contribuiu para a atual condição de sem-abrigo. Além disso, a percepção de maior vulnerabilidade para mulheres na rua reflete os riscos adicionais que enfrentam, como violência sexual e exploração, o que torna a situação ainda mais desafiadora.

O estado de modo de sobrevivência relatado pelas pessoas em situação de sem-abrigo (PSSA), assim como pelos técnicos, descreve um comportamento típico em situações de trauma ou esgotamento. Esse estado está fortemente associado à condição de sem-abrigo e inclui a luta para lidar com traumas relacionados a rupturas familiares, luto, condições adversas de habitabilidade, condições climáticas severas e violência. Esse modo de sobrevivência é caracterizado pela ausência de rotinas estabelecidas, falta de estabilidade e deficiência nos cuidados pessoais. As pessoas em situação de sem-abrigo frequentemente enfrentam uma constante batalha para atender às suas necessidades básicas e manter um mínimo de dignidade num ambiente extremamente desafiador.

Os consumos de substâncias, quando presentes, têm uma influência profunda na vivência das pessoas em situação de sem-abrigo (PSSA). Muitas vezes, esses indivíduos vivem em função do consumo, utilizando as substâncias para anestesiarem a dor e o sofrimento, o que se torna o seu principal objetivo. O consumo de drogas pode-se tornar um mecanismo de fuga das dificuldades e traumas diários, exacerbando a situação de vulnerabilidade e dificultando ainda mais a busca por alternativas de melhoria e estabilidade nas suas vidas.

“Mas ser sem abrigo e ter problemas com drogas é ainda pior, torna-se pior”. (PSSA 1)

A PSSA destaca a gravidade adicional que o consumo de drogas traz para a situação de sem-abrigo. A combinação dessas duas condições intensifica a adversidade enfrentada. A dependência de substâncias não apenas exacerba as dificuldades diárias, como também dificulta a busca por soluções e suporte adequados. A pessoa em situação de sem-abrigo com problemas com drogas enfrenta uma espiral de deterioração, onde a falta de recursos e apoio, somada à dependência química, cria uma situação ainda mais desesperadora e complexa. O consumo de drogas pode levar a comportamentos autodestrutivos, agravando a condição de vulnerabilidade e tornando a recuperação ainda mais desafiadora.

“É triste, triste... é um ruim como se diz no Brasil. É uma coisa triste porque naquela hora que a pessoa está com o álcool pensa que está tudo resolvido, mas depois de voltar a si os problemas voltam novamente. O alcoólico pensa que quando bebe desaparece os problemas, pior ainda”. (PSSA 11)

A pessoa expressa a tristeza e a frustração relacionadas ao uso do álcool como um mecanismo de fuga. A fala revela a ilusão temporária de alívio que o álcool proporciona, contrastando com a realidade de que os problemas persistem e até se agravam após o efeito passageiro da substância. O uso de álcool pode criar um ciclo de negação e agravamento dos problemas, onde o alívio momentâneo não resolve as questões subjacentes, mas sim adia e intensifica a dor e as dificuldades.

“Olha, vivem no dia-a-dia, sem objetivos ou pelos menos só com objetivos do imediato nê, do arranjar neste caso estamos a falar também da parte dos consumos... de arranjar (...) o dia-a-dia é sobreviver (...) arranjar a substancia que necessitam para ficarem bem, arranjar moedas, não planeiam, não há uma planeamento”. (Técnica 2)

A técnica descreve a realidade quotidiana das pessoas em situação de sem-abrigo com problemas de consumo de substâncias. A falta de planeamento e objetivos de longo prazo reflete uma sobrevivência focada apenas nas necessidades imediatas, como obter a substância e conseguir dinheiro. Esse foco no curto prazo impede a criação de estratégias para a reintegração social e económica, perpetuando um ciclo de sobrevivência que prioriza a satisfação das necessidades imediatas, em relação ao planeamento e a melhoria de longo prazo.

“Os consumos às vezes anestesia, outras vezes porque não á importância a ele próprio... depressão”. (Técnico 5)

O técnico destaca o papel duplo do consumo de substâncias. Por um lado, os consumos podem servir como uma forma de anestesia emocional, ajudando a lidar com a dor e o sofrimento temporariamente. Por outro lado, essa prática é frequentemente acompanhada pela negligência da saúde mental e do bem-estar pessoal, tende a levar à depressão. A falta de importância por si próprio e a ausência de auto cuidado contribuem para uma deterioração geral do estado emocional e psicológico, exacerbando o ciclo de vulnerabilidade e sofrimento.

Um aspeto crucial destacado pelos técnicos é a dependência das instituições para satisfazer as necessidades básicas das PSSA. Essa dependência é uma característica marcante das vivências dessas pessoas e reflete como as suas vidas estão profundamente entrelaçadas com os serviços e recursos oferecidos pelas instituições sociais. Para muitas PSSA, as instituições de Centro de abrigo, Centros de alimentação, serviços de saúde e programas de assistência social tornam-se essenciais para a sobrevivência diária. A necessidade de recorrer a esses serviços é muitas vezes uma questão de sobrevivência, pois fornecem recursos vitais que não estão disponíveis de outra forma.

A falta de acesso a uma rede de apoio estável e segura faz com que esses indivíduos se vejam obrigados a depender exclusivamente dessas instituições para atender às suas necessidades mais básicas, como alimentação, abrigo e cuidados médicos. Essa dependência prolongada pode, por um lado, oferecer um suporte crucial e necessário para a sobrevivência das pessoas em situação de sem-abrigo. No entanto, também pode ter efeitos negativos significativos. A dependência constante das instituições pode limitar a capacidade dos indivíduos de alcançar uma autonomia real e sustentável. A ausência de uma rede de apoio pessoal e a falta de alternativas viáveis para atender às suas necessidades podem resultar numa estagnação na trajetória de vida das pessoas em situação de sem-abrigo, perpetuando a condição de vulnerabilidade e dificultando a reintegração social e económica.

Além disso, o uso extensivo das instituições pode contribuir para uma sensação de desamparo e uma perda de dignidade, dado que as pessoas se tornam cada vez mais dependentes de um sistema que, embora essencial, muitas vezes não consegue proporcionar

uma solução a longo prazo. A falta de alternativas e a necessidade contínua de recorrer a esses serviços podem reforçar a sensação de estagnação e desamparo, impactando negativamente a autoestima e o bem-estar emocional.

“ Vivem na rua, vivem do mendigar e vivem também um bocadinho “pendurados”, passo a expressão, nas entidades que os apoiam”. (Técnica 3)

“Eu acho que eles vivem à conta das instituições para colmatar as necessidades”. (Técnica 4)

Rotinas

A rotina diária das pessoas em situação de rua é predominantemente voltada para a satisfação das necessidades básicas e a busca por meio de sobrevivência. Essas atividades incluem a obtenção de recursos financeiros, seja através de trabalho informal, mendicância ou outras formas de arrecadação. Além disso, o deslocamento pelas ruas e a procura por instituições de apoio na rede social são parte essencial do dia a dia, pois essas instituições fornecem recursos vitais, como alimentação, abrigo temporário e cuidados médicos. Para aqueles que estão em abrigos ou centros de alojamento, as rotinas podem variar significativamente.

Estas pessoas têm acesso a uma estrutura mais organizada e previsível, que pode incluir atividades como trabalho, formação profissional, e acompanhamento na área da saúde. A presença num abrigo oferece uma estabilidade maior em comparação com a situação de rua, permitindo que os indivíduos desenvolvam rotinas mais estruturadas e focadas na reintegração social e económica. Entre aqueles que estão inseridos no mercado de trabalho, as rotinas são marcadas pelo compromisso com o emprego.

Trabalhar proporciona não apenas uma fonte de rendimento, mas também uma estrutura diária que pode contribuir para uma maior estabilidade e objetivo de vida. Essas pessoas frequentemente seguem um horário regular, que inclui trabalho e, possivelmente, atividades relacionadas ao aprimoramento profissional, além de atender a outras necessidades pessoais e sociais.

Portanto, enquanto as pessoas em situação de rua enfrentam uma rotina caracterizada pela luta constante pela sobrevivência e pela busca de apoio institucional, aqueles em abrigos

ou empregados têm rotinas mais estruturadas e direcionadas para a estabilidade e o desenvolvimento pessoal. A diferença nas rotinas reflete o impacto das condições de vida sobre as possibilidades de organização e preparação do dia a dia.

“Tenho formação de Terça à Sábado e só. Quando estou de folga, é quarto, fumar, quarto, comer, sempre dentro do quarto”. (PSSA 1)

A PSSA descreve uma rotina bastante restritiva, marcada por uma forte dependência do espaço privado e das atividades realizadas no quarto. A formação ocupacional parece ser a única atividade estruturada, enquanto os momentos de folga são passados num ciclo repetitivo de fumar e comer no quarto. A falta de diversificação nas atividades e a ausência de interação social fora do ambiente imediato indicam uma rotina limitada e possivelmente isolante.

“Durante o dia trabalho e durante a noite a mesma coisa, servimos almoços e jantares, é sempre trabalhar (...) Minha rotina é a volta do trabalho, vivo no trabalho”. (PSSA 2)

A PSSA enfatiza uma rotina contínua e imersiva no trabalho, onde tanto o dia quanto a noite são dedicados a atividades laborais. A ausência de tempo livre e a imersão no ambiente de trabalho indicam uma rotina que não oferece espaço para descanso ou lazer. Esse estilo de vida pode levar a uma falta de equilíbrio entre trabalho e vida pessoal, refletindo uma rotina exigente e extenuante.

“Arrumar carros, depois vou para casa e fico lá em casa o dia todo, durante a noite é dormir, mal... eu durmo muito mal porque estou mesmo ao lado do Intermache, às 6 da manhã estão a fazer barulho e não consigo dormir e à noite até a meia-noite também não consigo, como deve ser não consigo. Dali não saí porque é um sitio bom, não chove nem nada, não faz frio. O barulho, olha, a gente habitua-se... eu sou muito caseiro. Agora que está ali aquele casal, estamos sempre ali a jogar às cartas, já tenho alguma companhia, agora até estou melhor”. (PSSA 6)

A PSSA relata uma rotina que inclui trabalho e o tempo gasto em casa, sendo marcada por dificuldades para dormir devido ao barulho constante. Apesar de as condições de

habitação não serem ideais, a estabilidade em relação ao clima é destacada como um aspeto positivo. A rotina inclui também momentos de socialização com um casal, o que representa uma melhora na companhia e interação social.

“Geralmente eu vou muito na biblioteca não é, tenho o vício de ler, tem computador... não se paga nada e como eu tenho o vício de ler e então ocupo o meu dia, leio de tudo um pouco e tem muitos livros. Vou ao buzio. Agora como já não tem campeonato já não saio muito à noite ou de tarde porque quando havia jogo eu ia lá ver no café, ver futebol, os jogos geralmente acabam tarde, depois que eu voltava, mas agora eu venho aqui (...) aqui tem internet”. (PSSA 7)

A PSSA descreve uma rotina que combina atividades de leitura na biblioteca com visitas a um local de lazer. A biblioteca oferece uma forma de ocupação mental e acesso a recursos como livros e computador sem custo.

“ Agora? Quando não estou a trabalhar, não estou a fazer muita coisa... preciso de um trabalho para me concentrar. Fundação, quando tenho psicólogos, venho aqui ao CASA... à noite fico mais tempo na rua”. PSSA 9

A pessoa revela que, quando não está trabalhando, a falta de atividades estruturadas leva a uma sensação de ociosidade. A necessidade de um trabalho para se concentrar e a participação em atividades na Fundação e no CASA são mencionadas como formas de lidar com o tempo livre. A falta de atividades significativas contribui para a permanência prolongada na rua durante a noite.

“ Ir arranjar dinheiro, consumir, ir buscar a comida e ir arranjar dinheiro, consumir... é um ciclo”. (Técnica 2)

A técnica descreve a rotina diária das pessoas em situação de sem-abrigo, que é amplamente definida pelo uso das instituições de apoio. As pessoas têm um cronograma específico para a cessar serviços essenciais como banho, alimentação e atendimento médico. A presença na zona da Baixa, onde há mais turismo, oferece oportunidades para arrecadar dinheiro e satisfazer outras necessidades, incluindo consumos e alimentação.

“Eles ao fim ao cabo, eles tem um registo diário, têm que ir à instituição X para tomar o banho, a instituição X para ir buscar comida, vir a instituição para ter atendimento ou ir às consultas, os que aceitam... depois a certos momentos do dia que eles devem-se fixar nos locais próprios que eles tem. Aqui em Albufeira é mais na zona da Baixa porque pronto tem a parte do turismo e agora eles acabam por mendigar, pedir algum dinheiro, seja para consumos de álcool, droga, tabaco, café... alguns compram comida, mas esse é o registo diário deles”. (Técnica 4)

A técnica explica que a rotina diária das pessoas em situação de sem-abrigo é definida pela interação constante com diferentes instituições e pela necessidade de mendicidade. As pessoas organizam o seu dia em torno da obtenção de serviços básicos e recursos financeiros para suprir as suas necessidades imediatas, frequentemente relacionadas ao consumo de substâncias.

Os rendimentos das pessoas em situação de sem-abrigo variam de acordo com as suas fontes de dinheiro. Dos dados disponíveis, trinta e quatro indivíduos recebem o Rendimento Social de Inserção, sete recebem pensão e onze estão empregados. Além dessas fontes de rendimento, é importante destacar que muitos também se envolvem em atividades de mendicidade ou prestam serviços para comerciantes locais, recebendo quantias geralmente pequenas em troca do seu trabalho.

A mendicidade é uma prática que pode ser considerada comum entre as PSSA e desempenha um papel significativo nas suas estratégias de sobrevivência. Ela refere-se ao ato de pedir ou solicitar dinheiro, comida ou outros recursos de forma gratuita, geralmente em locais públicos. As fontes de rendimento das pessoas em situação de sem-abrigo variam significativamente, refletindo a diversidade das suas estratégias para garantir a sobrevivência e a estabilidade financeira.

A ocupação formal pode ser uma fonte de rendimento estável, permitindo uma maior autonomia e menos dependência de apoios sociais “Rendimentos é o ordenado, sou empregado de mesa”. PSSA 2

A assistência social pode proporcionar uma rede de segurança financeira temporária, ajudando a cobrir necessidades básicas durante um período de vulnerabilidade “Recebi agora, na sexta-feira que vou começar a receber o RSI durante um ano”. PSSA 3

Algumas PSSA obtêm rendimento através de trabalhos informais, muitas vezes com pouca ou nenhuma remuneração regular e sem garantias de estabilidade “Nenhum, arrumador de carros”. PSSA 6

O rendimento através de trabalhos informais e oportunidades de ajuda mútua “Não eu não quero receber, eu trabalho, eu ajudo este senhor aqui N. a levar a banca, dá-me 5 euritos, esses senhores que estão ali também me pagam, ajudo a montar e a desmontar e canto batem-me palmas na música do Elvis, depois ali no Tique Taque também ajudam-me”. PSSA 8

Já o rendimento fixo pode proporcionar uma sensação de estabilidade e permitir uma gestão mais controlada das despesas. “ Estou a receber 550 euros e dá jeito para um mês tranquilo”. PSSA 10

3.Laços sociais

Os laços sociais desempenham um papel central nas trajetórias das pessoas em situação de sem-abrigo (PSSA), especialmente quando considerados sob a ótica do conceito de desfiliação. A desfiliação refere-se ao processo de desvinculação das redes sociais e institucionais que normalmente fornecem apoio e estabilidade aos indivíduos. Este fenómeno é crucial para entender como a perda e a rutura desses laços impactam a situação de sem-abrigo. A desfiliação pode ser vista como um dos principais fatores que contribuem para a situação de sem-abrigo.

Quando indivíduos passam por processos de desfiliação, eles experimentam uma perda gradual dos vínculos sociais e institucionais que costumavam oferecer suporte emocional, financeiro e social. Esses vínculos podem incluir relacionamentos familiares, amigos, redes comunitárias e instituições de apoio,

...A situação de sem-abrigo resulta frequentemente de um processo complexo de exclusão social que envolve vários fatores e sucessivas rupturas com os vários sistemas sociais básicos e de pertença (...) “os factores que mais frequentemente conduzem à condição de sem-abrigo situam-se nas áreas da saúde, desemprego, problemas familiares e relacionais”, com a pobreza, a privação e a destituição como pano de fundo. No domínio relacional, o estudo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML, 2014) revela que 54,2% dos inquiridos afirmam ter filhos, dos quais 36,2% nunca os contata e 13,8% mantém contactos diários e 49,1% refere não ter contacto com outros familiares. A partir dos resultados provisórios deste estudo, enfatiza-se que “mais do que uma situação de vulnerabilidade, que implica a privação

e a falta de recursos, e de exclusão social, que nos remete para um problema de cidadania (...) a situação de sem-abrigo é uma situação de rutura (...) Genericamente, podemos falar de um processo de rutura nos laços sociais, quer seja com os laços a nível micro como macro (...) os laços sociais “são múltiplos e de natureza diferente, mas todos eles fornecem aos indivíduos simultaneamente a proteção e o reconhecimento necessário à sua existência social”. (Rosa & Abreu, 2015: 159)

O autor Paugam (2009: 63) defende a existência de quatro categorias de laços sociais, sendo eles os laços de afiliação que segundo Rosa & Abreu (2015: 159) tendo por base a perspetiva defendida pelo autor citado “referem-se aos laços familiares, sobretudo entre pais e filhos, tendo funções ao nível da socialização e da construção identitária dos indivíduos.

Podem ser entendidos como laços de proteção, pela possibilidade de contarmos com a solidariedade dos familiares, e enquanto laços de reconhecimento, porque transmitem uma dimensão afetiva”, os laços de participação eletiva que “trata-se dos laços da socialização extra familiar (cônjuges, amigos e outros membros da rede social pessoal informal).

Pressupõem uma seleção, sendo o indivíduo o responsável pela construção da rede de pertença, selecionando membros que distingue da massa anónima da sociedade, os laços de participação orgânica que “remetem para os laços estabelecidos entre os atores da vida profissional. Tais laços proporcionam o reconhecimento social pelas funções laborais que o indivíduo desempenha, implicando também, geralmente, uma forma de proteção contratualizada”, e os laços de cidadania que “estabelecem-se entre os membros de uma comunidade política, favorecendo a proteção conferida pelos direitos civis, políticos e sociais, e reconhecendo o sujeito enquanto cidadão, em igualdade perante a lei”.

Baseando-se nas perceções captadas nas entrevistas com os técnicos, observa-se que as pessoas em situação de sem-abrigo (PSSA) frequentemente estabelecem relações sociais significativas com os profissionais de apoio quando há um acompanhamento mais próximo e constante. Esses vínculos podem proporcionar um sentido de apoio e confiança, essencial para a superação das dificuldades enfrentadas. No entanto, embora as relações com os técnicos sejam importantes, as PSSA também desenvolvem conexões sociais significativas entre si.

Essas interações entre pares muitas vezes formam uma rede de apoio informal que pode ser crucial para a sobrevivência e o bem-estar emocional. A interação com outros indivíduos na mesma situação pode proporcionar um sentimento de compreensão mútua e solidariedade, ajudando a enfrentar desafios comuns. Adicionalmente, a esfera social das

PSSA não se limita apenas às relações com técnicos e colegas na mesma situação. Elas também estabelecem conexões com outras pessoas fora dessas esferas, como comerciantes locais, voluntários e membros da comunidade. Essas relações externas podem variar em natureza e intensidade, mas têm o potencial de oferecer diferentes tipos de apoio e interação social.

Portanto, enquanto o acompanhamento dos técnicos e as relações entre pares são fundamentais, é importante reconhecer que as PSSA também mantêm uma rede social mais ampla. Essa rede diversificada pode desempenhar um papel significativo na forma como enfrentam a situação de sem-abrigo e buscam a reintegração social e económica. As relações sociais das PSSA são formadas por uma combinação de interações com pares, técnicos e outras pessoas da comunidade.

Embora os laços entre pares possam ser particularmente fortes devido às experiências compartilhadas, as conexões com técnicos e outros indivíduos fora do grupo de sem abrigo também desempenham um papel importante no apoio e na reintegração social das PSSA.

Quando os técnicos desenvolvem um trabalho contínuo com os utentes, ocorre a formação de laços sociais mais aprofundados. Estes vínculos tendem a se estabelecer com os técnicos responsáveis pelo acompanhamento dos casos, promovendo uma relação de confiança e apoio. A continuidade no acompanhamento facilita a manutenção desses laços, criando uma conexão mais sólida entre as PSSA e os profissionais, “Nós quando temos já um trabalho com os utentes, eles estabelecem um laço social com os técnicos mais alargados (...) continuam próximos dos técnicos, e estabelecem laço social com o técnico gestor de caso”. (Técnica 1)

Apesar da importância das interações com os técnicos, a maioria dos laços sociais mais fortes é formada entre as próprias PSSA. Esses laços entre pares são frequentemente mais significativos e duradouros, visto que essas pessoas compartilham experiências semelhantes e compreendem melhor as realidades enfrentadas umas pelas outras, “Acho que é entre os pares, entre eles. Connosco também acabam por criar laços, mas a maior parte é entre eles”. (Técnica 2)

As PSSA não estabelecem laços muito fortes com os técnicos. Em vez disso, tendem a formar laços associativos, sendo baseados em atividades e interações regulares, mas que podem não ter a profundidade emocional dos laços pessoais mais intensos. Os sentimentos de pertencimento e apoio são mais evidentes nos grupos de pares, “É assim aquilo que noto

muito é os sentimentos de laço de pertença (...) eu não considero que eles estabeleçam laços muito fortes na sua maioria conosco, o que eles estabelecem são os laços associativos”. (Técnica 3)

As PSSA formam laços sociais significativos entre si, especialmente em locais onde convivem em grandes grupos, como abrigos e centros de acolhimento. Além disso, essas pessoas mantêm relações sociais com outras instituições e com os técnicos, buscando apoio e orientação quando necessário. A interação frequente com os técnicos, junto com a convivência regular em instituições, ajuda a manter esses laços sociais diversificados, “Pois eles se dão muito entre eles porque há certos sítios em que dormem mais que 10, portanto mantêm esses laços sociais entre eles”. (Técnica 4)

“Eles têm conhecimento... antigos empregadores, pessoas com que tiveram relações antigas... acabam por ser sim, não se dão apenas com pessoas em situação de sem abrigo não. E também há muitas pessoas que não estão em situação de sem abrigo que vão e consomem com eles lá na Baixa, há muita pessoas que estão a beber e não estão em situação de sem abrigo e estão lá com eles”. (Técnico 5)

As pessoas em situação de sem-abrigo entrevistadas relatam, na sua maioria, que enfrentam uma carência de laços sociais de afiliação, ou seja, vínculos profundos e estáveis com a família e a comunidade. Apesar disso, uma parte significativa delas ainda mantém algum contato com os seus familiares. Esses laços familiares, mesmo que nem sempre fortes ou frequentes, representam uma fonte de suporte e conexão que pode ser crucial para o bem-estar das pessoas em situação de sem-abrigo.

Além dos vínculos familiares, as entrevistas indicam que muitas dessas pessoas também mantêm laços de participação eletiva, como o contato com amigos. Esses relacionamentos não são impostos, mas sim escolhidos e cultivados de forma mais voluntária. A interação com amigos e conhecidos fora do contexto de sem-abrigo oferece um suporte adicional e contribui para o sentimento de pertencimento e apoio social.

Portanto, embora a situação de sem-abrigo possa acarretar a perda de vínculos sociais mais profundos e estáveis, os contatos com a família e amigos ainda desempenham um papel significativo na vida dessas pessoas, oferecendo uma rede de apoio importante para enfrentar as suas dificuldades e promover a reintegração social.

“Não tenho família, não tenho amigos...”. (PSSA 1)

“Mantenho sempre, contato frequente. Os amigos vamos conversando, do pouco que há, estabelecemos o contato, vamos falando, conversando, saímos para almoçar, convivo mesmo... dentro do normal, dentro do tempo que eles têm disponível e eu tenho disponível para manter o contato mantemos (...) nunca cheguei a estar na rua e o meu círculo social manteve-se quase o mesmo”. (PSSA 2)

“Pouco, pouco... as minhas filhas ora estão bem comigo, ora estão mal, conforme a mãe lhes põe as ideias na cabeça, conforme a situação. Meus pais infelizmente nem um nem outro estão vivos, tenho uma irmã”. (PSSA 3)

“Sim, sim... mantenho contato. Com os meus filhos e o meu pai que ainda está vivo, com alguns amigos que fiz durante a minha vida”. (PSSA 5)

“Eu convivo com muita gente, tenho muitos amigos”. (PSSA 10)

Essas diferentes experiências destacam como as relações sociais das pessoas em situação de sem abrigo (PSSA) variam amplamente, influenciando de maneira significativa a sua experiência de vida e a capacidade de enfrentar a situação de sem-abrigo. Enquanto alguns enfrentam um isolamento profundo, o que pode agravar a sua vulnerabilidade e solidão, outros conseguem manter conexões importantes que oferecem suporte emocional e prático.

Manter laços sociais ativos pode ajudar a mitigar os desafios associados a essa condição, proporcionando uma rede de apoio essencial que contribui para a estabilidade e o bem-estar das pessoas em situação de sem abrigo.

Conforme a percepção dos técnicos, as pessoas em situação de sem-abrigo (PSSA) frequentemente relatam, quando questionadas sobre as suas interações com outras pessoas na mesma condição, que mantêm relacionamentos com os seus pares, especialmente aquelas que estão em situação de rua. Geralmente, as PSSA confirmam essa interação social. No entanto, as poucas que respondem negativamente geralmente são aquelas que passaram pouco tempo na rua ou que se encontram em alojamentos de emergência.

Essas últimas tendem a ter menos contato com outras pessoas na mesma situação, devido à natureza temporária da sua situação ou ao ambiente mais estruturado dos alojamentos.

“Costumo fazer...quando vou ao CASA para conversar e essas coisas”. (PSSA 4)

“Não muito, só com aqueles que eu vejo que são boas pessoas, mas sim costumo”. (PSSA 6)

“Eu? Sim eles vem ter comigo gostam de mim pensam que sou o rei e quando têm problemas vêm sempre falar...perguntar pela razão, se estiveram errados ou se não estiveram”. (PSSA 8)

A relação das PSSA e os técnicos segundo as entrevistas realizadas foi categorizada como “inexistente”, “boa” ou “conflituosa”. Essas categorias destacam a diversidade nas interações entre as PSSA e os técnicos, variando de uma ausência de relação significativa a interações positivas ou, em alguns casos, tensões e conflitos.

Inexistente: “Não, também não”. (PSSA 1)

Boa: “Temos uma boa relação, vamos mantendo contato na medida do possível, o acompanhamento que fazem é benéfico digamos assim, se tivesse propriamente na instituição seria muito limitado porque temos as regras para cumprir, agora cá fora posso gerir o meu tempo conforme a disponibilidade”. (PSSA 2)

Conflituosas: “Aqui as doutoras do CASA não tenho nada a dizer, tenho é da dona P. que eu pedi ajuda para uns óculos que eu vejo mal e preciso mesmo para trabalhar e não me ajuda porque diz que não sou de cá, preciso ir ao médico também não posso, não sou de cá, se eu morrer... pedi para mudar a morada, diz que não dá, tenho que pagar e eu disse “não tenho dinheiro como é que vou pagar?” “aí eu não quero saber” diz a dona P., isso são coisas que se dizem, não quero saber... coisas que me magoam muito ouvir, com a dona P. nem lhe quero ver mais pintada de ouro”. (PSSA 6)

4.Locais de ocupação e locomoção

Os locais de ocupação das pessoas em situação de sem-abrigo (PSSA) em Albufeira, conforme descrito tanto por técnicos quanto pelos próprios indivíduos, revelam uma variedade de espaços precários e inadequados para viver. As entrevistas destacam vários locais onde estas pessoas se estabelecem, incluindo estruturas abandonadas, prédios em ruínas, e áreas como o prédio da baixa, piscinas abandonadas, carros na via pública e até mesmo o alojamento emergencial (CATE). Geograficamente, os locais de ocupação estão

dispersos pelo centro da cidade, com alguns focos principais onde há uma concentração significativa de pessoas em situação de sem-abrigo.

Um dos principais locais identificados é o prédio da baixa, uma estrutura abandonada localizada no coração da zona turística de Albufeira. Este prédio, sendo um dos pontos mais movimentados da cidade, abriga cerca de 11 pessoas, conforme informado. Além disso, durante os últimos dias do meu estágio, verificamos uma ocupação recente de um prédio devoluto também na área da baixa.

De acordo com uma PSSA que residia lá, cerca de 6 pessoas estavam vivendo nesse espaço, que carece completamente de condições de habitabilidade, como luz, saneamento, eletricidade e a estrutura do prédio apresenta um risco iminente de colapso. Outro local relevante é o espaço conhecido como RSCI, um acrônimo usado pela rede social para designar um local de ocupação numa construção abandonada. Esta estrutura, que originalmente deveria ser convertida em piscinas, não foi concluída e permanece em estado de ruína. Uma PSSA que eu acompanhei como cogestora de caso vivia numa área destinada às máquinas da piscina, um local sem condições adequadas para habitação.

Nesta mesma área, pelo menos outras quatro pessoas em situação de sem-abrigo residem em buracos na estrutura e em “barracos” improvisados com materiais abandonados. Embora em Albufeira, especialmente durante o verão, seja comum observar pessoas mendigando, arrumando carros ou consumindo bebidas alcoólicas no centro da baixa, não é tão frequente ver pessoas dormindo na rua, como ocorre em grandes metrópoles. No entanto, isso não significa que essas situações não existam; elas estão presentes, mas muitas vezes são mais discretas e espalhadas pela cidade.

“Eu diria que surpreendentemente só no caso de Albufeira, é são os sítios menos visíveis e os sítios mais visíveis como a Baixa, a Baixa é sitio talvez mais visível de Albufeira, icónico de Albufeira, ou talvez a Oura e é lá que eles estão e depois nos sítios menos visíveis naqueles sítios... casas abandonadas, as margens da cidade”.
(Técnico 5)

Técnico 5 destaca uma dicotomia interessante entre a visibilidade e a invisibilidade das pessoas em situação de sem-abrigo em Albufeira. A Baixa e a Oura, sendo áreas centrais e movimentadas da cidade, são locais onde a presença dessas pessoas é mais notável devido ao fluxo constante de turistas e residentes. No entanto, a visibilidade nesses locais não se

traduz necessariamente numa melhor condição ou suporte; ao contrário, pode acentuar a marginalização e a estigmatização. Por outro lado, os locais menos visíveis, como casas abandonadas e áreas periféricas da cidade, oferecem uma forma de invisibilidade física.

Esses locais não são apenas menos evidentes para o público geral, mas também para os serviços de apoio, criando um cenário em que as necessidades dessas pessoas podem passar despercebidas. Essas áreas muitas vezes carecem de infraestrutura básica e segurança, agravando as condições de vida já precárias dos residentes.

“Em geral ou vivem na rua, conforme a definição da estratégia com teto e sem teto, vivem muitos na rua, em carros, tendas, porque aqui Albufeira temos a zona da praia que é muito atrativa, praia para colocar nas arribas as tendas. Ocupam casas, habitações, por incrível que pareça conseguem ocupar habitações devolutas, ruínas e acabam por viver assim nestes pontos, mas vivem também na via pública. E carros, muitos também vivem em carros que também é via pública”. (Técnica 1)

A vida na rua e na via pública representa uma forma de ocupação visível, mas precária. Estes espaços expõem as pessoas a condições meteorológicas adversas e à falta de privacidade e segurança. Além disso, a presença na via pública frequentemente leva a confrontos com as autoridades e à estigmatização social. O uso de carros e tendas oferece uma solução provisória que, embora forneça alguma proteção contra as intempéries, não garante condições adequadas de habitabilidade. Carros, por exemplo, podem ser desconfortáveis e perigosos, e tendas, embora mais discretas, ainda deixam os ocupantes vulneráveis a condições climáticas adversas e a ameaças de segurança. O uso da zona da praia para montar tendas revela como áreas naturalmente atraentes podem ser adaptadas para atender às necessidades de abrigo temporário.

No entanto, essa solução também pode estar sujeita a regulamentações locais e à visibilidade, o que pode levar a deslocamentos forçados e à sensação de insegurança. A ocupação de casas devolutas e ruínas é um reflexo da necessidade desesperada por abrigo. Essas estruturas, muitas vezes em estado de deterioração, oferecem um teto temporário, mas carecem de condições básicas de habitabilidade, como água, eletricidade e saneamento. Além disso, viver em tais condições pode aumentar os riscos de saúde e segurança.

Ambas as falas das PSSA e dos técnicos entrevistados, destacam a complexidade e a variedade das situações enfrentadas pelas pessoas em situação de sem-abrigo, sublinhando

a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e adaptada às realidades locais. A diversidade dos locais de ocupação reflete a falta de opções acessíveis e adequadas de habitação e apoio para essa população vulnerável.

Quando questionados sobre se estiveram sempre em Albufeira desde que se encontravam em situação de sem-abrigo, todas as pessoas em situação de sem-abrigo (PSSA) entrevistadas responderam que sim, exceto o entrevistado 6. Este último mencionou ter-se deslocado para outras localidades, o que sugere uma mobilidade geográfica em busca de melhores condições ou oportunidades. Por outro lado, os técnicos, com base na observação e na experiência com os PSSA, indicam que há uma tendência significativa de movimentação entre as pessoas em situação de sem-abrigo. Essa mobilidade não se limita apenas a movimentos dentro de Portugal, mas também se estende a deslocamentos a nível europeu.

Essa diferença nas respostas pode refletir vários fatores. Por um lado, as pessoas que afirmaram ter permanecido em Albufeira estão vinculadas a redes de apoio locais ou a situações específicas da cidade que as mantêm ali. Por outro lado, a mobilidade observada pelos técnicos pode ser indicativa de uma busca contínua por melhores condições de vida, oportunidades de trabalho ou serviços de apoio que não estão disponíveis na sua localização atual.

As PSSA deslocam-se com frequência no país e até mesmo na Europa, “porque a população em situação de sem abrigo desloca-se muito geograficamente dentro do nosso país ou até mesmo na Europa, eles deslocam-se (...) Ao nível do território eles deslocam-se a nível nacional muito, mas muitos estrangeiros vêm para cá também, mas a maior parte é nacionais”. (Técnica 1)

Chegam a Albufeira vindos de áreas fora da região, incluindo Lisboa e o Norte de Portugal. A presença de pessoas de outras regiões e países sugere que Albufeira e potencialmente outras cidades, atraem indivíduos em situação de sem-abrigo devido a condições percebidas como mais favoráveis ou pela esperança de encontrar recursos e assistência, “Muitos vem de países estrangeiros, vêm de fora da nossa área geográfica não é, portanto, a maioria deles vem de Lisboa, vêm do Norte”. (Técnica 3)

Movimentação significativa a nível nacional, com pessoas vindo de cidades como Lisboa e Beja, particularmente durante a época balnear. Essa movimentação pode ser motivada pela expectativa de encontrar trabalho em setores como a hotelaria, que frequentemente aumenta

a sua procura de recursos humanos durante a temporada de verão. A busca por emprego e melhores condições económicas pode levar esses indivíduos a arriscar uma mudança para áreas onde há uma suposta maior oferta de trabalho, “Há uma movimentação a nível nacional, muitos vem de Lisboa outros vem de Beja, estamos a receber muitos casos assim dessas zonas mais interiores que não tem oferta de emprego então estão a arriscar vir para Albufeira pela época balnear, os hotéis começam a colocar pessoas a trabalhar (...) a maior parte move-se muito a nível nacional”. (Técnica 4)

5. Consumos

Os consumos, especialmente de substâncias psicoativas, têm um impacto significativo e multifacetado na situação das pessoas em situação de sem-abrigo. Esses consumos afetam diversos aspetos das suas vidas e estão frequentemente interligados com as causas e as consequências da condição de sem-abrigo, influenciando a saúde física e mental, os relacionamentos, a capacidade de manutenção de emprego, a segurança e as rotinas diárias.

A saúde física e mental das pessoas em situação de sem-abrigo é significativamente comprometida pelo uso de substâncias. O consumo contínuo de drogas e álcool pode levar a uma deterioração geral da saúde, aumentando o risco de doenças, aqueles que usam drogas injetáveis, o risco de contrair doenças infecciosas como HIV e hepatites virais é particularmente alto. A deterioração da saúde é exacerbada pela falta de acesso a cuidados médicos regulares. Além disso, o uso de substâncias está frequentemente associado a transtornos mentais, como depressão, ansiedade e psicose, agravando ainda mais a condição psicológica e tornando o tratamento mais difícil.

O impacto dos consumos sobre os relacionamentos também é significativo. O estigma associado ao uso de substâncias pode resultar no afastamento de amigos e familiares, contribuindo para o isolamento social. Esse isolamento limita o acesso a redes de apoio e reforça a sensação de marginalização. Muitas vezes, as PSSA formam redes sociais com outros consumidores de substâncias. Essas redes podem oferecer algum nível de apoio, mas frequentemente perpetuam comportamentos autodestrutivos e a dependência, em vez de promover a recuperação e a reintegração social. A capacidade de manter um emprego também é fortemente impactada pelo uso de substâncias. A dependência pode prejudicar o

desempenho no trabalho, resultando em problemas com a pontualidade e a qualidade com que desempenham o trabalho, o que pode levar à perda de empregos e dificultar a obtenção de novas oportunidades.

Além disso, o estigma associado ao uso de substâncias pode dificultar a manutenção de empregos, com empregadores muitas vezes relutantes em contratar ou manter funcionários com histórico de dependência. O foco na obtenção e uso de substâncias pode desviar a atenção e a energia de atividades produtivas e de auto cuidado, limitando a capacidade de manter uma rotina regular e engajar-se em atividades construtivas. A segurança pessoal também é profundamente afetada pelo consumo de substâncias. O comportamento associado ao uso de substâncias pode aumentar a exposição a ambientes perigosos e a interações com pessoas potencialmente prejudiciais.

Isso pode resultar em violência e exploração, aumentando a vulnerabilidade das pessoas em situação de sem abrigo. Muitas vezes, elas são forçadas a viver em locais inseguros, como casas abandonadas e áreas isoladas, o que contribui para uma sensação constante de insegurança e perigo.

O impacto dos consumos nas rotinas diárias é igualmente significativo. A necessidade de obter e usar substâncias pode dominar a rotina, desviando a atenção de outras atividades importantes, como procurar ajuda e participar de programas de reintegração. Isso pode levar a uma desorganização das atividades diárias, dificultando manter horários regulares e participar de programas de suporte. O ciclo contínuo de consumo pode reduzir a qualidade de vida, substituindo atividades construtivas por comportamentos relacionados ao uso de substâncias, passam a viver em função dos consumos, moldam a suas rotinas entre arranjar a substância para consumir e a sua administração.

“ Consumo, vou dizer o álcool, porque se não me engano acho que é o mais comum o álcool acaba por ser assim um inimigo silencioso, as garrafas de álcool não tem como o tabaco a dizer o álcool mata (...) então a pessoa começa a consumir alguns deles muito jovens, muito jovens, 12 anos, estamos a falar de pessoas já com 50 e tal anos na altura era mais comum e então começam a consumir, mas permanecem funcionais só que os consumos vão perdendo mais e mais o controlo, mas permanecem funcionais alguns até têm relações. Algum dia os problemas associados ao álcool começam acumular-se e a vida começa a cair e eles têm dificuldade muitas vezes em conectar, a queda foi o gatilho, que foi o álcool começou muitos anos antes. É difícil associar as duas coisas e então as relações acabam, as relações familiares tornam-se também muito difíceis, afastam-se da família, perdem o emprego, não

conseguem manter a casa ou são expulsos de casa e então por aí começa. Depois uma vez eu já disse, alguns utentes “é muito fácil, mas depois voltar alcançar aquilo que você tinha, muito difícil, a subida é difícil, a descida é fácil”. (Técnico 5)

Técnica 3 “ os consumos que começam a consumir muito jovens”

Há uma dificuldade em reconhecer que o consumo de substâncias, em geral, desempenha um papel significativo na causa da situação de sem abrigo. Muitos indivíduos em situação de sem abrigo começam a usar substâncias em tenra idade e, durante um período, conseguem manter uma funcionalidade na vida quotidiana, como manter um emprego ou relacionamentos. Esse período de aparente normalidade pode criar uma falsa percepção de que os consumos não são prejudiciais ou que não têm impacto direto na vida.

No entanto, à medida que o consumo se intensifica ou as circunstâncias da vida mudam, como a perda de um emprego, o rompimento de laços familiares ou o desenvolvimento de problemas de saúde, a capacidade de permanecer funcional diminui significativamente. Essa resistência em associar os consumos com a queda para a situação de sem-abrigo pode ser alimentada por uma série de fatores, incluindo a negação, a estigmatização social, e a percepção de que o consumo é uma resposta a traumas ou dificuldades, em vez de uma causa. Muitos enxergam o consumo como uma forma de escape ou de alívio temporário do sofrimento, sem reconhecer o ciclo vicioso que ele pode perpetuar.

Essa falta de reconhecimento pode dificultar o acesso ao tratamento e às intervenções necessárias para quebrar o ciclo de dependência, levando a uma perpetuação da situação de vulnerabilidade. Somente através de uma compreensão mais ampla e uma abordagem integrada, que considere tanto os fatores subjacentes quanto as consequências dos consumos, é possível abordar efetivamente as complexidades da situação de sem abrigo,

... O consumo de drogas, como a heroína e a cocaína, andam de mãos dadas com a angústia, resultante da privação e do mal-estar incontornável com que esta se manifesta na fronteira do psíquico e do somático (...) por outro lado a SSA vem aliada a efeitos nocivos para a saúde mental e a um sentimento de invisibilidade e de exclusão da restante sociedade, que contribui para uma progressiva baixa-autoestima e para a percepção pessoal de fracasso (...) vivem no limiar de um tormento onde a droga assume um papel anestésico do resultado que as condições precárias da vida na rua têm no indivíduo, cuja rotina se passa a estabelecer em função da obtenção e consumo de substâncias psicoativas. (Azevedo, 2021: 2)

Os consumos podem representar um dos fatores que levam à situação de sem-abrigo ou podem ser desenvolvidos posteriormente como uma forma de anestesiar a dor e o desconforto associados à realidade que essas pessoas enfrentam.

Entre as pessoas em situação de sem-abrigo entrevistadas, apenas duas relataram não ter histórico de consumo de substâncias, tanto antes quanto após entrarem nessa condição. Os restantes afirmaram que já faziam uso ou continuam recorrer a drogas, álcool, tabaco ou Canabinoides.

Esse padrão revela como os consumos estão frequentemente entrelaçados com a experiência de viver na rua. Para muitos, o uso de substâncias pode ter começado como um mecanismo de fuga ou uma tentativa de lidar com traumas, dificuldades emocionais, ou a dura realidade da vida sem um lar. Com o tempo, no entanto, o consumo pode-se intensificar e se tornar uma parte central da vida diária dessas pessoas, agravando ainda mais sua situação de vulnerabilidade.

A presença de consumos, seja como uma causa inicial ou como uma consequência da condição de sem-abrigo, ressalta a complexidade das trajetórias de vida dessas pessoas. Isso também evidencia a necessidade de abordagens de apoio que reconheçam a interdependência entre o uso de substâncias e a exclusão social, oferecendo intervenções que abordem tanto a dependência quanto as circunstâncias sociais e económicas que sustentam essa condição,

...Cabe destacar que o uso contínuo dessas substâncias promove alterações no modo como o cérebro reproduz os sentimentos e as sensações ruins, como ansiedade, irritabilidade e agressividade. Isso significa que, quando a pessoa não está usando a droga, ela pode apresentar alterações psíquicas e físicas, pois seu organismo demonstra sinais de desconfortos, fazendo-o buscar novamente a droga para aliviar esse mal-estar e, assim, recomeça o círculo de “uso-abuso-dependência”. Outro aspecto fundamental é compreender que existem pessoas mais propensas a desenvolver dependência de substâncias psicoativas e, conseqüentemente, devemos ficar atentos a fatores como: hereditariedade, transtornos psiquiátricos, pressão social, situação familiar e falta de informação. (Pereira, 2021: 2)

É importante destacar que os consumos representam uma questão de saúde pública, uma vez que a dependência é uma doença que pode desencadear diversas outras condições graves, como úlceras, cancro, problemas cardiovasculares e o surgimento de transtornos psicológicos, entre outros. Essa questão não é apenas crucial no contexto das PSSA, mas afeta toda a sociedade, especialmente diante do aumento dos consumos e da dependência em geral. No caso específico das PSSA, os consumos frequentemente servem como uma forma

de escape, uma tentativa de aliviar o sofrimento ou de enfrentar a dura realidade da vida sem um lar.

No entanto, isso também representa uma questão de saúde preocupante. O consumo de álcool, embora perigoso, pode ser visto como menos alarmante no que diz respeito a segurança, quando comparado ao uso de drogas. O uso de drogas, em particular, é extremamente preocupante devido ao risco elevado de transmissão de doenças, especialmente quando o consumo não é realizado de forma segura, como no caso de partilha de agulhas entre consumidores de drogas injetáveis.

Essa situação reforça a necessidade de uma abordagem abrangente que não só trate da questão da habitação, mas que também ofereça suporte adequado para a saúde física e mental, com foco na redução dos danos associados ao consumo de substâncias. Abordar os consumos de forma integrada é fundamental para melhorar a qualidade de vida das pessoas em situação de sem-abrigo e para mitigar os riscos que esses consumos representam tanto para os indivíduos quanto para a sociedade em geral.

Os consumos para anestésiar: “Tinha as coisas escondidas e bebia para ir dormir porque na situação em que estava... beber para dormir”. (PSSA 11)

Os consumos como uma questão de saúde: “... do tempo que tive na rua dou graças a Deus por não ter tido doenças, o que tenho mal é os dentes porque a heroína destruiu os meus dentes todos. Eu nunca “calquei”, eu fumei sempre heroína na prata, nunca dei caldos e prontos. Cuidei-me, nas drogas também cuidei-me. Eu fumava sozinho, não gostava de fumar com mais ninguém, se fumasse com alguém a heroína eu só fazia o meu tubo e só fumava com o meu tubo não ia meter o tubo, dos outros na boca, tinha esses cuidados, há pessoas que não, como as seringas tu dás o caldo... se eu caldasse, eu nunca caldei na minha vida graças a Deus, eu tinha sempre o meu “kiko” andava sempre com a minha seringa, as minhas coisas. Não sei o dia de amanhã, porque um gajo a ressacar também não pensa, já ressaquei muito na minha vida e um gajo não pensa, alguém oferece-me e vou logo nem que a pessoa tivesse a SIDA e eu a ressacar até sabia que a pessoa tinha a SIDA, mas nessa altura não pensava, queria é consumir para estar bem, depois é que começava a pensar “a pessoa tem SIDA já está, já fiz a merda, já está” porque há muita gente que é assim, a gente quando está a ressacar não pensa, a gente quer é matar a ressaca e venha como venha”. (PSSA 1)

6. Temporalidade das situações

A temporalidade das situações de sem abrigo pode ser classificada como temporária ou permanente, refletindo a diversidade de experiências entre as pessoas que enfrentam essa condição. Em alguns casos, a situação de sem-abrigo é transitória, pessoas que se encontram sem um lar por um curto período, mas conseguem sair dessa situação, seja através de apoio social, recuperação financeira, ou mudanças pessoais que lhes permitem reestabelecer-se.

Por outro lado, há casos em que a situação de sem abrigo se torna uma condição de longo prazo, com indivíduos permanecendo sem uma casa por anos ou até mesmo décadas. Essas situações crônicas são frequentemente marcadas por uma combinação de fatores complexos, como a falta de apoio social, problemas de saúde mental e dependência de substâncias.

A persistência nesta situação pode levar a um agravamento das condições de vida e uma maior dificuldade em romper com o ciclo de sem abrigo, tornando essencial o desenvolvimento de estratégias de intervenção que abordem tanto as necessidades imediatas quanto as questões estruturais que perpetuam essa condição,

...O factor tempo é, com efeito, determinante, visto que os problemas se multiplicam, uns arrastam outros, e se agravam. Já se viu como ao longo do tempo vão surgindo outras situações problemáticas: degradação da saúde física e mental, dependência de drogas e alcoolismo, ruptura com os espaços de referência social, designadamente com a família e a comunidade, adopção de esquemas de sobrevivência marginais como a mendicidade, a delinquência e a dependência crónica da ajuda social [...] ... os elementos recolhidos mostram que as expectativas, quanto a uma vida melhor no futuro, são tanto mais baixas quanto maior é o tempo de exclusão e de marginalização social. (Pimenta, 1992: 73)

Em Albufeira existem dois tipos principais de situações: os permanentes, ou seja, que permanecem sem abrigo ao longo do ano e são conhecidos dos serviços sociais e aqueles que estão temporariamente sem abrigo, geralmente durante o verão. Estes últimos vêm para a cidade com a intenção de trabalhar na temporada ou mendigar, aproveitando o clima favorável. Muitos conseguem um emprego, ainda que precário, mas alguns não conseguem e acabam permanecendo na condição de sem-abrigo apenas durante esse período antes de se

deslocarem para outras regiões, “Temos os dois pontos de vista, permanentes temos aqueles utentes que ficam cá o ano inteiro e já são conhecidos dos serviços conforme temos na base de dados (...) e temos aqueles temporários que vêm no verão, mesmo fazer temporada de verão, vêm mendigar e sabem que conseguem viver cá em Albufeira e que o clima é apropriado e que estão cá temporariamente e depois vão embora ou então aqueles que vêm a procura no verão de trabalho, depois trabalham, ficam nesta condição caso não consigam arranjar trabalho, uns conseguem, outros não conseguem, mesmo que seja trabalho precário e depois vão embora”. (Técnica 1)

Quanto mais tempo uma pessoa passa na rua, mais difícil é para ela sair dessa condição, devido a fatores como o desenvolvimento de hábitos de vida na rua e a crescente desconexão com as redes de apoio, “grande parte tem muita dificuldade em sair, quanto mais tempo mais difícil, quanto mais tempo estão na rua mais difícil é saírem (...) se é para eleger uma maioria eu digo que é permanente”. (Técnica 2)

A análise das entrevistas realizadas com as PSSA revela uma variação significativa no tempo em que essas pessoas permanecem nessa condição. Quando questionadas sobre "quanto tempo estão nesta situação?", apenas três pessoas indicaram estar nessa situação há menos de nove meses, enquanto três estão há mais de 15 anos, dois há seis anos, e outras três entre um e três anos.

Essa diversidade temporal sublinha a complexidade e os desafios inerentes à intervenção social. Quanto mais tempo uma pessoa permanece na rua, mais enraizados se tornam os hábitos associados a essa condição e mais profunda é a desafiliação social. Isso significa que as pessoas que estão há muitos anos em situação de sem-abrigo, tendem a desenvolver um afastamento gradual das redes sociais, familiares e institucionais, tornando-se mais resistentes a mudanças e intervenções.

A temporalidade na situação de sem-abrigo é, portanto, um fator crucial a ser considerado na elaboração de estratégias de apoio. Aqueles que estão na rua por períodos prolongados, frequentemente necessitam de uma intervenção mais intensa e multifacetada, envolvendo cuidados físicos, psicológicos e sociais. Essas pessoas, devido ao longo tempo de exposição à dura realidade de viver nas ruas, apresentam um desgaste significativo que impacta todos os aspetos da sua vida, desde a saúde física até a capacidade de confiar e se engajar em programas de reabilitação e reintegração.

Por outro lado, para aqueles que estão há menos tempo na rua, a intervenção pode focar em medidas preventivas e de curto prazo, buscando evitar que a situação se prolongue e se tornarem cronicamente sem-abrigo. Identificar e atender rapidamente as necessidades dessas pessoas pode impedir que elas desenvolvam os mesmos padrões de isolamento e desafiliação social observados em indivíduos que estão na rua há anos. O tempo que uma pessoa passa na situação de sem-abrigo influencia profundamente não só as suas necessidades imediatas, mas também a abordagem e a intensidade da intervenção necessária para auxiliá-la a sair dessa condição.

Isso reforça a importância de ações rápidas e eficazes para evitar que a situação se prolongue, ao mesmo tempo, em que destaca a necessidade de estratégias diferenciadas para aqueles que já estão há muito tempo nesta realidade.

7. Acesso aos serviços

O acesso aos serviços destinados às PSSA em Albufeira está fortemente ligado à interação entre a maneira como os serviços alcançam essas pessoas e como essas pessoas, buscam os serviços disponíveis. Com base nas entrevistas realizadas com as PSSA e com os técnicos envolvidos, emergem quatro principais formas de acesso a esses serviços.

A primeira via é a sinalização por parte da comunidade. As pessoas que vivem e trabalham em Albufeira frequentemente identificam indivíduos em situação de sem-abrigo e comunicam essa informação aos serviços sociais.

Essa rede de apoio comunitário desempenha um papel fundamental, especialmente em casos onde as PSSA podem estar mais isoladas ou menos visíveis, “acabamos por ter muitas sinalizações dos munícipes (...) o serviço social do município (divisão social)” (Técnica 1).

Em segundo lugar, destaca-se a articulação entre os serviços. Instituições como o CASA e a Fundação António Silva Leal mantêm uma comunicação constante e colaborativa, facilitando o encaminhamento das PSSA entre diferentes serviços especializados. Por exemplo, uma pessoa em situação de sem-abrigo pode ser encaminhada do CASA para a Fundação para acesso a serviços de higiene, demonstrando como a cooperação entre entidades maximiza a eficiência dos recursos disponíveis, “Encaminharam para aqui eu nem sabia que existia isso” (PSSA 5).

Outra forma importante de acesso é através do passa a palavra, um método informal, mas eficaz, onde as próprias pessoas em situação de sem-abrigo compartilham informações sobre os serviços disponíveis entre si. Esse boca a boca é crucial, pois muitos indivíduos nessa condição podem não estar cientes de todos os recursos, ou podem hesitar em buscar ajuda por conta própria. A troca de informações entre pares, ajuda a integrar mais PSSA nos serviços existentes, “boca a boca (...) ou então até sinalizações da comunidade seja diretamente a nós, seja aos serviços de ação social da Câmara” (Técnica 2).

Finalmente, existe a iniciativa própria das PSSA, que, em muitos casos, é o fator determinante para o acesso aos serviços. Quando os indivíduos decidem buscar ajuda por conta própria, seja por necessidade imediata ou por desejo de melhorar as suas condições, eles frequentemente encontram os serviços disponíveis em Albufeira. Essa proatividade é uma evidência de resiliência e, muitas vezes, é apoiada pelos outros meios mencionados, como a articulação entre serviços e a comunicação comunitária, “Fui eu que vim à procura de ajuda, fui eu próprio. Do convívio mesmo eu falando com as pessoas e já tinha conhecimento de que havia ação social cá e eu próprio bati a porta” (PSSA 2).

8.Respostas sociais

Em Albufeira, as respostas sociais direcionadas especificamente para as pessoas em situação de sem-abrigo (PSSA) são limitadas, mas desempenham um papel crucial no apoio a essa população vulnerável. Três instituições principais foram destacadas tanto pelos técnicos quanto pelas PSSA entrevistadas: o CASA, a Fundação António Silva Leal (FASL), e a Câmara Municipal de Albufeira, que integra o Núcleo de Intervenção para Pessoas em Situação de Sem Abrigo (NIPSA).

O CASA (Centro de Apoio ao Sem-Abrigo) oferece um conjunto de serviços essenciais, incluindo a distribuição de refeições, vestuário, apoio na obtenção de documentos, gestão de alojamento através do Centro de Alojamento Temporário de Emergência (CATE), suporte na medicação, e acompanhamento a consultas médicas ou outras necessidades emergentes. Este acompanhamento é vital para garantir que as PSSA têm acesso não só a bens materiais, mas também a cuidados de saúde e apoio social, “Eu utilizo o CASA e utilizo a Câmara, vou ao CASA para buscar a medicação e utilizo mais (...) para que não possa descair porque tenho

ali o apoio sei que vão me buscar se eu falhar, alguém há de aperceber-se depois vai saber ou vão procurar, porque eu próprio consigo controlar sem ser dali, sem ser do CASA, mas prefiro ter sempre o apoio porque se eu descambar ou tiver um colapso vão-me buscar” (PSSA 2).

A Fundação António Silva Leal (FASL) também desempenha um papel importante, providenciando uma cantina social onde as PSSA podem fazer uma refeição ao almoço. Além disso, a FASL oferece espaços para a higiene pessoal, acessíveis mediante marcação prévia, com exceções em casos de emergência, articulando com outras instituições conforme as necessidades dos utentes. Essa flexibilidade e articulação com outras entidades refletem a capacidade da FASL de responder a emergências e adaptar-se às situações diversas que surgem no seu trabalho, “A Fundação com a parte dos balneários e com o almoço para os utentes” (Técnica 2).

A Câmara Municipal de Albufeira, através de apoios económicos e da sua integração no NIPSA, complementa o trabalho das outras duas instituições, fornecendo os recursos necessários e facilitando a cooperação entre os diferentes atores envolvidos. O NIPSA de Albufeira, atualmente composto por 14 instituições, embora nas práticas diárias conte principalmente com CASA, FASL, e a Câmara, também colabora com outras entidades como a GNR e a Santa Casa da Misericórdia. Os técnicos enfatizam que há uma boa articulação entre os membros do NIPSA, o que é fundamental para uma resposta coordenada e eficiente.

Contudo, as PSSA e os técnicos também apontam para áreas onde as respostas atuais são insuficientes. Uma das principais lacunas é a falta de apoio psicológico direcionado especificamente para as PSSA, uma necessidade crucial dada a prevalência de problemas de saúde mental nessa população. Outro problema destacado é a demora nas respostas dos serviços, que muitas vezes não conseguem atender rapidamente às necessidades emergentes. Também foi mencionada a falta de um gabinete técnico de apoio para as PSSA, que poderia fornecer assistência mais especializada e contínua.

Além disso, há uma perceção de que as respostas atuais para a empregabilidade dessas pessoas são ineficazes. Muitas PSSA sugerem ainda a criação de uma casa de banho pública destinada especificamente a essa população, para poderem realizar as suas necessidades fisiológicas com dignidade. Outro grande desafio é a falta de respostas habitacionais adequadas. Embora o CATE exista como uma solução temporária, há resistência por parte das PSSA em integrar esses espaços, possivelmente devido às regras e limitações impostas.

Tanto técnicos quanto PSSA apontam a necessidade de soluções habitacionais mais específicas e adequadas, uma vez que os altos custos de arrendamento, a falta de rendimento, e o preconceito contra essas pessoas dificultam a sua reintegração na sociedade,

...Há falta de apoio de alojamento em Albufeira, temos agora o CATE, mas atualmente não temos... para saírem do CATE tínhamos falta dos apartamentos partilhados. É uma lacuna porque não temos apartamentos partilhados para dar o salto para a sua autonomização para irem viver individualmente numa habitação (...) passar para o grau três, viverem sozinhos e fazer a gestão de uma casa. Depois uma lacuna muito grande que temos em Albufeira, temos falta urgentemente de habitação, apartamentos ou casas para o sexo feminino porque o sexo feminino a viver na rua é uma condição muito mais frágil do que os do sexo masculino, porque pela condição de higiene, pela condição física a nível de resistência de defesa... Albufeira deveria ter um espaço para acolher só mulheres que estejam nesta condição, mesmo que não queiram sair desta condição de sem abrigo, mas ter um espaço para estarem fazerem sua higiene diariamente a qualquer hora, a qualquer momento.(Técnica 1).

Apesar destas lacunas, a maioria das PSSA entrevistadas expressou satisfação com os serviços oferecidos, reconhecendo que, embora sejam limitados a atender as necessidades básicas, eles desempenham um papel importante nas suas vidas. No entanto, uma pessoa manifestou descontentamento, com a composição dos quadros técnicos e a gestão das situações, sugerindo que uma revisão dessas áreas poderia melhorar significativamente os serviços prestados,

...Remediável na medida do possível não é pelo menos no essencial, porque não depende das pessoas que estão a trabalhar porque o importante é a habitação e não passar fome. A habitação é que não há, o resto pelo menos existe, pois, a preocupação as pessoas já têm... pelo menos para mim começou de forma concreta com as dificuldades de saúde que eu passei, com ajuda deles, medicamentos e custa dinheiro, não é, a farmácia não dá de graça então aí já é qualquer coisa, agora se não tem habitação, se as pessoas dormem na rua, no relento, isso se calhar já não está no vosso alcance não é, por isso que eu digo, é remediável. (PSSA7).

As respostas sociais existentes em Albufeira para as PSSA fornecem um suporte essencial, há uma clara necessidade de expandir e melhorar esses serviços para abordar de forma mais abrangente e eficaz as complexas necessidades dessa população.

9. Intervenção junto das PSSA

A intervenção realizada pelos técnicos junto das PSSA em Albufeira segue uma abordagem estruturada, iniciando-se com um atendimento que se assemelha a uma entrevista preliminar. Durante essa fase inicial, os técnicos procuram entender a situação da pessoa, explorando fatores como a sua origem, o tempo em que se encontra nesta condição, entre outros aspetos relevantes. Esse levantamento é fundamental para se poder construir um panorama completo das necessidades e circunstâncias da PSSA. Após essa avaliação inicial, os técnicos trabalham para estabelecer um plano de intervenção personalizado, sendo adaptado conforme a disponibilidade e as possibilidades de adesão da pessoa assistida.

Esse plano é desenvolvido em colaboração com a PSSA, buscando alinhar as ações propostas com as suas capacidades e desejos, o que pode incluir o apoio em áreas como saúde, documentação, alojamento, ou encaminhamento para outras instituições especializadas. No entanto, a intervenção é muitas vezes limitada pelos recursos existentes e pelas respostas disponíveis no sistema de apoio social local.

Devido a essas limitações, os técnicos muitas vezes operam numa lógica de redução de danos, focando em minimizar os impactos negativos das condições de vida das PSSA. Essa abordagem busca proporcionar uma melhoria na qualidade de vida, mesmo que a reintegração completa na sociedade não seja imediata ou possível a curto prazo. Além das limitações de recursos, os técnicos também enfrentam desafios relacionados à vontade e autonomia das próprias PSSA.

A eficácia da intervenção depende, em grande parte, das escolhas e comportamentos das pessoas assistidas. Muitas vezes, a relutância ou a dificuldade em adotar comportamentos benéficos para a integração social e a recuperação podem restringir os resultados da intervenção.

Este aspeto ressalta a complexidade do trabalho dos técnicos, que precisam equilibrar a oferta de suporte com o respeito à autonomia dos indivíduos, reconhecendo que cada pessoa o tem seu próprio ritmo e capacidade de mudança.

“Dividir em dois: aqueles que querem a intervenção dos técnicos e os que não querem. Os que querem a intervenção, aceitam a nossa intervenção, definir o plano

de intervenção social em conjunto com o utente e os que não aceitam a nossa intervenção é conforme as necessidades que eles solicitam, é orientar para o apoio de higiene, alimentar e vestuário”. (Técnica 1)

“O nosso objetivo é que os utentes se reentreguem ou se não for essa a vontade deles que pelo menos tenham uma melhoria nas condições deles, seja saúde, seja a nível da habitação, da alimentação, pronto, dar suporte a essas necessidades que eles tem”. (Técnica 2)

“Chega uma pessoa em situação de sem abrigo que seja nova, fazemos sempre um entrevista para avaliar as necessidades daquela pessoa, quais os objetivos, tentamos logo perceber se pretende ficar por cá ou seguir para outro concelho, depois a partir daí se a pessoa decidir ficar por cá, pronto, iniciamos logo o apoio alimentar e encaminhamos para sempre para instituição para ter higiene pessoal a onde possa fazer a sua higiene pessoal e depois se houver outras questões relacionadas com a saúde ou com a Segurança Social também tentamos encaminhar se a pessoa tiver essa capacidade de ir sozinha, não é. Se não for autónomo tentamos marcar um dia para acompanhar a pessoa a estes serviços para poder auxiliá-la. Sempre orientar a pessoa e manter o contato também com os serviços, tornar a pessoa o mais autónoma possível, depois também temos situações em que é necessário acompanhar as pessoas para fora daqui de Albufeira, outras orientamos também para vagas no alojamento se houver e aí tem outro tipo de intervenção mais focada... a pessoa que esta no alojamento, a intervenção é mais direta. O início é sempre uma avaliação mais geral das necessidades daquela pessoa, depois vamos acompanhando se a pessoa continuar a aparecer e a pedir apoio... continuamos sempre a acompanhar aquela pessoa”. (Técnica 4)

Outro fator crucial a ser considerado na intervenção junto das PSSA é a questão das recaídas, que se manifestam de diversas formas, como a reincidência no uso de substâncias psicoativas, o afastamento dos serviços de apoio, ou até o retorno à situação de rua após algum tempo de aparente estabilidade.

Segundo os técnicos entrevistados, essas recaídas são frequentemente atribuídas a dois fatores principais: os consumos e a inadaptação às respostas oferecidas pelos serviços sociais.

Primeiramente, os consumos, especialmente de drogas e álcool, desempenham um papel significativo nas recaídas. A dependência dessas substâncias pode ser extremamente difícil de superar e a falta de suporte contínuo ou de um ambiente propício para a recuperação pode levar a um retorno ao uso, mesmo após períodos de abstinência. Esse retorno ao consumo muitas vezes provoca um efeito dominó, onde a pessoa perde o progresso que havia alcançado, afastando-se dos serviços de apoio e, em muitos casos, voltando à rua.

O segundo fator é a inadaptação às respostas disponíveis pelos serviços.

Muitos PSSA encontram dificuldades em se adaptar às regras e estruturas dos abrigos ou programas de reabilitação. Isso pode ser devido a diversas razões, como a rigidez das regras, que pode não ser compatível com o estilo de vida ao qual estão acostumados, ou a falta de personalização das intervenções, que nem sempre levam em conta as particularidades de cada indivíduo.

Quando uma PSSA não consegue adaptar-se a essas respostas, é comum que ela opte por se afastar, o que aumenta o risco de recaída na situação de rua. Essas recaídas representam um desafio contínuo para os técnicos, que precisam constantemente reavaliar e ajustar as suas abordagens para fornecer um suporte eficaz.

A reincidência, seja nos consumos ou no retorno à situação de rua, sublinha a complexidade das intervenções necessárias e a importância de oferecer respostas mais flexíveis e adaptadas às necessidades individuais das PSSA,

...Geralmente a recaída ou permanência na situação de rua, a par com a desistência de um novo projeto de vida, por parte dos indivíduos torna-se num caminho muito frequente. Este facto, leva a que na maior parte das situações, os indivíduos mantenham uma relação instável e irregular com as instituições e serviços que os apoiam e levanta um problema real de adequação de serviços a esta população (...) na medida em que tendem a criar-se situações paradoxais a nível da intervenção. Involuntariamente, as instituições podem contribuir para o cristalizar situações de abandono face a um projeto de vida ou mesmo contribuir para situações de dependência face às mesmas. O que pode acontecer é que os indivíduos procuram os serviços ou, no caso das equipas de rua, os serviços procuram os indivíduos, não no sentido de diligenciarem uma reinserção social, mas apenas para garantir a sua subsistência e sobrevivência. (Gomes & Guadalupe, 2011: 74)

Dos entrevistados, apenas uma pessoa conseguiu sair da situação de sem-abrigo. Os demais nunca conseguiram abandonar essa condição, nem mesmo temporariamente. Esta realidade ressalta a complexidade e a persistência dos desafios enfrentados por aqueles que estão nesta situação, evidenciando a dificuldade em romper com o ciclo de sem-abrigo.

A experiência desta única pessoa que conseguiu sair dessa condição pode oferecer valiosas percepções sobre o que contribuiu para o seu sucesso, ao mesmo tempo, em que sublinha a necessidade urgente de soluções mais eficazes e adaptadas para os demais que permanecem em situações semelhantes.

Segundo os técnicos, o trabalho representa um obstáculo significativo para a integração das pessoas em situação de sem-abrigo devido a várias características e desafios associados a esse mercado. Primeiramente, o caráter sazonal do trabalho não qualificado em Albufeira, especialmente em setores como turismo e serviços, limita as oportunidades de emprego estáveis.

Além disso, a precariedade dos empregos disponíveis, muitas vezes com condições laborais e salariais inadequadas, dificulta a manutenção de um emprego a longo prazo. Outro fator crítico é a relutância das entidades empregadoras em contratar pessoas em situação de sem-abrigo, frequentemente devido a preconceitos ou preocupações com a estabilidade e confiabilidade desses trabalhadores.

Os registos de consumos, como o uso de substâncias psicoativas, também impactam negativamente a capacidade dos indivíduos de adquirir ou manter um emprego, devido à estigmatização e aos efeitos diretos desses consumos sobre o desempenho profissional.

Além disso, a gestão diária necessária para lidar com a situação de sem-abrigo, incluindo a procura por alimentos, abrigo e cuidados pessoais, pode consumir uma quantidade significativa de tempo e energia, o que prejudica a capacidade de se comprometer com um trabalho regular.

A necessidade de disponibilidade para trabalhar, combinada com a falta de suporte adequado, torna a integração no mercado de trabalho ainda mais desafiadora para essas pessoas. Esses fatores inter-relacionados evidenciam a necessidade de uma abordagem integrada e adaptada, que considere tanto as condições do mercado de trabalho quanto as necessidades específicas das pessoas em situação de sem-abrigo, para facilitar uma integração mais eficaz e sustentável.

Dificuldade em relação ao trabalho:

“É muito difícil (...) tem várias questões (...) a questão do banho, por exemplo, a pessoa ir apresentável para o trabalho, não ir a cheirar mal, cumprir horário... quando conseguimos integrá-los aqui no alojamento depois trabalhar essa parte com eles é mais fácil claro (...) quando estão em situação de rua (...) têm dificuldade em manter esse trabalho (...) os que conseguem ter uma ruína, por exemplo, já aconteceu e vão fazer a higiene no bússio (...) são muito poucos... porque é difícil (...) têm muito entraves porque tem que buscar a comida na instituição, o horário do trabalho coincidir com o horário das instituições, muito difícil”. (Técnica 2)

Atitude em relação ao trabalho:

“A gente vê perfeitamente que eles não são dados ao trabalho (...) cá está, o trabalho implica regras, temos que cumprir, temos horários para cumprir, temos que ter uma apresentação e a relação deles com o trabalho não é a melhor, se eles puderem ter aquele trabalho de ir aqui para um parque de estacionamento e estar ali a pedir a moedinha tudo bem”. (Técnica 3)

Experiência com os empregadores:

“Há patrões que quando têm conhecimento que a pessoa se encontra em situação de sem abrigo sentem um dever cívico de ajudar e alguns até dão transporte, tentam encontrar alojamento... Alguns querem ajudar, querem-se envolver, quando sabem que há consumos removem tudo que seja álcool, há uns que são espetaculares, dão uma oportunidade... preferem dar trabalho a uma pessoa em situação de sem abrigo do que a outra pessoa porque sentem que estão a causar uma maior magnitude positiva, não é. Depois há outros que o vínculo laboral é normal, a pessoa vai, trabalha tudo normal, não há diferença pelo fato de estarem integrados aqui ou não ou estarem na rua ou não, desde que façam o trabalho... está a fazer o seu trabalho. Depois há aqueles que acho que são horríveis, há uns que descobrem que a pessoa está em uma situação de vulnerabilidade e não pagam o último mês ou não pagam mês nenhum e fogem e escapam”. (Técnico 5)

10.As mudanças da intervenção na situação da PSSA

A intervenção realizada na situação das PSSA pode levar a várias mudanças percebidas por ambas as partes envolvidas. Segundo os técnicos, as mudanças incluem uma melhoria nas condições de vida, reeducação e um acompanhamento mais próximo e individualizado. As PSSA, por outro lado, destacam o acesso a necessidades básicas como alimentação, higiene pessoal e roupas, além do apoio geral que recebem. Mesmo quando continuam na situação de sem abrigo, percebem que há algo que melhora.

A intervenção não só melhora as condições de vida das PSSA, mas também promove uma reeducação e um desenvolvimento pessoal significativo, ajudando-os a estabelecer regras, objetivos e a recuperar a autoestima,

...Muda tudo, a pessoa que esta nesta condição e que aceita a intervenção dos serviços sociais e conforme já disse a definição de um projeto de vida... um plano de intervenção social. As pessoas mudam são reeducadas voltam a ter regras, voltam a ter objetivos, voltam a gostar de si próprias, muda tudo com a intervenção. (Técnica 1).

Mudanças no cotidiano das PSSA, como o acesso a refeições e higiene, bem como a importância do suporte social e articulação com outras instituições para promover mudanças na vida das pessoas,

...Acho que o que muda um bocadinho é a sua situação no dia-a-dia, portanto, o terem um local para fazer uma refeição, terem um local para o banho, o conseguirem ter uma prestação social pode ser não muito elevada ajuda pelo menos para alguns gastos, e depois conseguimos muitas das vezes (...) o CASA, por exemplo, consegue-se articular com uma comunidade terapêutica (...) já consegui articular com alguns familiares. Há sempre uma mudança, a pessoa chega aqui pode não ter nada, mas daqui sai sempre com algo... tem sempre uma mudança nela porque percebe que no fim de contas não está sozinho. (Técnica 3).

A intervenção ajuda a melhorar a autoestima e as condições físicas das PSSA, mesmo que ainda estejam na situação de sem abrigo, “Para estar aqui prontos um tempo sim para recuperar, um gajo vem da rua fica aqui três quatro mezinhas já se sente mais bonito, mais gordinho” (PSSA 1).

O suporte recebido tem sido crucial para lidar com o consumo de álcool e para obter assistência em caso de necessidade, “A mim não mudou praticamente nada, continuo na mesma situação, continuo a trabalhar, conviver, sair um bocado... a única coisa se calhar é ter o apoio, ter a presença daquelas pessoas, se houver uma falha qualquer, toca o telefone e tenho que ir para lá. Ajuda na parte do controlo do álcool” (PSSA 2).

A intervenção ajudou a evitar situações ainda mais difíceis, como a falta de alimentação,

...Hoje em dia eu penso que bem dita a hora que eu aceitei em ter apoio social porque senão depois de tudo que eu passei podia estar a passar dificuldades piores, sem alimentação se você não está a trabalhar não tem família, família eu tenho, mas pronto, podia ser pior porque um dia, dois, três, de fome, se calhar aguentasse não é, mais que isso... se eu não tivesse com elas podia ser muito pior. (PSSA 7).

A intervenção ajudou a valorizar mais a si mesma e a sua vida, estabelecendo uma rotina e melhorando a sua qualidade de vida, apesar de ainda estar na situação de sem abrigo,

...Comecei valorizar-me muito mais, dar muito mais valor a mim e dar mais valor às pessoas... as pessoas quando estão sem abrigo praticamente não querem saber de si... desistir das coisas, agora nem pensar, agora tenho as minhas coisas, arrumo, limpo, gosto de ter as coisas limpas, meus filhos vão e vem, estou a trabalhar, uma rotina diferente. (PSSA 11).

11. Medidas necessárias para alterar a situação da PSSA

Com base nas entrevistas realizadas com técnicos e PSSA, foram identificadas várias medidas que poderiam ajudar as pessoas a sair da situação de sem-abrigo. A perspectiva dos técnicos e das próprias pessoas em situação de sem-abrigo revela uma abordagem multifacetada para enfrentar e resolver essa situação.

Na perspectiva dos técnicos existem seis medidas necessárias para alterar a situação das PSSA, sendo elas a aceitação e disposição para mudança, destacam que uma condição fundamental para a saída da situação de sem-abrigo é a aceitação das pessoas, para participar ativamente num plano de intervenção. É essencial que estas pessoas estejam dispostas a mudar e adotar comportamentos, que favoreçam a alteração da sua situação atual.

A mudança não ocorre apenas com a disponibilidade de serviços, mas também requer a disposição individual para o processo de mudança. Articulação entre as instituições, a coordenação e colaboração entre diferentes instituições são vistas como cruciais, uma articulação eficaz permite que as necessidades das pessoas em situação de sem-abrigo sejam abordadas de maneira holística e integrada.

Essa colaboração ajuda a garantir que todas as áreas de necessidade sejam cobertas e que os recursos sejam utilizados de forma eficiente. Respostas habitacionais diversificadas, necessidade de mais e diferentes respostas habitacionais, a oferta de opções variadas de moradia pode ajudar a atender às diferentes necessidades e preferências das pessoas em situação de sem-abrigo, facilitando a sua transição para uma situação de maior estabilidade.

Gestores de caso e acompanhamento individualizado, o aumento no número de gestores de caso é considerado vital para fornecer um acompanhamento mais próximo e individualizado. Isso permite um suporte mais eficaz e direcionado às necessidades específicas de cada pessoa, melhorando as oportunidades de sucesso na reintegração.

Especialização na inserção no mercado de trabalho, medidas especializadas para ajudar na inserção de pessoas em situação de sem-abrigo no mercado de trabalho são necessárias, inclui programas de capacitação e apoio à empregabilidade que atendam às circunstâncias e desafios específicos enfrentados por essas pessoas.

Sensibilização da comunidade, sensibilizar a comunidade para a problemática do sem abrigo é fundamental para reduzir preconceitos e estereótipos. Uma maior compreensão e

aceitação por parte da sociedade podem facilitar a integração e o apoio às pessoas em situação de sem-abrigo.

Na perspetiva das PSSA existem medidas necessárias para alterar essas situações, sendo elas respostas habitacionais, as PSSA identificam a necessidade urgente de respostas habitacionais adequadas. A falta de moradia estável é um dos maiores obstáculos para a saída da situação de sem abrigo, e uma oferta mais robusta e acessível de moradias pode facilitar a transição para uma vida mais estável. Trabalho, a possibilidade de encontrar trabalho é uma prioridade para as PSSA, terem acesso a oportunidades de emprego, que considerem as suas condições e habilidades, é crucial para a reintegração e a obtenção de autonomia financeira. Motivação pessoal é vista como um fator essencial, as pessoas precisam sentir-se motivadas e apoiadas para buscar mudanças nas suas vidas. O incentivo e o apoio para a construção de uma mentalidade positiva e proativa são fundamentais para superar a situação de sem abrigo.

Tempo e disponibilidade dos técnicos:

“ Os que aceitam sair... porque aqueles que não aceitam sair, os técnicos, temos que aceitar... temos sempre em primeiro lugar que pensar na decisão do utente (...) os que querem sair, o que os técnicos poderiam melhorar, ter ainda mais tempo disponível, não podemos falar com os utentes a correr, ter disponibilidade de tempo se levarmos uma hora, levamos uma hora... se levarmos duas horas é duas horas. Não estarmos a contrarrelógio, termos disponibilidade”. (Técnica 1)

“Ter mais tempo para estas pessoas. temos muito trabalho burocrático para fazer, estar mais tempo com estas pessoas nos locais fixos deles, não é, porque temos utentes que não vêm à instituição e não deixam de ter o nosso acompanhamento, mas é muito espaço. Os que vêm à instituição, vamos mantendo aqui os laços, vamos orientando... agora os que não vêm aqui à instituição, pronto, nós deveríamos passar mais tempo com eles nos locais para criar uma relação de proximidade, debatermos alguns assuntos, de orientar... por isso acho que isso poderia ser melhorado”. (Técnica 4)

Respostas habitacionais:

“Acho que deveríamos ter mais técnicos para estar a trabalhar com as pessoas e claro ter mais resposta habitacional (...) ter mais respostas de habitação e técnicos (...) a resposta do alojamento é sem duvida uma mais-valia e o que faz... a diferença sem dúvida (...) Força de vontade, a pessoa quer e eles interiorizaram que querem e conseguiram acho que é isso”. (Técnica 2)

“Para tirar das ruas é simples porque o que distingue uma pessoa em situação de sem abrigo e uma em situação de não sem abrigo é um teto na cabeça, isso era simples”. (Técnico 5)

“Seria arranjar mesmo uma casa para que a pessoa possa... que atualmente já sabemos que é difícil, arranjar uma casa para eu ter um cantinho que eu chamo cantinho que é mesmo meu, a questão para todos é a habitação...para todos é a mesma situação, é termos a habitação e cuidar da habitação em si”. (PSSA 2)

“Casas mais baratas, antigamente as casas estavam mais baratas... e agora não. É difícil também porque há pessoas que estavam há muito tempo na droga e perderam tudo, o álcool, mas com coragem uma pessoa consegue. Trabalho também, se uma pessoa não dá trabalho a outra fica complicado, deviam ajudar os sem abrigo, eu acho... dar uma oportunidade, como uma pessoa paga a renda se não trabalha”. (PSSA 9)

Integração no mercado de trabalho:

“É muito difícil (...) tem várias questões (...) a questão do banho, por exemplo, a pessoa ir apresentável para o trabalho, não ir a cheirar mal, cumprir horário...” (Técnica 2)

Vontade pessoal e oportunidades:

“Uma oportunidade, ter um sitio onde dormir e um trabalho, e depois estava tudo dependente de mim, fazia de tudo para não voltar as ruas. Ter oportunidade para mostrar que não quero estar só nas ruas, isso também vem da gente, há muitos sem abrigo que não querem sair das ruas e tiveram varias oportunidades se calhar e habituaram-se aquela vida”. (PSSA 1)

“Eu acho que é a fé própria da pessoa e aquela força de vontade de viver tudo isso... de querer vencer, dar a volta a vida”. (PSSA 11)

12.Estratégia nacional

A Estratégia Nacional para as Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, previamente discutida no enquadramento teórico, é novamente examinada aqui a partir das perspetivas dos técnicos entrevistados. Ao serem questionados sobre a eficácia e a aplicação da estratégia, os técnicos confirmam muitas das observações já discutidas, reconhecendo algumas das suas vantagens, como a homogeneização do trabalho com esta população em todo o país e a possibilidade de candidaturas institucionais para obter apoio.

No entanto, apesar dessas vantagens, os técnicos expressam críticas significativas. Embora a estratégia seja considerada teoricamente sólida, cobrindo todos os aspetos necessários para uma intervenção eficaz, na prática, ela é vista como quase utópica. Os

técnicos apontam que os objetivos e as diretrizes estabelecidos pela estratégia são difíceis de alcançar devido à falta de um fundo financeiro próprio e ao insuficiente investimento estatal.

Essa escassez de recursos torna complicado o desenvolvimento de um trabalho verdadeiramente eficaz com a população sem-abrigo, forçando os técnicos a operarem frequentemente dentro de uma lógica de redução de danos, em vez de poderem implementar soluções mais abrangentes e duradouras.

Vantagens da Estratégia Nacional:

Visão positiva e articulação nacional:

“É uma estratégia que considero positiva, porque temos que articular a nível nacional e geograficamente podemos perceber como os utentes circulam, podemos perceber quais foram as intervenções que foram feitas em outros locais caso eles tenham sido identificados. Podemos concorrer através da Estratégia a projetos e candidaturas, sendo sempre uma mais-valia para termos respostas e melhorar as respostas localmente. Podemos considerar que a Estratégia é um ponto favorável a nível nacional, que deve ter continuidade e sempre melhorar. Atualmente com a plataforma nacional é uma ferramenta muito útil (...) Criar respostas sociais através de candidaturas, tanto de alojamento como para gestores de casos como é o caso do LEGO'S que nos proporcionou. Novas respostas a nível de apoio psiquiátrico e clínicos, referentes às comunidades terapêuticas, deveriam existir mais respostas”. (Técnica 1)

Críticas à Implementação da Estratégia Nacional:

A estratégia como uma utopia:

“Se eu posso definir a Estratégia Nacional, eu defino como uma utopia, pronto. Porque é muito bonito preconizar-se isto aqui e outro e temos que ter medidas de inclusão, temos que ter habitação, temos que ter isto tudo, mas isto não passa do papel, porque a Estratégia, por exemplo, a estratégia se calhar deveria ter recursos financeiros próprios (...) e que pudessem estes recursos depois serem distribuídos pelos diferentes NPISA'S (...) parte financeira com alguma autonomia (...) temos que dar prioridade às situações, eu apanho hoje a situação de um sem abrigo idoso (...) uma mulher grávida com seus filhos ou mesmo um núcleo familiar com os seus filhos que ficou em uma situação de despejo (...) deveria haver um reforço... um fundo de maneio para poder articular logo junto aqui a uma unidade hoteleira, alguma coisa para poder pôr esta pessoa aqui a dormir durante uns dias até que depois conseguisse um CAES ou outra situação, portanto, a Estratégia é muito bonita, define muitos objetivos, ficam todos no papel, nomeadamente na habitação que eles dizem que não deverá haver falta de habitação para ninguém não é, mas depois a realidade o que a Estratégia faz?”. (Técnica 3)

Desconexão entre Planeamento e Execução:

“No papel está tudo muito bem, esta bem pensada depois na execução fica um pouco aquém. Não permite materializar aquilo que está lá, o que seria ótimo”. (Técnico 5)

13.Perspetivas de futuro

Nas perspetivas de futuro, há duas abordagens distintas: a dos técnicos, que oferecem uma visão abrangente da situação das PSSA, e a das próprias PSSA, que refletem sobre as suas trajetórias, desejos e aspirações pessoais. Os técnicos expressam uma preocupação crescente com o potencial aumento do número de pessoas em situação de sem abrigo, consequência da conjuntura socioeconómica atual e da extensão da pobreza em Portugal.

A crise na habitação, que afeta o país de maneira significativa, é vista como um fator agravante dessa situação. Eles destacam a necessidade urgente de investimentos financeiros substanciais para poderem implementar intervenções eficazes que promovam a reintegração dessas pessoas na sociedade. Além disso, sublinham que a questão dos sem-abrigo não deve ser vista apenas como um problema institucional ou individual, mas sim como uma problemática social que requer uma resposta coletiva e estruturada.

Por outro lado, as PSSA concentram-se nas suas próprias experiências e expectativas de futuro, muitas vezes marcadas por uma mistura de esperança e resignação. Elas tendem a focar-se nas suas necessidades imediatas e em desejos pessoais, como conseguir um trabalho estável, encontrar uma moradia segura ou superar os desafios diários que enfrentam.

Essas aspirações são moldadas por suas experiências individuais e pela dura realidade de suas situações, o que às vezes contrasta com a visão mais ampla e estruturada apresentada pelos técnicos. Enquanto os técnicos olham para o futuro com uma visão macro, focada em políticas e recursos necessários para lidar com o problema em escala nacional, as PSSA se concentram nos seus desejos e desafios pessoais, refletindo uma visão micro das suas próprias vidas e esperanças para o futuro.

“Era vê-los, e já os vi alguns, a voltar a ter uma vida socialmente ativa e dita com autonomia, criarem novos laços sociais, novas rotinas...”. (Técnica 1)

Alguns técnicos focam-se numa visão otimista do futuro, onde as PSSA são capazes de voltar a ter uma vida social ativa e autónoma. Destacam a importância de criar laços sociais e rotinas para que essas pessoas possam se reintegrar plenamente na sociedade.

“Não é estar a ser pessimista porque normalmente vejo sempre a parte positiva da vida e das coisas, mas acho que até pela dinâmica social e económica do país, a perspectiva destas pessoas não irá ser a melhor, sou muito sincera. Porque eles próprios não se querem ajudar, muitas das vezes não querem a ajuda dos técnicos e nós também estamos a ter, as vezes, menos ferramentas para poder trabalhar com as pessoas (...) A perspectiva que eu vejo no futuro... e há sempre a questão da habitação e com esta crise habitacional, a perspectiva... eu gostava de dizer assim “olha acho que isto vai ser muito melhor no futuro, vai correr muito bem, vai haver aqui um outro tipo de dinâmicas sociais”, mas não me parece sinceramente. Acho que a tendência será sempre a piorar e depois não podemos esquecer desta situação, desta imigração descontrolada que temos aqui, porque já começamos a ter... eu nunca me lembro de termos tantos utentes de outras nacionalidades como tenho agora”. (Técnica 3)

Uma das técnicas entrevistada apresenta uma visão mais pessimista, expressando preocupações sobre a capacidade das PSSA em se ajudarem a si próprias e a crescente falta de ferramentas e recursos disponíveis para os técnicos trabalharem com essa população. Menciona ainda a crise habitacional e o aumento da imigração como fatores que agravam a situação, temendo que a situação das PSSA possa piorar no futuro.

“A taxa de sucesso é baixa, eu acho que é tudo, proporcional ao investimento que fazemos nela. Quanto mais investirmos em termos de recurso e vontade e nós todos como sociedade (...) Eu temo é que se as condições económicas piorarem, vai aumentar. Eu acho que temos verificado um aumento, portanto, eu gosto de ter esperanças. Por mim era a integração porque eu acho que a problemática em si é um problema da sociedade não é problema do CASA ou da Câmara, é um problema da sociedade”. (Técnico 5)

A técnica reconhece que o sucesso na reintegração das PSSA é proporcional ao investimento feito em recursos e na vontade coletiva da sociedade. Ele expressa esperança na possibilidade de integração dessas pessoas, mas também teme que as condições económicas em deterioração possam aumentar o número de pessoas em situação de sem-abrigo, ressaltando que a problemática é um desafio societal, não apenas institucional.

As perspectivas das PSSA em relação ao futuro são altamente individualizadas e refletem as suas expectativas pessoais e necessidades imediatas. Muitos expressam o desejo de migrar para outro país europeu, onde acreditam que poderão encontrar melhores oportunidades de trabalho e, assim, melhorar as suas condições de vida. A obtenção de emprego é vista como um passo crucial para alcançar estabilidade financeira, o que lhes permitiria melhorar significativamente a sua situação atual. Para alguns, evitar recaídas no consumo de drogas é uma prioridade absoluta, pois reconhecem que voltar a consumir seria um retrocesso devastador nas suas vidas, comprometendo qualquer progresso que possam ter feito em termos de reintegração social.

Além disso, a obtenção de documentação adequada, como o cartão de cidadão, é considerada essencial para o exercício pleno dos seus direitos e para o acesso a serviços importantes. A saúde, tanto física quanto mental, também é um foco importante, com muitos expressando a necessidade de manter ou melhorar o seu bem-estar como uma parte fundamental do seu futuro. A independência, tanto financeira quanto pessoal, é outro objetivo central, com muitos aspirando a ter uma habitação própria, o que lhes daria uma base estável para reconstruir as suas vidas.

Por fim, alguns PSSA expressam o desejo de estabelecer novas relações conjugais, buscando encontrar um parceiro com quem possam partilhar a vida, o que reflete uma busca por estabilidade emocional e social. Cada pessoa identifica o que considera ser crucial para o seu futuro, demonstrando como as suas aspirações são moldadas pelas dificuldades e desafios que enfrentam atualmente. Essas expectativas individuais revelam a complexidade das suas situações e a diversidade de caminhos que cada um individualmente procura trilhar para sair da condição de sem abrigo.

Manter-se afastado das drogas:

“Continuar a estar fora das drogas este é o meu objetivo principal. O resto eu vou... sou daqueles que vive o dia a dia. Meu primeiro objetivo de todos até o dia de eu morrer é continuar a não estar nas drogas, nas drogas vem-me tudo isso outra vez, vem-me as ruas, vêm os roubos... vem isso tudo outra vez. O meu fundamental é as drogas, se for para as drogas acabam os meus objetivos todos... não tento arranjar casa, não tento tomar banho, não tento buscar comida, não tento nada..., portanto, o meu objetivo é continuar sem usar drogas, o resto depois logo vem”. (PSSA 1)

Trabalho e estabilidade:

“Deus queira que seja tudo de bom, eu a mim, do meu objetivo, daquilo que falo com os meus filhos “olha praticamente já vivi já tive tudo de bom”. Para mim a única coisa agora, vou passear...não é passear vou procurar trabalho fora principalmente para mim, eu quero ir trabalhar fora”. (PSSA 2)

“Para o meu futuro e saúde e bem estar. A única coisa que eu quero é aquela coisa de trabalhar na cozinha até à reforma”.(PSSA 4)

“O meu futuro... eu quero é ter emprego estável e ter um sitio para morar... uma casa e ter minha independência e arranjar uma companheira, uma namorada, arranjar uma pessoa para continuar a vida”. (PSSA 5)

“Espero que tudo vá correr bem, vou arranjar um trabalho, uma casa”. (PSSA 10)

14. Políticas de integração para A PSSA

Quando questionados sobre o que poderia ser melhorado nas políticas de integração das PSSA, tanto os técnicos quanto as próprias PSSA apontaram áreas que necessitam de atenção para melhorar a integração dessas pessoas.

Os técnicos enfatizaram a necessidade de expandir as respostas sociais, especialmente nas áreas de consumo de substâncias e saúde mental. Também destacaram a importância de criar soluções habitacionais que permitam a continuidade do acompanhamento após a institucionalização, como apartamentos partilhados supervisionados, onde as pessoas possam começar a praticar sua autonomia. A necessidade de mais gestores de caso foi outro ponto levantado, pois os atuais não são suficientes para lidar com a quantidade de situações existentes e a criação de políticas de habitação direcionadas a essa população foi considerada essencial para proporcionar um acompanhamento mais próximo e individualizado.

A Técnica 1 destacou a importância de "mais respostas sociais, desde consumo de aditivos, depois saem das comunidades terapêuticas, terem os tais apartamentos partilhados. Nós técnicos damos continuidade apoiando estes utentes no degrau B, digamos assim, para depois passarem para o degrau C. Temos este vínculo, não é só enviar para a comunidade terapêutica e já está, temos de dar continuidade ao acompanhamento destes utentes".

A Técnica 2 reforçou a necessidade de continuidade no acompanhamento, afirmando que "era importante conseguir continuar a dar-se o acompanhamento a estas pessoas. Ter alguém que conhece o percurso desta pessoa, conhece as dificuldades que esta pessoa teve até chegar ali, conhece o percurso. Difere se a pessoa fizer um acompanhamento, (...) faz

falta mais apoio técnico a esse nível porque esta pessoa, num momento de fragilidade, se calhar não vacilava se sentisse ter ali alguém".

A Técnica 3 trouxe à tona a questão da habitação, afirmando que "a habitação bate nas vertentes todas do país, porque o país está assim por causa da grave crise na habitação, portanto, neste momento eu acho que a habitação é a resposta para várias situações e, nomeadamente, esta daqui".

As PSSA, por sua vez, destacaram a necessidade de soluções habitacionais e apoio individualizado, além de questionarem as políticas migratórias, sugerindo que deveriam ser revistas para haver um melhor controle da migração.

A PSSA 1 sugeriu que seria necessário "arranjar mais casas para pessoas sem abrigos e famílias que necessitam".

A PSSA 2 enfatizou a importância do apoio individualizado, afirmando que "temos que apoiar mesmo as pessoas, porque se não apoiarmos... e o apoio tem que ser individual. No terreno, temos que estar mesmo presentes nas situações. É preciso estar com pés e mãos, porque se nós não tivermos no terreno, não sabemos a realidade do que é preciso tratar ou do que é preciso fazer".

A PSSA 5 trouxe à discussão as políticas de imigração, expressando que "a política de imigração, pelo que eu percebi, o Estado Português recebeu muitos imigrantes nos últimos anos e eles têm processo em Portugal. Metade da população portuguesa é pobre, e os imigrantes que estão em Portugal, ultimamente, a migração que está a acontecer em Portugal, não são pessoas que têm estudos. Como um país como Portugal recebe tantos imigrantes e isto vê-se logo... causa um desequilíbrio. A habitação não chega para todos... deixaram passar tempo, agora é difícil tratar".

Essas perspectivas indicam que, tanto para os técnicos quanto para as PSSA, as políticas de habitação, apoio individualizado e a revisão das políticas de imigração são áreas críticas que necessitam de atenção e melhoria para facilitar a reintegração dessas pessoas na sociedade.

15. Diagnóstico social

O diagnóstico social tem como objetivo o conhecimento profundo e abrangente de um meio social específico, com a finalidade de identificar tanto as potencialidades quanto as vulnerabilidades presentes nesse contexto. Este processo envolve a análise detalhada das condições sociais, permitindo a avaliação das forças e fraquezas que podem influenciar o desenvolvimento e a intervenção social. Ao entender essas dimensões, é possível elaborar estratégias e políticas mais eficazes para promover o bem-estar e a melhoria das condições de vida dos indivíduos e grupos analisados,

...O diagnóstico social é um processo de elaboração e sistematização de informação que implica conhecer e compreender os problemas e necessidades dentro de um determinado contexto, as suas causas e a evolução ao longo do tempo, assim como os factores condicionantes e de risco e as suas tendências previsíveis; permitindo uma discriminação dos mesmos consoante a sua importância, com vista ao estabelecimento de prioridades e estratégias de intervenção, de forma que se possa determinar de antemão o seu grau de viabilidade e eficácia, considerando tanto os meios disponíveis como as forças e actores sociais envolvidos nas mesmas. (Idáñez & Ander-Egg, 2007: 27)

Com base nos dados recolhidos e na análise realizada, podemos concluir que a rede social de Albufeira, no que diz respeito à problemática dos sem abrigo, demonstra uma adequada capacidade de articulação interna. Isso significa que os diferentes membros da rede mantêm uma comunicação eficaz que transcende os procedimentos burocráticos, um fator crucial no trabalho com esta população. Embora existam instituições que garantem a satisfação das necessidades básicas, é evidente a necessidade de otimizar os recursos existentes e desenvolver novas respostas. Uma área crítica é a carência de soluções habitacionais específicas para os sem-abrigo. Apesar da disponibilidade de alguns alojamentos, estes têm caráter de emergência e não devem ser considerados uma solução permanente.

Diante dessa realidade, seria pertinente a criação de soluções habitacionais contínuas para a fase pós-comunidade terapêutica, como apartamentos partilhados ou a adoção do modelo "Housing First". Este modelo inverte a abordagem tradicional ao fornecer uma habitação estável como primeiro passo, em vez de exigir que os indivíduos resolvam questões como dependência, saúde mental ou emprego antes de obterem uma moradia. A

sensibilização da comunidade, especialmente das entidades empregadoras, é essencial para criar oportunidades de emprego específicas para esta população.

Contudo, o tempo de resposta atual é um dos aspetos menos positivos, desestimulando mudanças em áreas como saúde e dependências, além de haver uma quase inexistência de apoio psicológico. Com apenas um psicólogo disponível, a oferta é claramente insuficiente. A falta de gestores de caso é outra limitação significativa. Esses profissionais são fundamentais para a coordenação de serviços e recursos, garantindo que os indivíduos recebam o apoio adequado. Os gestores de caso prestam suporte personalizado, facilitam o acesso a serviços, ajudam com processos burocráticos e oferecem apoio emocional e motivacional. Esse papel é essencial para promover a autonomia dos indivíduos e ajudá-los a desenvolver planos com base nos seus objetivos.

No entanto, é necessário que haja um agente da AIMA dedicado especificamente ao tratamento da documentação dos sem-abrigo, pois, mesmo com algum conhecimento, um gestor de caso não está sempre atualizado com os processos legais migratórios. Também seria fundamental a criação de um espaço seguro para que as pessoas possam guardar os seus pertences de valor, como documentos. Projetos como os "Cacifos Solidários", que oferecem armários individuais para armazenar pertences pessoais, têm mostrado ser uma solução eficaz em outras áreas do país. Embora pareça uma solução simples, esses cacifos desempenham um papel crucial na preservação da dignidade e na promoção da autonomia dos indivíduos. A localização geográfica do único espaço disponível para lavanderia está afastada do centro da cidade, tornando-o inacessível para muitos. Tornar este serviço mais acessível é importante para a dignidade, autoestima, higiene e saúde dos sem-abrigo, além de ajudar na redução do estigma associado à falta de higiene e potencialmente melhorar as oportunidades de emprego. Além disso, é necessário implementar campanhas de prevenção às dependências para promover a saúde pública, reduzir o impacto social e económico das dependências e melhorar a qualidade de vida dos indivíduos.

O tratamento, suporte e recuperação de dependências devem ser priorizados. Por fim, seria benéfico ampliar a capacidade de um refeitório social, onde os sem-abrigo possam fazer as suas refeições sentados à mesa. Esta medida não só contribui para a dignidade e inclusão social, mas também ajuda no estabelecimento de laços comunitários e serve como um incentivo à reintegração social.

CONCLUSÃO:

Existem 122 pessoas em situação de sem abrigo em Albufeira, sendo maioritariamente pessoas do género masculino, com idades entre 45 e 54 anos, de nacionalidade portuguesa, que evidenciam uma série de necessidades sociais e pessoais. Estas necessidades incluem o acesso à alimentação, higiene pessoal, habitação, vestuário e documentação, sendo fundamentais para a sua sobrevivência e integração social. As trajetórias dessas pessoas são frequentemente marcadas por processos de desafiliação social, consumo de substâncias psicoativas, desemprego, falta de recursos financeiros, problemas de saúde, ausência de habitação, imigração e insegurança. As suas vivências variam de acordo com a situação em que se encontram, seja em situação de rua ou em alojamentos temporários, como o Centro de Alojamento Temporário de Emergência (CATE). As rotinas, por sua vez, são orientadas para a sobrevivência, com pouco espaço para o desenvolvimento pessoal ou social.

No que diz respeito aos laços sociais, observa-se que, apesar de as experiências de vida serem diversas, há uma característica comum sendo ela a falta de laços familiares profundos, o que agrava o isolamento e a vulnerabilidade dessas pessoas. Os locais de ocupação pelas PSSA incluem espaços públicos, estruturas abandonadas, carros e praias, locais onde procuram abrigo ou simplesmente passam o tempo.

Os consumos de substâncias psicoativas têm um impacto significativo nas suas vidas, podendo tanto ser uma das causas para a situação de sem-abrigo como um comportamento adquirido após já estarem nessa condição.

Quanto à temporalidade destas situações, verifica-se que, embora haja casos temporários, influenciados pelas características específicas da cidade de Albufeira, como, por exemplo, o turismo ou sazonalidade, a maioria das situações são permanentes e prolongam-se no tempo, o que dificulta a reintegração destas pessoas na sociedade.

O acesso aos serviços ocorre de duas formas, as pessoas vão até os serviços, orientadas por alguém que já conhece as respostas disponíveis, ou os próprios serviços se aproximam dessas pessoas através de sinalizações e encaminhamentos.

As respostas sociais disponíveis em Albufeira para esta população concentram-se na satisfação das suas necessidades básicas, como alimentação, banho e vestuário. A intervenção junto a esta população sem-abrigo é complexa, pois exige um trabalho próximo

e persistente. Contudo, é muitas vezes limitada pela própria vontade dos indivíduos em mudar. Apesar disso, as mudanças provocadas pela intervenção são percebidas pelas PSSA, mesmo quando pouco expressivas. O apoio prestado pelos técnicos, a distribuição de alimentos e a possibilidade de realizar a higiene pessoal são determinantes para a melhoria das suas condições de vida.

Por fim, segundo as perspectivas captadas, as medidas necessárias para alterar a situação das pessoas em situação de sem-abrigo incluem a oferta de respostas habitacionais adequadas, a disponibilidade e o acompanhamento próximo por parte dos técnicos, a integração no mercado de trabalho, bem como a vontade pessoal e a criação de oportunidades concretas para poderem reconstruir as suas vidas.

Este trabalho teve como objetivo compreender, analisar e caracterizar as pessoas em situação de sem-abrigo em Albufeira. Através da análise das políticas e práticas atuais, ficou claro que, apesar dos esforços significativos já realizados pela rede social local, ainda existem lacunas substanciais, especialmente na oferta de soluções habitacionais de longo prazo, no suporte psicológico adequado, na demora das respostas e no combate das questões relacionadas à dependência.

As conclusões deste estudo sublinham a necessidade urgente de uma abordagem mais abrangente e coordenada. A implementação de programas como os apartamentos partilhados e a expansão dos serviços de gestão de casos são passos fundamentais para garantir que as necessidades das pessoas em situação de sem-abrigo sejam efetivamente atendidas. Além disso, o fortalecimento dos serviços de saúde mental e a criação de estruturas habitacionais acessíveis devem ser prioridades nas políticas públicas. É crucial combater os processos de desfiliação social, que estão entre os fatores determinantes nas trajetórias que levam à situação de sem-abrigo, bem como investir em campanhas de prevenção e intervenção no combate ao consumo de substâncias.

A importância deste trabalho reside não apenas na identificação dos problemas e lacunas, mas também na promoção de ações concretas para enfrentar essas questões. A colaboração contínua entre diferentes setores e a dedicação a uma abordagem integrada são essenciais para alcançar melhorias duradouras. A situação dos sem-abrigo reflete as profundas desigualdades sociais que enfrentamos, e somente através de um esforço coletivo e comprometido poderemos construir uma sociedade mais justa e inclusiva. É importante

lembrar que a problemática das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (PSSA) não é uma questão individual, mas sim societal, exigindo, portanto, uma resposta coletiva e solidária.

Os resultados deste estudo são específicos à realidade de Albufeira, um contexto particular tanto geográfica quanto temporalmente, uma vez que a realidade está em constante transformação. Dessa forma, a generalização dos resultados para outras áreas geográficas ou para outros períodos não são viáveis.

É importante destacar que seria relevante realizar um estudo voltado especificamente para as mulheres em situação de sem-abrigo. Embora cada vivência seja individual, as mulheres enfrentam uma dupla vulnerabilidade nessa condição. Além disso, seria igualmente pertinente investigar a situação das pessoas com 65 anos ou mais que vivem esta realidade, pois a experiência de estar sem abrigo é extremamente desgastante emocional, física e psicologicamente, especialmente para os idosos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Azevedo, A. S. M. (2021) Riscos e Necessidades de Consumidores de Substâncias Psicoativas em Situação de Sem-Abrigo: Um Estudo Exploratório. Universidade do Porto. Disponível em:
<http://file:///C:/Users/Utilizador/OneDrive/Documents/DOC.%20RELATORIO%20DE%20ESTAGIO/REFERENCIAS%20BIBLIOGRAFICAS/Azevedo%202021.pdf> (Acedido em 20 de Agosto de 2024).
- Bardin, L. (1997) *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Edições 70.
- Castel, R. (1998) *As Metamorfoses da Questão Social Uma Crônica do Salário*, Petrópolis (RJ), Editora Vozes.
- Costa, A. B. (1998) *Exclusões Sociais, Cadernos Democráticos 2*, 1ª edição, Lisboa, Gradiva.
- Crespo, A. P. A. & Gurovitz, E. (2002) A Pobreza como um Fenômeno Multidimensional. RAE-Eletrônica, Volume 1, Número 2. Disponível em:
[http://file:///C:/Users/Utilizador/OneDrive/Documents/DOC.%20RELATORIO%20DE%20ESTAGIO/REFERENCIAS%20BIBLIOGRAFICAS/3-Crespo%20e%20Gurovitz,%20\(2002\).pdf](http://file:///C:/Users/Utilizador/OneDrive/Documents/DOC.%20RELATORIO%20DE%20ESTAGIO/REFERENCIAS%20BIBLIOGRAFICAS/3-Crespo%20e%20Gurovitz,%20(2002).pdf) (Acedido em 2 de Julho de 2024).
- Direção-Geral das Autarquias Locais (2023) *Municípios*. Disponível em:
<https://portalautarquico.dgal.gov.pt/pt-PT/subsetor-da-administracao-local/entidades-autarquias/municipios/> (Acedido em 4 de Setembro de 2023).
- Diogo, F., Castro, A. & Perista P. (2016) *Pobreza e Exclusão Social em Portugal, Contextos, transformações e estudos*, Vila Nova Famalicão, Editora Húmus.
- Direção-Geral da Saúde (2019) *Pessoas em Situação de Sem-Abrigo: Manual de Procedimentos de Referência/Articulação entre a Saúde Mental e o Setor Social*. Lisboa, Direção-Geral da Saúde.
- ENIPSSA (2017) *Relatório de Avaliação da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo 2009-2015: Prevenção, Intervenção e Acompanhamento*, Instituto da Segurança Social, I.P.
- ENIPSSA (2018) *ENIPSSA 2017-2023 – Sumário Executivo*, GIMAE.
- ENIPSSA (2021) *Inquérito de Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo*, ENIPSSA.
- EAPN (2016) *Indicadores sobre a Pobreza Dados Europeus e Nacionais*, Porto, Rede Europeia Anti-Pobreza/ Portugal.
- FEANTSA (2023) *Eighth Overview of Housing Exclusion in Europe*. Fondation Abbé Pierre, Freek Spinnewijn.
- Ferreira, D. M. (2019) “O sem abrigo vai ter o quê na sociedade? Às vezes nem um buraco para se meter tem”: A vivência da Cidadania daqueles que (sobre)vivem na rua. Disponível em:
<http://file:///C:/Users/Utilizador/OneDrive/Documents/DOC.%20RELATORIO%20DE%20ESTAGIO/REFERENCIAS%20BIBLIOGRAFICAS/50.pdf> (Acedido em 21 de Agosto de 2024).

- Fortin, M. F. (1999) *O processo de Investigação: da concepção à realização*, Loures, Lusociência.
- Gil, A. C. (2002) *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 4ª Edição, São Paulo, Editora Atlas S.A.
- Giddens, A. (2008) *Sociologia*, 9ª edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gomes, T. S & Guadalupe, S. (2011) Redes de Suporte Formal ao Sem-Abrigo na Cidade de Coimbra. *Interações*, nº 21, 71-94.
- Guazi, T. S. (2021) Diretrizes para o Uso de Entrevistas Semiestruturadas em Investigações Científicas. *Diretrizes Técnicas e Educacionais*, v. 2, 1-20.
- Guazi, T. S. (2021) Diretrizes para o uso de Entrevistas Semiestruturadas em Investigações Científicas. *Revista Educação, Pesquisa e Inclusão*. Disponível em: <http://file:///C:/Users/Utilizador/OneDrive/Documents/DOC.%20RELATORIO%20DE%20ESTAGIO/REFERENCIAS%20BIBLIOGRAFICAS/GUAZI.pdf> (Acedido em 2 de Janeiro de 2024).
- Guerra, I. C. (2006) *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo*, 1ª Edição, Cascais, Principia.
- Idáñez, M. J. A. & Ander-Egg, E. (2007) Diagnóstico Social: Conceitos e Metodologias, Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal. Disponível em: <https://www.studocu.com/pt/document/universidade-aberta/metodologias-der-intervencao-social/diagnostico-social-conceitos-e-metodologias/90677853> (Acedido em 30 de Agosto de 2024).
- Instituto Nacional Estatística (2023) *Rendimento e Condições de Vida*, Portugal, INE.
- Lima, J. A (2013) Por uma Análise de Conteúdo Mais Fiável. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, nº 47-1, 7-29.
- Maslow, H. (1943) *Uma Teoria Da Motivação Humana*. Traduzido por: Karsten, M. A., Paraíba, Psychological Review.
- Monteiro, T. L., Policarpo, V., Ramalho, V. & Santos, I. (2012) *Imigrantes Sem-Abrigo em Portugal*. VII Congresso Português de Sociologia, 1-19. Disponível em: <http://file:///C:/Users/Utilizador/OneDrive/Documents/DOC.%20RELATORIO%20DE%20ESTAGIO/REFERENCIAS%20BIBLIOGRAFICAS/Monteiro%20et%20al.,%202012.pdf> (Acedido em 21 de Agosto de 2024).
- National Academies (1988) *Homelessness, Health, and Human Needs*, Washington, DC, National Academy Press.
- Observatório Nacional de Luta contra a Pobreza (2023) *Pobreza e Exclusão Social. Relatório 2023*, Porto, EAPN Portugal.
- Parlamento Europeu (2020) Parlamento quer acabar com a situação de sem-abrigo na EU, Jaume Duch Guillot.
- Perista, P. & Baptista, I. (2010) A Estruturalidade da Pobreza e da Exclusão Social na Sociedade Portuguesa – Conceitos, Dinâmicas e Desafios para a Acção. CICS.NOVA - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, 20, 39-46.

Pereira, E. S. L. F. (2010) Observar a pobreza em Portugal: uma leitura crítica das principais abordagens à operacionalização do conceito de pobreza. CICS.NOVA - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, 20, 57-66.

Pereira, S. G. (2021) O Uso de Substâncias Psicoativas. Instituto Federal Espírito Santo Orientações em Saúde. Disponível em: <http://file:///C:/Users/Utilizador/OneDrive/Documents/DOC.%20RELATORIO%20DE%20ESTAGIO/REFERENCIAS%20BIBLIOGRAFICAS/Pereira,%202021.pdf> (Acedido em 28 de Agosto de 2024).

Pimenta, M. (1992), *Os Sem-Abrigo na cidade de Lisboa*, Coleção Cáritas, n.º 14, Lisboa, Editores Centro de Estudos para a Intervenção Social.

Poupart, J. (2010) *A Pesquisa Qualitativa Enfoque Epistemológicos e Metodológicos*, 2ª Edição, Petrópolis (RJ), Editora Vozes.

Quintas, S. M. M. (2010) A Percepção De Técnicos E Indivíduos “Sem-Abrigo”. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação Universidade do Porto. Disponível em: <http://file:///C:/Users/Utilizador/OneDrive/Documents/DOC.%20RELATORIO%20DE%20ESTAGIO/REFERENCIAS%20BIBLIOGRAFICAS/Quintas%202010.pdf> (Acedido em 31 de Julho de 2024).

Rosa, V, & Abreu, S. G. (2015) A rutura dos laços sociais nas narrativas da pessoa em situação de sem-abrigo. Repositório das Universidades os Lusíadas. Disponível em: http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/1730/1/IS_42-45_9.pdf (Acedido em 31 de Julho de 2024).

Rodrigues, E. V., Samagaio, F., Ferreira, H., Mendes M. M. & Januário, S. (1999) A Pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal. Revista da Faculdade de Letras : Sociologia. Disponível em: <http://file:///C:/Users/Utilizador/OneDrive/Documents/DOC.%20RELATORIO%20DE%20ESTAGIO/REFERENCIAS%20BIBLIOGRAFICAS/28-Rodrigues%20et%20al.,%201999.pdf> (Acedido em 4 de Julho de 2024).

Simões, A. S. L. & Sapeta, A. P. G. A. (2018) Entrevista e Observação. Instrumentos Científicos em Investigação Qualitativa. Researchgate. Disponível em: <http://file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/80-364-1-PB1.pdf> (Acedido em 5 de Março de 2024).

Tavares, I. & Carmo, R. M. (2023) Análise da Pobreza, Privação e Desigualdades em Portugal: Tendências Recentes num País Persistentemente Desigual. Lisboa, Observatório das Desigualdades, CIES-Iscte. Disponível em: <http://file:///C:/Users/Utilizador/OneDrive/Documents/DOC.%20RELATORIO%20DE%20ESTAGIO/REFERENCIAS%20BIBLIOGRAFICAS/24-Tavares%20e%20Carmo,%202023.pdf> (Acedido em 5 de Julho de 2024).

Tavares, A. R. F. (2010) Acompanhamento Social a Pessoas que Viveram em Situação de Sem-Abrigo com Doença Mental. Universidade Fernando Pessoa Porto. Disponível em: <http://file:///C:/Users/Utilizador/OneDrive/Documents/DOC.%20RELATORIO%20DE%20ESTAGIO/REFERENCIAS%20BIBLIOGRAFICAS/TAVARES%202010.pdf> (Acedido em 25 de Agosto de 2024).

Teixeira, S. M. (2011) Sem-Abrigo - O Acompanhamento Institucional e a sua Repercussão no Quotidiano. Faculdade De Letras Da Universidade Do Porto. Disponível em: <http://file:///C:/Users/Utilizador/OneDrive/Documents/DOC.%20RELATORIO%20DE%20ESTAGIO/REFERENCIAS%20BIBLIOGRAFICAS/SONIA%20TEIXEIRA.pdf> (Acedido em 26 de Julho de 2024).

Yin, R. K. (1994) *Pesquisa Estudo de Caso - Desenho e Métodos*, 2ª Edição, Porto Alegre, Bookman.

Legislação :

Comissão de Direitos Humanos, resolução 2001/31, adoptada em 23 de Abril de 200.

Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o direito à habitação no Artigo 25, nº 1.

Lei de Bases da Habitação, Lei n.º 83/2019, de 3 de setembro, Artigo 2.º

Lei de Saúde Mental - Lei nº 36/98, de 24 de julho.

ANEXOS:

Anexo A: Protocolo de Consentimento para as Entrevistas das PSSA.

Eu, _____ aceito participar de livre vontade no estudo da autoria de Karen Santiago (Aluna do curso de Sociologia da Universidade do Algarve), orientado pelo Professor Doutor João Martins (Professor de Sociologia da Universidade do Algarve, Faculdade de Economia), no âmbito do Relatório de estágio do Mestrado em Sociologia. Foram-me explicados e compreendo os objetivos principais deste estudo. Entendi e aceito responder a uma entrevista que explora questões sobre a vivência da pessoa em situação de sem-abrigo. Compreendo que a minha participação neste estudo é voluntária, podendo desistir a qualquer momento, sem que essa decisão se reflita em qualquer prejuízo para mim. Ao participar neste trabalho, estou a colaborar para o desenvolvimento da investigação na área das PSSA, não sendo, contudo, acordado qualquer benefício direto ou indireto pela minha colaboração. Entendo, ainda, que toda a informação obtida neste estudo será publicada no âmbito académico e que a minha identidade nunca será revelada em qualquer relatório ou publicação, ou a qualquer pessoa não relacionada diretamente com este estudo, a menos que eu o autorize por escrito. Autorizo a gravação de áudio da entrevista.

Nome _____

Assinatura _____

Data ___ / ___ / ___

Anexo B: Protocolo de Consentimento para as Entrevistas dos Técnicos.

Eu, _____ aceito participar de livre vontade no estudo da autoria de Karen Santiago (Aluna do curso de Sociologia da Universidade do Algarve), orientado pelo Professor Doutor João Martins (Professor de

Sociologia da Universidade do Algarve, Faculdade de Economia), no âmbito do Relatório de estágio do Mestrado em Sociologia. Foram-me explicados e compreendo os objetivos principais deste estudo. Entendi e aceito responder a uma entrevista que explora questões sobre a vivência da pessoa em situação de sem-abrigo. Compreendo que a minha participação neste estudo é voluntária, ao participar neste trabalho, estou a colaborar para o desenvolvimento da investigação na área das PSSA. As informações recolhidas na entrevista serão utilizadas única e exclusivamente para fins de trabalho académico que tem por objetivo contribuir com a aprendizagem e desenvolvimento, bem como o propósito de articulação da teoria e no contexto das metodologias de intervenção social. Entendo, ainda, que a minha identidade nunca será revelada em qualquer relatório ou publicação, ou a qualquer pessoa não relacionada diretamente com este estudo, a menos que eu o autorize por escrito. Autorizo a gravação de áudio da entrevista.

Nome _____

Assinatura _____

Data ___ / ___ / ___

Anexo C: Análise das entrevistas dos técnicos.

TEMA	CATEGORIA	ENTREVISTA TECNICA 1	ENTREVISTA TECNICA 2	ENTREVISTA TECNICA 3	ENTREVISTA TECNICO 4	ENTREVISTA TECNICO 5
TEMA I Perfil das PSSA	<ul style="list-style-type: none"> •Gênero •Faixa etária •Situação profissional •Consumos •Saúde mental •Rutura familiar •Necessidades básicas •Estado emocional •Inexistência de habitação •Rendimentos •Dependência institucional •Hábitos •Imigrantes • Escolaridade 	<p>“são pessoas de varias gerações, de varias faixas etárias, com vários problemas de adição entre as quais álcool, drogas e problemas psiquiátricos, a doença psiquiátrica esta muito associada (...) a maior faixa etária é entre os 30 anos e 55 anos mais ou menos, a maior parte são homens (sexo masculino) em que muitas vezes a ida os leva a estas condições pelos tais consumos de aditivos, em que desaparecem a ter as regras sociais e acabam por entrar neste mundo e nesta bola de cristal, em que desaprendem tendo que ser reeducados, mas também temos algumas pessoas que a vida os leva a esta situação. Estou a me recordar de um idoso que (...) quando entrou na reforma, a qualidade de vida e do rendimento baixou e o levou a esta condição (...) pode acontecer esta situação. As mulheres que temos na rua, do sexo feminino, são minoria, mas também esta muito associado a consumos de aditivos e a saúde mental, a saúde mental está sempre presente”</p> <p>“Se tem alimentos comem se não tem alimentos não comem, a nível de rendimento igual conforme tem vão vivendo, de mendigar que fazem algum dinheiro algum rendimento por isso eles vivem da dependência tanto a nível social, como económico, como das instituições. Conforme a hora e o dia assim vão vivendo, é como eles vivem o dia a dia. Se tem vivem se não tem não vivem, desaprendem completamente”</p> <p>“pessoas que não tem qualquer nível de escolaridade á pessoas por incrível que pareça á pessoas licenciadas, mas o maior grosso o maior número é o 2 ciclo. A maior parte encontram-se desempregados, beneficiam do RSI (...)a maior parte estão desempregados”</p>	<p>“ problema de saúde mental (...) depois as dependências associadas”</p> <p>“nono ano (...) media(...) encontramos também uns licenciados (...), mas o número maior deve ser o nono ano. Maior parte são desempregados”</p> <p>“ aumento de imigrantes (...) marroquinos, indianos... neste caso não são tantos os consumos, mas são pessoas que vem á procura de uma vida melhor, mas depois tem dificuldades da documentação (...) não conseguem arranjar um emprego... porque não têm documentação e depois é um rolo nê e acaba por ficar em situações muito complicadas”</p>	<p>“ (...) também sem-abrigo. A característica quase comum deles é o consumo de álcool... estupefacientes e alguns também que vem também de famílias desestruturadas”</p> <p>“A escolaridade normalmente anda no quinto ano sexto ano. Na sua maioria (...) são todos desempregados, depois temos alguns que no dia-a-dia fazem alguns biscates pronto”</p>	<p>“chegam num registo muito frágil sem muitos apoios ainda das necessidades básicas principalmente, muitas vem em busca de procurar mudar a sua vida a nível profissional e também a procurar alojamentos atualmente é este o registo de pessoa situação de sem abrigo que estamos a receber aqui na instituição. A maior parte das pessoas em situação de sem abrigo são do sexo masculino, andam a volta dos 30 50, desempregados também, muitos com consumos seja de álcool ou de drogas, tem sempre um história por trás que vai muito ao encontro da rutura familiar, também temos agora algumas situações que nos chegam com indícios de problemas de saúde mental”</p> <p>“No geral 1º ciclo 2º ciclo no máximo. A maior parte esta desempregada temos poucas situações que estão mesmo a trabalhar, mas a maior parte esta desempregada ou estão a receber RSI ou fazem alguns biscates durante o dia também porque pronto eles durante o dia conseguem ter pelo menos duas refeições asseguradas pelas instituições que existe aqui, mas pronto é claro que eles gostam sempre de ter o seu dinheirinho seja pro café... consumos não adequam esse dinheirinho que fazem para outras coisas por exemplo a utentes que fazem medicação esse dinheiro (...) Os que trabalham costumam trabalhar na construção civil, na jardinagem, supermercados... temos um caso de um utente que estanho alojamento que continua ser pessoa em situação de sem abrigo e que está a fazer um estagio de formação em uma pastelaria”</p>	<p>“Então são por volta de cento e tal nesta altura e lá esta tem problemáticas diferentes, alguns têm consumo outros não têm consumo, alguns têm problemas de saúde mental, outros não têm problemas de saúde mental ... há muitas coisas em comum, mas quando vamos ver individual há muitos casos específicos (...) pessoas que não têm um sítio onde viver não têm tanto vivem na rua ou em espaços abandonados, assim com prontos tentam fazer ali uma barraca, mas eu dizia essas são as pessoas que mais trabalhamos”</p> <p>“Eu diria menos do nono ano normalmente, é menos do nono ano. A maioria penso que não trabalha há uma percentagem preocupante que trabalha (...) a outra percentagem grande trabalha só no verão biscates é muito comum que sejam... (...) aqueles que chamam as pessoas para os bares lá na baixa e vezes até nem são pagos é lhes dado álcool estão ali consumir depois é lhes prometido que são pagos e não são pagos. Há muito trabalho precário contratos que são prometidos e não são feitos, ordenados que ficam às vezes por pagar”</p>

<p>TEMA III Trajetórias que originam a situação de sem-abrigo</p>	<ul style="list-style-type: none"> •Ruptura familiar •Desemprego •Consumos •Doenças mentais •Perda da habitação •Procura de melhores condições de vida 	<p>“ É um conjunto de fatores, para além das dependências, muitos entrem naquela espiral de desemprego e da dependência e começam a habituar-se a viver da dependência dos apoios sociais, das instituições sociais”</p>	<p>“ saúde mental associada aos consumos e depois a deterioração das relações familiares”</p> <p>Ciganos: “ um deles foi por questões com o casamento que acaba por ser uma situação familiar a mesma (...) até pode ser por causa dos consumos (...) temos outra situação (...) tinha consumos por tanto já não vivia na comunidade dele... e agora quis ir para uma comunidade terapêutica, apresentava consumos”</p>	<p>“ o abandono familiar, portanto, os consumos que começam a consumir muito jovens não é. E depois temos aqui também agora uma situação de sem abrigo novas que são os imigrantes”</p>	<p>“Muitos fatores... ruptura familiar, o desemprego, muitos casos da altura da pandemia do COVID que até estavam integradas a nível profissional social muitos tinham empresas na altura do COVID faliram decidiram arriscar para outras terras e até outros países, mas não tiveram sorte e estão a regressar algumas e... pronto a ruptura familiar algumas histórias que já vem da infância ou que deixaram de falar com os pais por algum motivo, também os consumos também está muito preso a esta situação dos sem abrigo... maioritariamente”</p>	<p>“consumo vou dizer o me engano acho que é acaba por ser assim uma pessoa não... as garra como o tabaco a dizer álcool é um carcinoma, prontos então a pessoa alguns deles muito jovens estamos a falar de tal anos na altura era começam a consumir funcionais só que os consumo mais e mais o consumo funcionais alguns até têm os problemas associados se acumular e a vida com dificuldade muitas vezes foi o gatinho, que foi o anos antes. É difícil então as relações acaba</p>
---	--	--	---	---	---	--

Anexo D: Entrevista Técnica 1.

Bloco A: Caracterização das PSSA

1- Quem são estas PSSA com que trabalha? Pode-me descrever o perfil e as características destas pessoas?

Estas pessoas que com quem trabalhamos são pessoas de varias gerações, de varias faixas etárias, com vários problemas de adição entre as quais álcool, drogas e problemas psiquiátricos, a doença psiquiátrica esta muito associada. Nós aqui em Albufeira temos nesta condição a maior faixa etária é entre os 30 anos e 55 anos mais ou menos, a maior parte são homens (sexo masculino) em que muitas vezes a ida os leva a estas condições pelos tais consumos de aditivos, em que desaprendem

a ter as regras sociais e acabam por entrar neste mundo e nesta bola de cristal, em que desaprendem tendo que ser reeducados, mas também temos algumas pessoas que a vida os leva a esta situação. Estou a me recordar de um idoso que a reforma, quando entrou na reforma, a qualidade de vida e do rendimento baixou e o levou a esta condição, temos também por incrível que pareça, não é muito é um número mínimo, mas também pode acontecer esta situação. As mulheres que temos na rua, do sexo feminino, são minoria, mas também esta muito associado a consumos de aditivos e a saúde mental, a saúde mental está sempre presente.

2- Consegue-me dar alguns exemplos de pessoas sem-abrigo com quem trabalha do ponto de vista das suas necessidades sociais?

A nível do laços sociais muitos deles não conseguem ter contato diário com a família e isto conseguisse verificar que é uma grande lacuna que eles tem e acabam por ter algum desgosto, porque quando nós questionamos se podemos contactar com a família eles quase todos dizem que não, porque há uma historia por trás. Muitos deles não foram bons pais, não foram bons filhos e agora necessitando deste apoio eles acabam por não querer este contato com a família, não aceitam a condição em que eles estão. Esta um historia por trás, não lhes ajudou nada. Eles perdem o vinculo com as regras sociais em cumprir horários, eles não sabem cumprir horários não tem a noção das horas de refeição, das horas de consulta, não conseguem cumprir horários. Estão na bolha deles no método de vida deles e não tem qualquer contato com as regras, temos sempre que iniciar um processo de reeducação quando estas pessoas querem sair desta condição de vida. Porque perde o vinculo social e só tem com outras pessoas que estão na mesma situação de sem abrigo, não tem qualquer objetivo digamos assim de regras.

3- O que leva estas pessoas a chegar à situação de sem-abrigo?

É um conjunto de fatores, para além das dependências, muitos entram naquela espiral de desemprego e da dependência e começam a habituar-se a viver da dependência dos apoios sociais, das instituições sociais. Se tem alimentos comem se não tem alimentos não comem, a nível de rendimento igual conforme tem vão vivendo, de mendigar que fazem algum dinheiro algum rendimento por isso eles vivem da dependência tanto a nível social, como económico, como das instituições.

Conforme a hora e o dia assim vão vivendo, é como eles vivem o dia a dia. Se tem vivem se não tem não vivem, desaprendem completamente.

4- Onde se encontram estas pessoas a viver antes de chegar aos serviços de ação social?

Em geral ou vivem na rua, conforme a definição da estratégia com teto e sem teto, vivem muitos na rua, em carros tendas, porque aqui Albufeira temos a zona da praia que é muito atrativa, praia para colocar na arribas as tendas. Ocupam casas habitações, por incrível que pareça consegue ocupar habitações devolutas, ruínas e acabam por viver assim nestes pontos, mas vivem também na via pública. E carros, muitos também vivem em carros que também é via pública.

5- De que forma os serviços de ação social chegam às PSSA ou como as PSSA chegam a estes serviços?

Nós os serviços de ação social da Câmara acabamos por ter muitas sinalizações do municípios que vem nós informar que aquela pessoa esta a viver na quela condição de precaridade e que lhes faz uma certa confusão pelas necessidades que eles tem e falta de apoio, e nós o serviço social do município (divisão social) articulamos com os outros parceiros e realizamos contato com os utentes onde abordamos quais as necessidades que necessitam e se querem a nossa intervenção, porque muitos estão nesta condição, mas não aceitam a nossa intervenção e aí nós temos que aceitar. A nível de alguns chegam a junto de nós, porque aqueles que querem ter outra visão de vida, a tal situação que ficam desempregados e depois ficam nesta condição e estão recentemente nesta condição de situação de sem-abrigo, vem até aos serviços sociais tentar perceber se há disponibilidade por parte da Câmara de habitação social, e nós aí ficamos a ter conhecimento destas pessoas e definimos um plano de ação e intervenção caso eles aceitem. É das duas formas que ficamos a saber, mas muitas através de sinalizações de municípios aqui a nível de serviços que é a maioria e de outras entidades, a minoria é que vem cá ter connosco.

6- Que necessidades trazem estas pessoas quando chegam aos serviços de ação social?

Necessidades de higiene, vestuário, alimentares habitação, muitos de tratar da documentação pelo fato de muita gente ter outra nacionalidade, e perdem os

documentos pessoais desde passaportes, título de residência, cartão de cidadão. Apoios a nível burocrático relacionados com o fundo desemprego ou com RSI, organizar um currículo como prepará-los, as capacidades básicas de arranjar um emprego.

7- Que escolaridade as caracteriza? E a relação ao trabalho? (Trabalham, desempregados, que tipos de emprego têm os que trabalham...)

Nós temos de tudo desde as pessoas que não tem qualquer nível de escolaridade á pessoas por incrível que pareça á pessoas licenciadas, mas o maior grosso o maior número é o 2 ciclo. A maior parte encontram-se desempregados, beneficiam do RSI. Nós temos aqui a nível social, temos tentado sensibilizar as empresas empresários a dar oportunidade a estas pessoas que muitas vezes há resistência em dar oportunidade á estas pessoas que estão nesta condição, mas com o nosso apoio e o nosso vinculo (de a proximidade) com os utentes já temos algumas situações de sucesso com trabalho de contrato. É um número reduzido, mas já temos alguns com contrato de trabalho, mas a maior parte estão desempregados

Bloco B: Trajetórias pessoais e sociais

1- Que tipo de trajetórias de vida tem estas pessoas em situação de sem-abrigo com que trabalha? (do ponto de vista familiar, escolar, trabalho, laços sociais, uso de substancia psicoativas...)

Do ponto de vista familiar a maior parte perderam o vinculo com a família, a nível escolar não tem muitas habilitações literárias, a nível de trabalho não muitos trabalham nós temos aqui muita população estrangeira e vem para cá para Albufeira contando que existe um oportunidade de trabalho, depois não existem essa oportunidade depois ficam na condição de sem abrigo, não é aquele trabalho como estavam a idealizar. Os que trabalharam e que agora estão na condição de desemprego e na condição de pessoas em situação de sem abrigo está muito associado ao turismo, hotelaria, trabalhos precários. Laços sociais não existem muitos laços sociais. Muitos tem consumos e quando não tem o consumo tem o tratamento de metadona.

Os poucos laços sociais que eles tem, alguns acabam por criar laços sociais porque vem um porto de abrigo com os próprios técnicos que os acompanham, com os gestores de caso. E os outros que não aceitam a intervenção mais alargada dos técnicos sociais que querem só apoio a nível alimentar de higiene e pouco mais, acabam por ter só laços sociais com outros utentes. É o contato que eles tem, acabam por não ter muito mais. Muitos estrangeiros tem os laços sociais com as igrejas de acordo com a cultura e religiões, se é muçulmano procura uma igreja muçulmana, conforme é a sua religião, com o seu culto.

Na classe jovem e nós NPISA de Albufeira temos alguns jovens que antes passaram pelas instituições de apoio a crianças, tiveram processos na CPCJ. Em que a família era desestruturada houve uma medida da CPCJ ou do tribunal de menores e foram integrados em instituições de apoio a criança, quando fazem 18 anos estes jovens tem que, devem, de sair das instituições senão existir um projeto de vida e eles tem autonomia ou saem ou podem manter se lá mais um ano, e muitos acabam por sair por sua iniciativa e o que acaba por acontecer. Muitos tinham projeto de vida e escolaridade obrigatória, o mínimo dos mínimos e muitas vezes não concluída, acabam por entrar nesta teia de condição de sem abrigo. E entram no mundo de consumos de aditivos e ao entrarem no consumo de aditivos já não foi trabalhado antes os laços familiares aí muito mais difícil acabam por entrar em contato com outras pessoas que estão neste mundo dos aditivos. E os laços deles é com estas pessoas e cada vez vai se eliminando mais os laços com a família, porque já não tinham na parte da infância depois nem na parte da juventude e depois na parte adulta muito menos. Por isso os laços deles acabam completamente com a família muito poucos tem contato com a família, nem sabem a onde estão, não tem qualquer contato com eles. E depois eles procuram-se tem os amigos digamos assim pessoas que tem os mesmos comportamentos, os mesmos hábitos, pessoas que tem os mesmos consumos. As rotinas acabam por ser idênticas e acabam se por proteger uns aos outros, as vezes por vezes acabam-se por proteger uns aos outros.

2- A população estrangeira que tipo de trajetória a caracteriza?

A população estrangeira vem para cá a procura de trabalho, sem contrato sem nada, vem com aquela ideia formatada que Albufeira é fácil arranjar trabalho e é fácil

arranjar casa... tudo depois verificam na realidade não é isto que acontece, que não arranjam trabalho, há trabalho precário sem contrato de trabalho, sem qualquer condição, sujeitam-se a viver sem qualquer condição de habitação de vínculo com contrato, vínculo com os serviços sociais e entram nesta rede de viver em condição de sem abrigo. Lava os muitos vezes a viver na rua, por sua vez não tem ou não conseguem provocar que estão a viver cá com contrato de trabalho para pedir o título de residência porque uma das condições para pedirmos o título de residência é um contrato de trabalho, ter condição financeira para permanecer cá no nosso país. Acabam por perder os seus poucos documentos que têm neste caso passaporte e aquilo entra em uma espiral e ficam nesta condição e acabam por entrar na teia do consumo ou então até em correio de consumo ou uma forma de fazer rentabilizar dinheiro e até vender os seus próprios documentos, perdem facilmente por que em Albufeira não existem espaços para os próprios utentes em condição de sem abrigo em deixar os seus bens, documentos, mochilas, existe esta grande lacuna... tipo uns cofres uns cacifos a onde eles tenham acesso em deixar as coisas e eles cada dia dormem em um canto, cada dia tem vínculo com pessoas diferentes e acabam por perder os seus documentos. A população estrangeira muitas vezes entra nesta espiral

3- Têm sem-abrigos ciganos? Se sim, o que caracteriza as trajetórias dos ciganos que caem na situação de sem-abrigo?

Nós temos população da comunidade cigana a viver se qualquer condição de habitabilidade o NPISA não acompanha estas famílias, apesar da estratégia nacional da integração da pessoa em situação de sem abrigo solicitou para introduzirmos os dados das pessoas ciganas, da comunidade cigana, como forma de números, saldo do total de pessoas que vivem precariamente a nível habitacional. Eles estão considerados na estratégia, mas o NPISA de Albufeira não acompanha pessoas de etnia cigana.

Bloco C: Vivência da PSSA

1- Como vivem estas pessoas quando estão em situação de sem-abrigo?

Nós temos aqui várias formas de viver atualmente temos um alojamento que é o CATE (Centro de alojamento temporário de emergência) uma resposta social criada através da Câmara Municipal em que vivem pessoas que estavam a viver na rua ou

em carros, aceitaram a intervenção dos técnicos sociais... estão no alojamento temporário uma resposta criada pela Câmara Municipal quando surgiu a pandemia e deu continuidade a este centro de acolhimento. Estas pessoas já estão em um processo de reintegração e aceitaram o projeto de vida, mudar o projeto de vida, estes que estão no alojamento onde existe um conjunto de regras e um conjunto de apoio 24 horas. Depois temos aquelas pessoas que vivem em condições de na rua ou em viaturas que vivem sem qualquer condição como já respondi na resposta anterior... em casas ocupadas, em ruínas, em que vivem sem qualquer condição ... de higiene básica, nem a nível de condição alimentar porque não tem forma de confeccionar. Não tem qualquer condição de vida digna digamos assim para se protegerem de tudo quando eu digo de tudo a nível físico e climático... tudo. Vivem em condições precárias, muito, muito precárias.

2- Quais são as rendimentos destas pessoas?

Os rendimentos destas pessoas grande parte vivem do RSI outros mendigam outros é com trabalho de “piscastes” outros é arrumar carros , arrumar mesmo carros. Albufeira tem uma situação mesmo característica que muitos utentes no verão realizam grande dinheiro a mendigar com os turistas acabam por lhes dar algum dinheiro e eles conseguem viver disso, porque eles próprios fazem forma de pedir tanto a nível de dinheiro como a nível de álcool também e os muitos turistas dão álcool para eles, para os utentes, é uma forma que eles conseguem sobreviver de uma forma diferente do verão para o inverno. Pro inverno o turismo diminui eles procuram mais o serviços porque o rendimento diminui.

3- Estas situações de sem-abrigo são permanentes ou temporárias?

Temos os dois pontos de vista, permanentes temos aqueles utentes que ficam cá o ano inteiro e já são conhecidos dos serviços conforme temos na base de dados. Nos temos a base de dados e temos no relatório da estratégia nacional de integração da pessoas sem abrigo e temos aqueles temporários que vêm o verão mesmo fazer temporada de verão, mendigar e sabem que conseguem viver cá em Albufeira e que o clima é apropriado e que estão cá temporariamente e depois vão embora ou então aqueles que vem a procura no verão de trabalho depois trabalham ficam nesta condição caso não consigam arranjar trabalho uns conseguem outros não conseguem mesmo que seja trabalho precário e depois vão embora, porque a

população em situação de sem abrigo deslocam-se muito geograficamente dentro do nosso país ou até mesmo na Europa eles deslocam-se.

Estas pessoas que estão nesta situação elas encontram-se nesta situação em termo temporal de duração permanentemente ou temporariamente?

A maior parte permanece algum tempo porque para trabalhos com estas pessoas que vivem nesta condição os técnicos sociais tem que primeiro cativá-los e eles estão na rua ou nesta situação precária de habitação ou de espaço, nos levamos um certo tempo a estabelecer uma relação de proximidade, uma relação de conquista, tem que ter confiança com os técnicos e essa relação leva algum tempo. Nós técnicos temos que “provar” que também digamos assim que estamos ali disponíveis para ajudar quando eles querem mudar de vida, depois aí que definimos em conjunto quando eles aceitam um projeto de vida, um plano de intervenção social, em conjunto sempre com os técnicos. Não é um técnico social que faz o projeto de vida, o plano, é em conjunto técnicos e utentes. Elaboramos um projeto de vida e aí temos esse tempo em que já... como eu de dizer este tempo dura pelo menos um ano até nós conquistarmos e depois mais uns dois anos para tirarmos... fazer alguma coisa... reeducar. Estas pessoas não saem de um dia para outro da rua os que já estão com habito de rua e os que querem mudar de habito de vida. Há aqueles que não aceitam mesmo a intervenção e permanecem. Depois há aquelas situações em que estão cá em Albufeira a nível de tempo estão cá em Albufeira temporariamente, mas já vem de outra parte geográfica que já estavam nesta situação.

4- Quais são as dinâmicas de locomoção destas populações? Que tipo de espaços ocupam no território?

O maior número de pessoas que estão nesta condição é na freguesia de Albufeira e Olhos de Água por ser centralizado aqui a cidade, depois a seguir temos a freguesia de Ferreiras que também o número, depois Paderne e Guia estão equivalentes porque Albufeira e Olhos de Água é o maior número de pessoas que estão nesta condição. A nível de território eles deslocam-se a nível nacional muito, mas muitos estrangeiros vêm para cá também, mas a maior parte é nacionais são de nacionalidade portuguesa.

5- Que laços sociais estabelecem estas pessoas quando estão em situação de sem-abrigo?

Como já respondi há aqueles técnicos quando temos já um trabalho com os utentes, eles estabelecem um laço social com os técnicos mais alargado. Vou dar um exemplo há agora atualmente um utente que viveu em condição de rua em uma ruína de uma habitação, esteve a cumprir uma pena, a seguir saiu de uma pena do sistema prisional pediu-nos ajuda, porque não tinha qualquer vinculo com a família e a família também não estava disponível para o receber. Nós NPISA e o CASA fizemos apoio definimos um projeto de vida, foi para o alojamento (CATE)... centro temporário de emergência, que o CASA esta a explorar sendo uma resposta social criada pelo Município, conseguimos trabalhar as competência todas dele, desde o titulo de residência, trabalho com contrato a seguir conseguimos arranjar uma casa. Já esta a dois anos nesta habitação e está bem, atualmente queria desvincular digamos assim connosco, com os nossos serviços... dar-lhe mais autonomia que ele já tem capacidade para isso, mas ele não aceita ele quer manter contato com os técnicos mais principalmente com os gestores de caso porque ele próprio sente... apesar de já ter passado três anos neste processo todo ele ainda sente insegurança de nós nos afastarmos... ele quer continuar próximos dos técnicos. Necesita deste apoio do laço social com o técnico gestor de caso neste caso com os dois gestores, porque temos sempre o gestor e o cogestor.

6- Que tipo de rotinas têm quando estão na rua em situação de sem-abrigo? (alimentação, vestuário, ocupação dos lugares da cidade...)

As rotinas o que que acontece dormem em um espaço depois quando verificam que este espaço esta a ser muito invadido, porque muitas vezes é invadido pelas forças de intervenção ou pelos proprietários do espaço tentam procurar outra resposta para dormir... depois vão mendigar de manhã, depois vão muitas vezes uns vão tomar banho fazer a higiene a fundação António Silva Leal e almoçar, depois a tarde vão outra vez mendigar, mais para o final da tarde vão buscar comida ao CASA que é o Centro de Acolhimento do Sem-Abrigo de Albufeira, a delegação de Albufeira, e andam a circular pela cidade... andam sempre a circular. Estes que não tem projeto de vida, os que tem projeto de vida ... plano de intervenção conforme é a sugestão

dos técnicos assim eles vão agindo, porque ou tem que ir fazer exames clínicos ou tem que ir tratar... ir a entrevistas com os técnicos do rendimento social de reinserção conforme recebem as convocatórias ou tem que ir responder as convocatórias de emprego, depende de pessoa para pessoa e a condições em que está.

7- Em termos temporais, como é a sua vivência durante o dia? E à noite onde podemos encontrá-los? Onde dormem?

Os que estão no alojamento os que estão no CATE dormem no CATE, os que estão na rua dormem em tendas, como já referi, alguns nas arribas da praia, carros, casas ocupadas... ruínas, ruínas de casas ocupadas devolutas, na via pública e durante o dia é basicamente o que respondi na pergunta anterior.

Bloco D: Resposta da rede social

1- Que tipo de intervenção realiza como técnico(a) na integração das PSSA?

Aqui também é aquela situação temos de dividir em dois: aqueles que querem a intervenção dos técnicos e os que não querem. Os que querem a intervenção, aceitam a nossa intervenção, definir o plano de intervenção social em conjunto com o utente e os que não aceitam a nossa intervenção é conforme as necessidades que eles solicitam é orientar para o apoio de higiene, alimentar e vestuário.

2- Articula com outras entidades da rede social?

Sim, temos a constituição do NPISA (Núcleo de Planeamento de Intervenção da Pessoa em Situação de Sem-Abrigo) que foi votado na rede social de Albufeira em criarmos este Núcleo, é constituído por 14 parceiros regionais e locais, a onde fazemos a maior articulação com as instituições locais desde Centro de Apoio ao Sem-Abrigo, Fundação António Silva Leal, Santa Casa da Misericórdia de Albufeira, Centro de Saúde, bombeiros voluntários, juntas de freguesia, entre outros...

3- Que respostas existem nas diversas entidades que compõem a rede social para a população em situação de sem-abrigo?

O maior apoio que nós temos a nível social local... local é com o Centro de Apoio ao Sem-Abrigo e com a Fundação, o CASA dá resposta social a nível de

acompanhamento de todos os casos, apoio alimentar, vestuário, medicação, transporte e alojamento (CATE), nos município temos um protocolo com o CASA apoiámos o CASA para estes tipos de respostas. E a Fundação tem o refeitório social e os banhos.

4- Qual a sua opinião sobre a articulação das diversas entidades da rede social que participam no trabalho de integração da população sem-abrigo?

Existe uma boa articulação, o município através de protocolos com as diversas entidades da rede social garante que haja respostas sociais para as pessoas em situação de sem abrigo. E a rede social como um todo comunica bem, até porque estas situações exigem maioritariamente respostas social de diversas áreas de ação. Destas entidades a que temos maior articulação é com o CASA, porque para ale das respostas sociais que apoiamos também são gestores de caso, em que a Câmara e o CASA é o que têm maior processos de gestores de caso. As outras entidades não têm gestores de caso, não estão como gestores de caso, por isso o CASA dá-nos maior articulação e facilita maior articulação em todos os sentidos... apoios e gestores de casos e visitas em tudo é o CASA.

5- Que desafios se colocam às entidades no trabalho de integração com a população em situação de sem-abrigo?

Maior desafio... maior número de gestores de casos se existissem maior numero de gestores de caso tínhamos maior número de sucesso. Os gestores são muito poucos para os casos que temos.

6- Que dificuldades sentem nesse trabalho de articulação entre as diversas entidades?

Sinto em incentivar as entidades em ficar como gestores de caso.

7- O que muda na situação das PSSA e nas suas vidas com a intervenção dos técnicos e das entidades da rede social?

Muda tudo, a pessoa que está nesta condição e que aceita a intervenção dos serviços sociais e conforme já disse a definição de um projeto de vida... um plano de intervenção social. As pessoas mudam, são reeducadas voltam a ter regras, voltam a ter objetivos, voltam a gostar de si próprias, muda tudo com a intervenção.

Bloco E: Estratégia nacional

1- Qual é a sua opinião sobre a estratégia nacional para as PSSA atual?

A estratégia nacional é uma estratégia que considero positiva, porque temos que articular a nível nacional e geograficamente podemos perceber como os utentes circulam, podemos perceber quais foram as intervenções que foram feitas em outros locais caso eles tenham sido identificados. Podemos concorrer através da estratégia há projetos e candidaturas, sendo sempre uma mais-valia para termos respostas e melhorar as respostas localmente. Podemos considerar que a estratégia é um ponto favorável a nível nacional, que devesse dar continuidade e sempre melhorar. Atualmente com a plataforma nacional é uma ferramenta muito útil que nos foi criada.

2- Que aspetos considera importantes na estratégia nacional para as PSSA para realizar o seu trabalho local com a população Sem-Abrigo?

Criar novas respostas sociais através de candidaturas, permite-nos a concorrer a candidaturas e criarmos novas respostas sociais, tanto de alojamento como para gestores de casos como é o caso do LEGO'S que nos proporcionou... o LEGO'S é um projeto que o NPISA de Albufeira também esta envolvido através do CASA, que proporcionou até de gestores dá-nos fonte de rendimento para ter este conjunto de gestores, tendo mais gestores de certeza que teremos mais casos de sucesso.

3- Que aspetos da estratégia nacional para as PSSA que poderiam ser melhorados?

Novas respostas a nível de apoio psiquiátrico e clínicos referentes as comunidades terapêuticas, deveria existir mais respostas.

Bloco F: Desafios se coloca aos técnicos de apoio social no seu trabalho de integração das PSSA

1- Que desafios como técnico (a) sente ao trabalhar na integração PSSA?

Sabermos conquistá-los, sabermos por nos no lugar do outro, não julgar as pessoas, não apontar o dedo, estar ali para apresentar propostas e trabalhar em conjunto. É um trabalho de equipa utente e técnico... tem que ser sempre um trabalho de equipa

e os técnicos terem disponibilidade de tempo e de afeto para trabalhar com esta população... muito tempo e muito afeto. Nós não somos ... não temos de responder por eles, mas temos sim dar sugestões... abrir caminha para eles caminharem nas sugestões apresentadas. Damos ferramentas e eles trabalham com as ferramentas que sugerimos.

2- O que poderia ser feito para melhorar o seu trabalho com as PSSA?

Ter mais tempo disponível para trabalhar com estas pessoas, ter muito tempo disponível... ter só esta pasta e mais nada. Ter mesmo tempo disponível para trabalhar com esta população a palavra é disponibilidade e conforto emocional saber nos por no lugar do outro.

3- O que considera que seria necessário para tirar as PSSA das ruas?

Os que aceitam sair... porque aqueles que não aceitam sair os técnicos temos que aceitar... temos sempre em primeiro lugar pensar na decisão do utente, caso não aceitem sair desta condição os técnicos temos que aceitar, porque são as condições de vida que as pessoas estão escolhendo. Estas pessoas estão nesta condição querem continuar a viver assim... são felizes os técnicos tem que aceitar. Os que querem sair o que os técnicos poderiam melhorar ter ainda mais tempo disponível, não podemos falar com os utentes a correr, ter disponibilidade de tempo se levarmos uma hora levamos uma hora... se levarmos duas horas é duas horas. Não estarmos a contra relógio termos disponibilidade.

4- Que aspetos do seu trabalho considera que são fundamentais para a integração das PSSA na sociedade?

Compreensão e disponibilidade.

5- A questão do alojamento e da habitação para estas pessoas como funciona?

Há falta de apoio de alojamento em Albufeira, temos agora o CATE, mas atualmente não temos... para saírem do CATE tínhamos falta dos apartamentos partilhados. É uma lacuna porque não temos apartamentos partilhados para dar o salto para a sua autonomização para irem viver individualmente para uma habitação. Os apartamentos partilhados continuariam a ter apoio dos técnicos é partilhado com outro utente, mas já tem o grau dois de autonomia pode passar para o grau três viverem sozinho e fazer a gestão de uma casa. Depois uma lacuna muito

grande que temos em Albufeira temos falta urgentemente de habitação, apartamentos ou casas para o sexo feminino porque o sexo feminino a viver na rua é uma condição muito mais frágil do que os do sexo masculino, porque pela condição de higiene, pela condição física a nível de resistência de defesa... Albufeira deveria ter um espaço para acolher só mulheres que estejam nesta condição, mesmo que não queiram sair desta condição de sem abrigo, mas ter um espaço para estarem fazerem sua higiene diariamente a qualquer hora a qualquer momento. Outra situação que Albufeira tem lacuna é a lavanderia social para todos os que estão na rua e os que estão noutra condição viverem em tendas... deveria existir uma lavanderia social. E nos atualmente não temos, temos uma lavanderia social, mas em que os utentes tem só um período para ir e aqui a lavanderia social deveria ser a qualquer hora estar disponível.

6- A habitação coloca-vos algumas dificuldades para a integração da população sem-abrigo?

Sim, atualmente temos utentes com rendimentos que conseguem pagar casa, mas não têm casa para arrendar. Por incrível que pareça o utente tem rendimento, mas não conseguimos arranjar casa para alugar e o município de Albufeira tem mais uma resposta social que é o subsidio ao arrendamento em que quando os utentes arranjam casa com um contrato, fica ao cargo do município caso seja favorável uma parte da renda e os utentes pagam a outra parte. O que acontece muitos utentes não têm essa casa para arrendar nem com contrato nem sem contrato, não existe. É uma dificuldade que nós técnicos temos arranjar espaço de habitabilidade para os utentes.

7- E a relação ao trabalho destas pessoas como acontece quando estão em situação de sem-abrigo?

Muitos utentes antes de entrar no mercado de trabalho, muitos, nós técnicos colocamos o utente a realizar voluntariado através do projeto Albufeira voluntaria do município para reeducar os tais hábitos, os tais horários e rotinas. Depois tentamos integrá-los no mercado de trabalho. No verão é mais fácil do que no inverno, porque Albufeira vive em uma sazonalidade, o verão muito mais fácil e no inverno muito mais complexo, mas quando se consegue tentamos sempre com contrato de trabalho como uma forma digna de ter todos os direitos e de incentivar

as entidades empregadoras que estas pessoas são validas para a sociedade e estão disponíveis para trabalhar.

8- E para aqueles que estão desempregados conseguem inserir-se no mundo do trabalho?

É difícil tem sido algo difícil, mas temos estado a trabalhar junto das entidades empregadoras, dos empresários, para acolherem estas pessoas. Pode se dizer que temos tido aqui a Inatel disponível para acolher estas pessoas, temos a volta de cinco entidades empregadoras que estão disponíveis acolher estas pessoas.

Bloco G: Perspetivas de futuro

1- Quais são as perspetivas de futuro destas PSSA com quem trabalham?

Estas pessoas no futura a minha perspetiva era vê-los, e já os vi alguns, a voltar a ter uma vida socialmente ativa e dita com autonomia, criarem novos laços sociais, novas rotinas... Nós técnicos temos que saber viver com a frustração, porque criamos muitas vezes uma perspetiva de futuro sempre do melhor, mas muitos deles acabam por ter recaídas e nós técnicos temos que aceitar essas recaídas. Claro que trabalhamos sempre para melhorar a condição de vida destas pessoas temos de aceitar, mas sempre pensando e trabalhando para o melhor pela positiva.

2- O que caracteriza as situações em que conseguem tirar as pessoas da situação de Sem-Abrigo?

É um conjunto de fatores é um trabalho de equipa, entre utente em primeiro lugar, técnicos e respostas sociais. Atingimos em conjunto um objetivo que é tirar esta pessoa desta condição, nunca pode ser um trabalho individual tem que ser um trabalho de equipa entre utente, técnicos, respostas sociais e entidade empregadora conseguimos tirar esta pessoa desta condição, por isso nunca pode ser no singular, mas sim no plural. Um trabalho em plural em grande escala.

3- Têm casos em que as pessoas saem da situação de Sem-Abrigo e voltam a cair nas ruas?

Sim, sim principalmente aqueles que tinham consumo de aditivos seja álcool seja droga, sim temos.

4- Em sua opinião o que acha que poderia ser melhorado do ponto de vista das políticas de integração das PSSA?

Criamos mais respostas sociais desde consumo de aditivos, depois saem das comunidades de terapêuticas terem os tais apartamentos partilhados. Nós técnicos darmos continuidade apoiando estes utentes no degrau B digamos assim, para depois passarem para o degrau C. Temos este vinculo, não é só enviar para a comunidade terapêutica e já está, temos de dar continuidade ao acompanhamento destes utentes.

5- E no seu trabalho com a PSSA que aspetos considera importante para uma boa integração da PSSA?

O técnico gestor tem de ter tempo disponível para ouvir os utentes, ouvir as fraquezas, os pontos fracos, os pontos fortes, o que pretendem da vida... tempo. Ter disponibilidade de espirito para ouvir não julga, não apontar, estarmos ali com o tal tempo disponível, definirmos um projeto de vida (reinserção social) em conjunto para consigamos todos termos um resultado positivo e levarmos a bom porte. E por uma pessoa sair da condição de sem-abrigo já vale o técnico trabalhar nesta área já é uma realização.

Bloco H: Caraterização sociodemográfica

Nome: Técnica 1

Género: Feminino

Idade: 50 anos

Profissão: Técnica Superior

Habilitações literárias: Licenciatura Ciência social e Bacharelado Ação social

Área de formação académica: Ação social

Tempo de trabalho com as PSSA: 8 anos

Profissão do pai: Construção civil

Profissão da mãe: Hotelaria

Habilitações literárias do Pai: 1º ciclo

Habilitações literárias da mãe: 1º ciclo

Anexo E: Entrevista a PSSA 7.

OBJETIVOS GERAIS DAS ENTREVISTAS:

Quem são as PSSA de Albufeira;

Quais as suas trajetórias pessoais e sociais até chegar a situação de sem-abrigo;

Como experienciam a vivência da situação de sem-abrigo;

O que mudou na sua situação social com o suporte da intervenção da rede social;

Perspetivas sobre o futuro na sua vida;

Que desafios se coloca aos técnicos de apoio social no seu trabalho de integração das PSSA;

Guião de entrevista as PSSA

Bloco A: Trajetórias pessoais e sociais

1- Como foi a sua trajetória de vida antes da sua situação atual?

Nasci em Angola, vim em 90, vim com 18 anos, fui da tropa... vá desertei. Na altura havia guerra, vim com um amigo meu. Tinha cá família e outras pessoas como eu, na mesma situação. Minha infância foi normal, tenho irmão e mantenho contato com eles, eles estão lá. Infelizmente meus pais já morreram. Vim diretamente para aqui, apesar de que tinha lá em Lisboa família não é a irmã da minha mãe o irmão da minha mãe porque... a minha mãe é de origem portuguesa, mas tinha aqui outros meus tios, amigos ou irmão dos meus amigos mais velhos... que vieram cá para diretamente já para a construção porque sabia que naquela altura dos anos 90 89... os mais velhos vieram primeiro estavam a trabalhar cá na altura Portugal entrou na CEE e tinha muito trabalho aqui assim depois vim direto para a quinta do lago tivemos a construir a quinta do lago estavam a ajudar e eu também vim na mesma leva pra lá foi o primeiro sitio do Algarve de Portugal que eu vivi... foi na quinta do lago durante sei lá uns 2 anos ou 3 depois passei para

Faro, Carvoeiro, mas já tinha família cá em Albufeira. Viemos diretamente aqui para o Algarve porque sabíamos que havia alguém aqui para nós receber. Também já trabalhei na hotelaria porque quando a gente está inscrito no centro de emprego vamos tirar cursos não é hotelaria essas coisas assim. Tenho filhos... aqui tenho um filho com uma estrangeira e tenho dois filhos com uma portuguesa, tenho filhos em Angola. Os daqui um está em Portimão. Tenho netos... dois netos um tem 4 e o outro vai fazer. Separado com ela a mão dos miúdos, no princípio fiquei eu com os miúdos porque... e depois é que as doutoras da santa casa isso até é uma história complicada porque na altura a minha esposa de Angola estava para vir, mas depois ela não conseguiu vir deu passaporte para uma pessoa que prometeu visto e engano-a e como na altura estava a trabalhar e me aconselharam a vir a santa casa para mim internar os miúdos durante um tempo até a minha mulher vir de Angola e depois eu tirava os miúdos só que depois ela não conseguiu pegar o visto para vir para Portugal e os miúdos ficaram lá um bom tempo. Quando a mãe dos miúdos decidiu vir pegar os miúdos já era tarde porque a família da minha ex-mulher sei lá tinham problemas com os miúdos... com a minha cor a mãe dos meus filhos. O pai dela é branco e a mulher é indiana. Quando me separei da minha mulher de Portugal, estava naquela de que a minha mulher de Angola ia vir para Portugal para me ajudar com os miúdos, porque a família da mãe dos miúdos tinham animosidade não sei se é pela raça ou pela minha cor qualquer coisa assim ela não podia levar os miúdos para a família dela porque a avó e a mãe dela eram indianas e sei lá não gostava dos miúdos... fez filho com preto, mas meu sogro não porque ele é português e é branco e também teve em Angola na guerra e não tinha nada haver com isso, mas as mulheres então pronto eu fiquei com os miúdos e a única solução era esperar até minha mulher vir de Angola então parei alguns dias de trabalhar mais aquilo prolongou-se então tive que... houve umas senhoras da santa casa como eu morava perto atrás dos correios e eles conheciam a situação ficaram a saber e aconselharam-me a meter os miúdos um dia na santa casa e ali pronto prolongou-se quando expliquei a moça mãe dos miúdos ela sei lá um sítio para poder ir buscar os miúdos mais aí já não aceitaram. Ficaram lá um bom tempo uns bons anos mesmo porque depois um foi de um lado um foi de outro depois descobriram que o meu filho mais velho era autista... é autista até agora não é, e aí pronto... hoje em dia passado isso tudo estão bom faça de conta que não se passou nada, tanto que quando estou doente ou estou assim coiso vou para Portimão e fico

lá. Minha filha vive em Lisboa é modelo e o meu filho vive com a mãe em Portimão. Eu fiz um filho com uma finlandesa quando vivia com ela e isso é que originou... a situação da separação. E também eu tinha minha mulher lá de Angola, no total tenho 4 filhos. Não tenho muito contato com esse filho.

2- Mantém contato com família ou amigos? Se sim, porquê? Se não, porquê?

Sim, hoje em dia com o Facebook é mais fácil não é dá para vermo-nos, nessa situação o pessoal está muito coiso... o pessoal da santa casa esta todo muito amigos, com o pessoal do café... amigos é o que não me falta. Vou até a biblioteca o segurança de lá... não somos amigos, mas é conhecido porque os amigos é uma coisa restrito.

3- Há quanto tempo está na situação de sem-abrigo?

Se calhar para aí uns 15 anos.

4- De que forma chegou ao serviços sociais?

Na altura lá havia outras pessoas que já não estão cá... algumas faleceram outras foram para Angola, sei lá outros voltaram para Lisboa também tinha lá muitos Cabo-Verdianos e eles contavam que estavam já inscritos no buzio e se calhar na altura do inverno apareceram lá as doutoras e uma das doutoras perguntou da minha pessoa pessoal disseram que não que eu também vivia lá e que estava lá a pouco tempo e que não estava inscrito, já estava lá porque tinha saído da casa que eu estava a morar porque o outro moço decidiu emigrar e não consegui ninguém para dividir casa comigo. Como eu conhecia pessoal que estava aí disseram para ficar com eles, então uma das doutoras insistiu que tinha que me inscrever já que estava ali e eu dizia que não eu não preciso disso “não mais estas aqui vives com eles temos que ter os teus dados tens que coiso”, mas eu disse “não estou a trabalhar” não os meus amigos podia levar a coisas para mim assim de higiene essas coisas assim... Na altura tinha vergonha, na altura não queria ir lá, depois elas quando ia lá é que perguntavam “ então A. e tu não apareces lá” depois assim... e pronto aí pronto fiquei mais liberal e...

5- Quanto ao trabalho? Alguma vez trabalhou? Que trabalhos é que teve ao longo da sua vida? Fale-me disso...

Comecei logo a trabalhar que cheguei assim como já tinha dito, vim diretamente para a quinta do lago, trabalhei como pedreiro e ladrilhador, falo pavimento. Na hotelaria aquilo só se trabalha 6 meses né trabalhava 6 meses depois ia para o fundo de desemprego, se eu estivesse a trabalhar na obra continuava e se tivesse contrato a inscrição parava no fundo do desemprego, se eu não tivesse contrato eu continuava inscrito, se aparecesse alguma oferta de emprego tinha que me apresentar. Trabalhei no vila Galé, trabalhei em Olhos de Água.

6- Quando passou a viver como sem-abrigo, estava a trabalhar? Em que situação é que se encontrava?

Quando fui para onde estou estava a trabalhar. Contado bem estou sem trabalhar há 4 anos depois tive o acidente. Tive um acidente de bicicleta mesmo aqui na rua de trás, estrada bati atrás do coiso fiquei internado parti o coiso e o pé e pronto, depois também tive a operação da úlcera encontram uma úlcera, gastrite, depois pronto a partir daí começou a despencar, tenho que tomar medicamentos... no principio estava a trabalhar. Não sei se calhar uns 18 anos que possa estar aí porque na altura eu tinha familiar meu que tinha uma casa coisa ao pé do Hospital e ele pediu para alugar casa só nós verões. Então no verão alugava a casa para ele e no inverno eu voltava lá para o apartamento depois no verão eu voltava para cá aqui nos moços não é, antes de eu vir viver definitivamente para aí assim.

7- E as outras pessoas sem-abrigo que conhece o que as levou a viver nas ruas como sem-abrigo?

Muitos porque nessas instituições a onde eu vou... alguns porque perderam a casa, outros por questão familiar, alguém lhe fica com a casa os pais ou alguém que tenha mais poder não é...e alguns são como eu que não são daqui não são da terra não tem uma estrutura, conheço muitos aqui pelo menos na instituição que são moldavos, que são ucranianos, se calhar também no passado e hoje em dia ficam frustrados porque houve um tempo que aqui havia crise de emprego uns anos atrás e essas pessoas descaíram... despescou essas pessoas perderam a casa, não tinha habitação.

1- O que o(a) levou a situação que está atualmente?

Foi mesmo essa situação que estava a dizer a pouco, mas quando a outra pessoa que vivia comigo foi trabalhar fora e as pessoas que eu tinha perto de mim que eu podia partilhar casa com eles que eu conhecia. Viviam nessa situação nesse tipo de casa e outros tinham já estavam a viver com outras pessoas e eu sozinho não conseguia pagar aquela casa porque na altura quando a mãe dos meus filhos depois ficou com os miúdos eu tinha possibilidade e o juiz estipulou uma quantia que era para eu dar e eu naquela de “não eu posso dar mais” então eu dava assim 300 por cada miúdo porque altura tinha possibilidade era patrão tinha sociedade com outro então depois quando eu fiquei sozinho para pagar a casa as coisas apertaram então vim ficar aqui com essas pessoas e ao menos continuava a cumprir com o meu combinado com os meus filhos e fui levando ficando ai ate que aconteceu o... essas situações do acidente e coiso...

2- Como é viver na situação de sem-abrigo?

Olha tem fase... pelo menos para mim há fases, há aquela fase em que uma pessoa esta muito em baixo e há outra fase quando a pessoa fica centralizado... como assim agora que estou a conversar consigo até esquece que estou nessa situação não é, quando estou a falar com as doutoras não me passa isso pela cabeça eu vejo que afinal não sou assim... então há dias.

3- Quais são os seus rendimentos? Vive atualmente de que atividades?

Agora não tenho nenhum, eu recebia RSI, mas eu dezembro tinha... acho que era para renovar lá no coiso, mas eu fui lá na AIMA, mas depois a doutora marcou para outro dia, nem passou pela cabeça porque estava lá para Portimão passei lá as festas. Quando eu voltei quando vi o papel da convocatória fui para lá já era tarde. Agora cortaram, quando acabou o fundo de desemprego é que passou para o RSI.

4- Há quanto tempo está na situação de sem-abrigo?

Para aí uns 15 anos.

5- Desde que está nesta situação esteve sempre em Albufeira?

Sim sim.

6- O que faz durante o dia e a noite ?

Geralmente eu vou muito na biblioteca não é, tenho o vício de ler, tem computador... não se paga nada e como eu tenho o vício de ler e então ocupo o meu dia, leio de tudo um pouco e tem muitos livros. Vou ao buzio. Agora como já não tem campeonato já não saio muito a noite ou de tarde, porque quando havia jogo eu ia lá ver no café ver futebol. Os jogos geralmente acabam tarde depois que eu voltava, mas agora eu venho aqui fico aqui também para não gastar o coiso... aqui tem internet.

7- Quem são as pessoas que convives?

Tem alguns amigos que trabalham na hotelaria quando eles estão de folga telefonasse e vem ter comigo, dá-me boleia para ir para Portimão qualquer coisa assim... e pessoal da biblioteca como se calhar passo lá umas 4 5 horas do meu tempo por dia, depois do almoço geralmente vou para lá, depois quando venho na zona do Pingo Doce geralmente tem lá o café as vezes vem direto para casa depende do tempo agora como é verão é capaz de ficar mais tempo na rua.

8- Como é a sua rotina? (alimentação, vestuário, ocupação dos lugares da cidade...)

As vezes eu como na fundação as vezes deixo lá um saco depois vou lá buscar de tarde depois vou a biblioteca, roupa arranjo na fundação e vivo na casa que sabes ali em cima.

9- Tem ou alguma vez teve consumos de alguma substância (drogas, álcool, metadona...outros)?

Eu fumo tabaco também já fumei charros em Angola naquela altura a erva...e aqui foi o charro, não posso beber muita coisa com gás também porque tenho a ulcera.

10- E as outras pessoas sem-abrigo que conhece, como e onde vivem essas pessoas?

Lá na baixa tem um prédio eu nunca entrei lá, mas eu conheço há um tempo eu já morei na baixa há muitos anos atras e tem muita gente que eu conheço e que vem aqui no coiso e que mora lá.

11- Costuma fazer amizades e estabelecer relações com outros sem-abrigo?

Não muito...tem pessoas que eu conheço desde criança eu moro aqui a 35 anos tem muitos até que eu vi a nascer que nem tem 30 anos ou são filhos de pessoas conhecidas pessoas. Tem pessoas que cresceram aqui e estão nesta situação que tem

mãe, família e tudo. Eu conheço tenho relações “bom dia boa tarde”, mas não tenho muita amizade porque também não tem muito assunto para comigo também.

12- E com os técnicos como é a sua relação?

No geral é esplêndida porque todos têm muito respeito mútuo, têm muito carinho por mim e eu por elas, muitos me chamam de S^o A. apesar de não gostar que me chamem de senhor porque nem meus filhos... meus filhos chamam meu nome.

Bloco C: Resposta da rede social

1- Quais são as respostas/ajudas sociais que utiliza ?

O buzio, com o CASA, a santa casa...

2- Como caracterizaria as respostas/ajudas sociais existentes?

Remediável na medida do possível não é pelo menos no essencial, porque não depende das pessoas que estão a trabalhar porque o importante é a habitação e não passar fome. A habitação é que não há o resto agora o resto pelo menos existe, pois, a preocupação as pessoas já têm... pelo menos para mim começou de forma concreta com as dificuldades de saúde que eu passei, que foi da parte com ajuda deles, medicamentos e custa dinheiro não é a farmácia não dá de graça então aí já é qualquer coisa, agora se não tem habitação se as pessoas dormem na rua, no relento isso se calhar já não está no vosso alcance não é, por isso que eu digo é remediável.

3- O que muda ou mudou na sua situação e na sua vida com a intervenção dos técnicos e das entidades da rede social?

É como eu lhe disse aquela hora quando na altura a doutora apareceu lá e disseram aos moços quem era a pessoa e disseram que era amigo e estava a morar ali assim. Disseram que eu tinha que também estar no programa, pois eu na altura não quis porque não me via como um em abrigo, hoje em dia eu penso que bem dita a hora que eu aceitei que tenha coiso porque senão depois de tudo que eu passei podia estar a passar dificuldades piores, sem alimentação se você não está a trabalhar não tem família. Família eu tenho mais pronto, podia ser pior porque um dia dois três

de fome se calhar aguentasse não é, mas que isso... se eu não tivesse com elas podia ser muito pior.

4- Quais as sugestões gostaria de apresentar para as respostas/ajudas da rede social?

Isso é como tudo não está nas vossas mãos, era dar direitos e deveres mais, mais coabitação... pois porque as pessoas aí iam ter mais vontade porque tem casa... tem direitos mais também tem deveres. Era um melhor direcionamento, a primeira parte era habitação depois um melhor direcionamento com responsabilidade ou com cobrança não é, toma lá dá cá.

Bloco D: Perspetivas de futuro

6- Quais são as suas perspetivas de futuro?

Senão acontecer nada de coiso eu estou à espera de renovar a minha residência ou meus documentos, porque eu dei entrada com a doutora disse que talvez não vá sair. Eu renovei o passaporte e o passaporte para vir de Angola vai 6 meses e talvez com o recibo lá acima não regularizam... porque depois de pegar a minha residência acho que vou viver ou trabalhar na Bélgica, mas não para ficar lá também não me vejo muito longe assim daqui porque senão já tinha ido embora há muito tempo não é. Tenho a perspetiva de voltar para Angola pelo menos uma vez na vida...na altura quando vim não podia ir porque vim desertado. Eu era segurança de estado na altura quando vim para aqui e depois arranjei mulher, tive filhos e então ela sabia que eu tinha lá outra pessoa. Então estava naquela se eu ia já não voltava, e os anos foram passando e várias coisas aconteceram.

7- Em alguma ocasião conseguiu sair desta situação ?

Olha como estava a dizer há pouco, há vezes que não me sinto sem abrigo não é porque quando esta tudo bem...

8- O que considera que seria necessário para que saísse desta situação?

Olha se for na perspetiva de sem abrigo é quem... é como estava a dizer-lhe há pouco às vezes eu não me sentia sem abrigo... há uns tempos atras porque na altura a casa tinha luz, tinha água... então eu tinha trabalho como eu ia me sentir sem

abrigo? Dentro de uma casa devoluta se eu vivo em uma casa em que outras vivem, eu trabalho como as outras pessoas então como eu vou me sentir... por isso eu disse há pouco se fosse para normalizar a situação das pessoas tinha que ser habitação com deveres, é a única coisa, porque com saúde a gente não pode dizer isso tem que ser uma coisa natureza, sem abrigo é quem não tem abrigo então é ter abrigo e abrigo é habitação então o resto é deveres e vem com responsabilidade. Senão vamos continuar na mesma situação para o resto da vida.

9- Em sua opinião o que acha que poderia ser melhorado do ponto de vista das políticas de integração das PSSA?

Mesmo até que 30% da população a dizer que tem que olhar para a as pessoas na situação de sem abrigo, mas eles não vão fazer nada porque a prioridade neste momento não é os sem brigo. Se quer olhar para os sem abrigo o nome já diz é aquilo que está em vulnerabilidade de rua de abrigo, abrigo cobrir-se como uma casa, primeiro é a habitação e depois dá direito e deveres encaminhar... em um curso ou num coiso, mas para isso eles têm que sair da rua porque ninguém vai conseguir estar... e trabalhar e estar a dormir na rua.

Bloco E: Caracterização sociodemográfica

Nome: PSSA 7

Género: Masculino

Idade: 54

Naturalidade: Angola

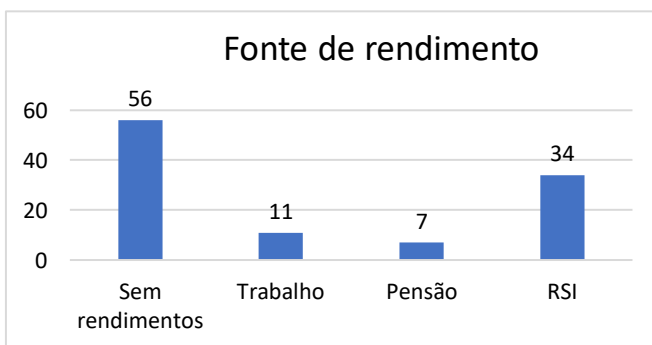
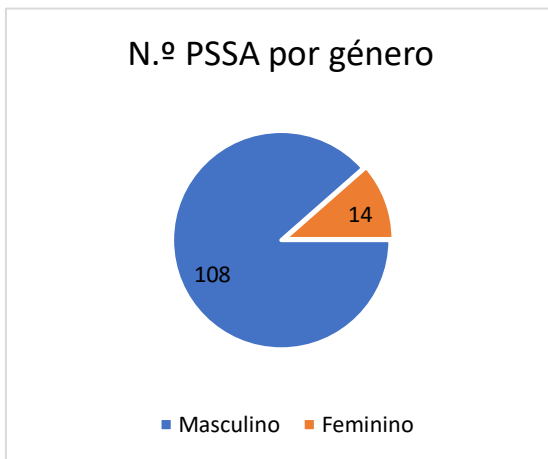
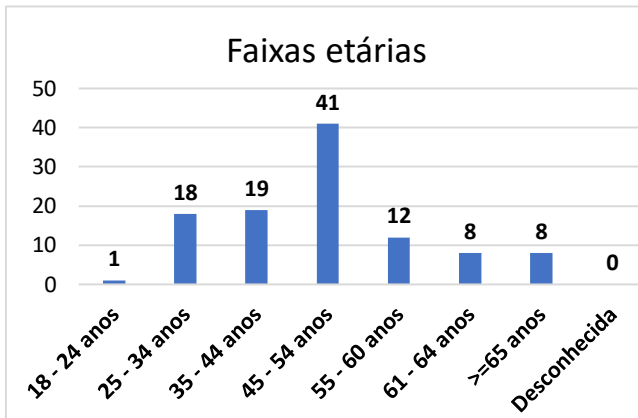
Nacionalidade: Angola

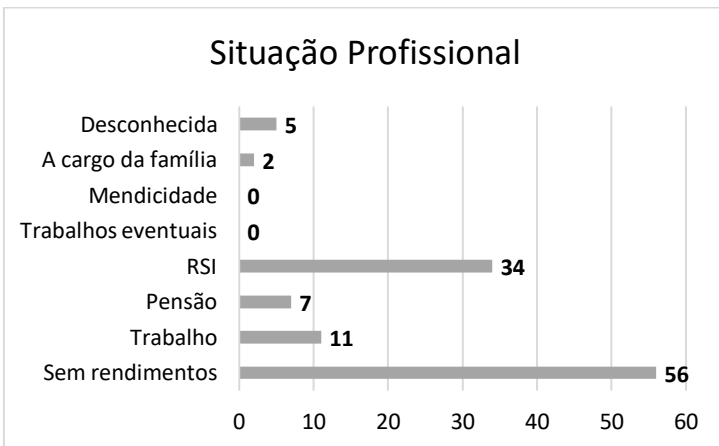
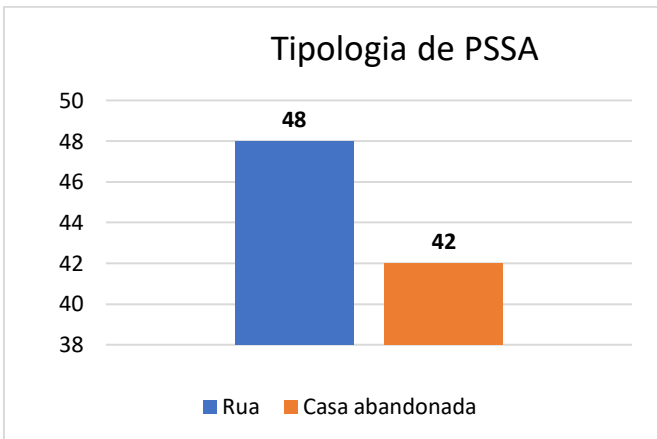
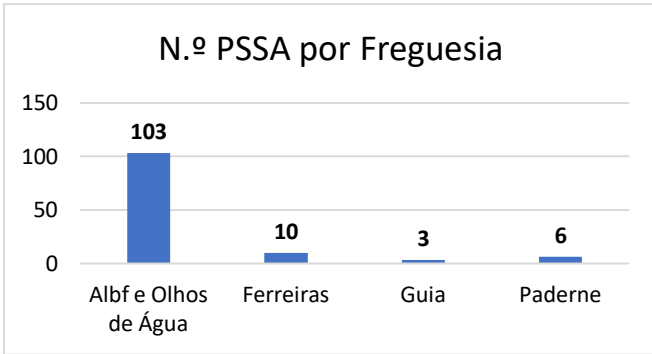
Estado Civil: Solteiro

Profissão: Pedreiro

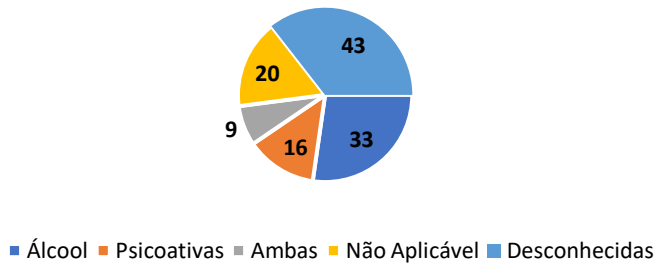
Habilitações literárias: 9º Classe em Angola

Anexo F: Gráficos fornecido pelo NIPSA de Albufeira.





Dependências



Principal Meio de Vida

